
PLANO DE ATIVIDADES: ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA 2015

Escola Superior de Enfermagem de Coimbra



ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

Plano de Actividades 2015: Orientações Estratégicas

Agosto de 2014

Aprovado por unanimidade pelo Conselho Geral, em 05 de Dezembro de 2014

INDÍCE

INTRODUÇÃO	4
MISSÃO	15
VALORES	15
ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA	16
FORMAÇÃO	19
INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO	26
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE	36
INTERNACIONALIZAÇÃO E COOPERAÇÃO	43
COMUNIDADE EDUCATIVA	49
DIREÇÃO, GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO	62
ANEXOS	73

INTRODUÇÃO

A proposta de Plano de Atividades da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra para o ano de 2015, que se submeterá à discussão da Comunidade Educativa e que se apresentará ao Conselho Geral para apreciação, foi elaborada como habitualmente, nos termos do Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de Setembro e da Lei nº 62/2007 de 10 de Setembro. É um instrumento que entendemos não só à luz das obrigações legislativas e estatutárias, mas particularmente como um meio de orientação estratégica e apreciação da política da Escola aos níveis científico, pedagógico, cultural e organizativo com vista a responder aos desafios que se colocam à Escola e ao ensino superior.

Na definição do plano de actividades para 2015 tivemos em conta, como habitualmente, os relatórios do Conselho para a Qualidade e Avaliação da Escola e particularmente o Programa de Acção para 2014-2018¹ aprovado pelo Conselho Geral. Foram ainda consideradas as orientações internacionais para o ensino superior contidas na Declaração de Lisboa da *European University Association*; orientações da ENQA, para a garantia da qualidade no ensino superior; as orientações da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), para a Avaliação e Certificação de Sistemas Internos de Garantia da Qualidade; o documento que define os Indicadores de Desempenho para Apoiar os Processos de Avaliação e Acreditação dos Cursos, do Gabinete de Estudos e Análise da A3ES; o documento *Participação dos Estudantes na Avaliação das Instituições de Ensino Superior Portuguesas: um Contributo para a sua definição, da A3ES*; o Relatório do estudo “*Empregabilidade e Ensino Superior*” e o documento “*Estratégia Nacional para o Ensino Superior em 2030*”. Foi também importante, a reflexão efectuada sobre o relatório de actividades de 2013, bem como a reflexão desenvolvida no âmbito do processo de auto-avaliação com vista à avaliação externa do nosso sistema interno de garantia da qualidade pela A3ES e sobre o relatório produzido pelo painel de avaliação. Mas, é particularmente condicionado pela redução da transferência de OE para funcionamento da Escola em 3,06%.

A sistemática redução da transferência de OE nos últimos anos é para nós grande preocupação e a médio prazo determinará, a continuar, a insustentabilidade financeira da Escola. Este ano desconhecemos a fórmula e os indicadores usados para o cálculo do OE, no entanto foi-nos comunicada, pela Secretaria de Estado, a lista dos índices de

¹ Dada a proximidade da elaboração deste plano de actividades com a aprovação do programa de acção 2014-2018, todo este plano segue de perto e reproduz o mesmo no que concerne à visão e fundamentação das medidas propostas para cada eixo de desenvolvimento da atividade da Escola em 2015.

custo dos diferentes cursos. Pudemos verificar que, relativamente a 2014, todos os índices foram actualizados, passando o índice de referência mais baixo, que era 1 para 1,5, mantendo-se o valor nominal do índice da área de enfermagem e descendo o da medicina, o que significa que o índice de enfermagem não manteve a posição relativa, que tinha (baixou relativamente às demais áreas). Para manter a posição relativa, no contexto das formações do Ensino Politécnico, o índice P2 (Enfermagem) deveria ser 3,6 e não 3,2 como foi proposto. Importa referir que o índice P2 tem vindo a baixar (perder posição relativa) quando comparado com a maioria dos outros índices, desde 2007, o que é paradoxal, uma vez que a licenciatura em Enfermagem, porque tem que submeter-se a regulamentação internacional ratificada por Portugal, tem 50% da sua formação em Contexto Clínico – ensino clínico, o que, exige um acompanhamento dos estudantes em grupos pequenos quer por razões da natureza das aprendizagens a realizar, quer porque as Instituições de Saúde limitam o número de estudantes por cada contexto de cuidado, sendo este número cada vez menor, por razões que se prendem com as maiores exigências técnico-científicas, éticas e a diminuição do ratio enfermeiro/doente. Assim sendo a exigência de acompanhamento dos estudantes por docente é, em muitos casos, de 35 horas semanais (presença física do professor no contexto de ensino clínico) para que os estudantes possam realizar as experiências pedagógicas mínimas exigíveis. Acresce a isto o facto de cada vez mais Instituições de Saúde exigirem contrapartidas financeiras significativas para a presença dos estudantes de Enfermagem nos contextos clínicos. Todos estes factos levaram a que o ratio padrão professor/aluno para a área de Enfermagem fosse de 1 professor para 8 alunos, o que hoje é manifestamente insuficiente, mas ainda assim difícil de conseguir, face aos constrangimentos financeiros que temos vindo a viver. A Escola apresentou a proposta de rectificação do índice, de modo a garantir a manutenção da sua posição relativa face às outras áreas e a possibilidade de manutenção da garantia da qualidade dos cursos, a Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, que se mostrou disponível para analisar a questão, e alterou o mesmo para 3,4 mas a diferença que continua a verificar-se, tornar-se-á a curto prazo um problema difícil de resolver, com implicações orçamentais graves.

Procurámos que a proposta de Plano de Actividades: Orientação Estratégica para 2015, à semelhança do que temos vindo a fazer nos últimos documentos estratégicos da Escola permita a todos uma fácil leitura e a rápida apropriação do seu conteúdo, tornando-o,

como habitualmente, num documento de trabalho orientador da acção colectiva, útil e de fácil consulta.

Este documento segue a habitual forma de apresentação. Por cada um dos seis Eixos Estratégicos, reconhecidos como factores críticos para o desenvolvimento da Escola - Formação; Investigação, Desenvolvimento e Inovação e Empreendedorismo; Prestação de Serviços; Internacionalização e Cooperação; Comunidade Educativa e Direcção, Gestão, Desenvolvimento e Consolidação - apresentamos as medidas cuja implementação em 2015 consideramos prioritárias, tendo em conta as possibilidades que o Orçamento nos permite. Procurámos para cada eixo, mostrar o que torna estratégico para o desenvolvimento da Escola o caminho que se propõe².

Promover a elevada qualidade científica, pedagógica e de todos os processos de gestão que desenvolvemos tem mais do que nunca que continuar a ser uma preocupação de todos, transversal a todas as áreas de missão. A qualidade tem estado no centro das nossas preocupações. Em 2015 importa continuar a aperfeiçoar o sistema de avaliação da qualidade de políticas, padrões e procedimentos para a garantia da qualidade de cursos, investigação, projectos de extensão e prestação de serviços à comunidade, com vista a que a avaliação sistemática de todos os processos e resultados, quer se trate de avaliação dos cursos, quer de aprendizagens de estudantes, quer de desempenhos de docentes e não docentes seja um instrumento efetivo de melhoria contínua de qualidade, com utilidade, reconhecido por toda a comunidade educativa e com capacidade de apontar áreas que eventualmente necessitem que se introduzam outras medidas de racionalização. Importa não esquecer em caso algum, que a qualidade das experiências de aprendizagem e do ambiente no qual os alunos aprendem irão moldar o futuro da comunidade profissional e da sociedade de que farão parte.

Este ano refletir-se-á mais na vida da Escola a crise financeira que o país e o mundo atravessam. A redução da receita total prevista, vai obrigar-nos a gerir com criatividade e com o habitual rigor, mobilizando os talentos de todos, agindo o melhor que formos capazes em conjunto para transformar os constrangimentos em oportunidades de desenvolvimento, contribuindo com o nosso melhor desempenho para melhorar as qualificações dos que escolhem formar-se connosco e do corpo docente, ao mesmo

² Em anexo colocámos um conjunto de quadros que associam objetivos, medidas, indicadores e metas, para que como habitualmente possamos avaliar de forma mensurável o trabalho desenvolvido, bem como o plano de médio prazo de necessidades docentes e proposta de despacho sobre o apoio à qualificação, formação e divulgação científicas.

tempo que nos esforçaremos por garantir condições para que os docentes continuem a desenvolver a investigação que contribua para diminuir as iniquidades em saúde.

Contamos, como habitualmente, com o contributo e o elevado empenho de todos e de todas para que a ESEnfC seja, cada vez mais, reconhecida por uma formação, investigação e prestação de serviços que correspondam aos mais elevados critérios de qualidade, pelas taxas de procura, que apesar de menores são ainda razoáveis quando comparadas com congéneres, e satisfação dos estudantes com a Escola e os cursos; pelo reconhecimento social dos profissionais que formamos, pela excelência da sua formação global; pelas relações próximas com todos os parceiros externos, pela cooperação activa com as instituições de saúde, de ensino, poder local e organizações não-governamentais da sociedade civil, no âmbito das nossas áreas de missão; pela eficiência de gestão pedagógica, científica, administrativa, financeira e patrimonial e por garantir um espaço de liberdade, diversidade e tolerância de quem aqui estuda e trabalha.

É com o habitual forte empenho de docentes e não docentes e com a RESILIÊNCIA de todos que continuamos a contar para poder ultrapassar as dificuldades.

Continuemos!

ENQUADRAMENTO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS³

Um horizonte incerto

Vivemos um tempo instável, com incidências críticas no sistema de ensino superior em Portugal, particularmente no ensino superior politécnico.

A incerteza, indefinição, instabilidade e desafios, decorrem de vários factores e marcarão a governação no próximo quadriénio, importa listar as que mais influência podem vir a ter na vida da ESEnfC, particularmente ao longo do próximo ano. Falamos da reorganização da rede de ensino superior, da crise económico-financeira que o país ainda está a enfrentar, da implementação do novo modelo de desenvolvimento profissional proposto pela Ordem dos Enfermeiros e da avaliação de todos os cursos em funcionamento pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, a que se juntam as já conhecidas alterações demográficas com diminuição da população de jovens potencialmente candidatos ao ensino superior e a diminuição da procura dos cursos de mestrado em geral, pela dificuldade dos potenciais candidatos assumirem as correspondentes propinas.

Ao longo do próximo ano importa que a comunidade académica, particularmente docentes e órgãos tenham sobre estas matérias pensamento construído, partilhado e consensualizado. Se o fizermos honraremos a história e património de meticulosa construção de que a Escola é depositária e anteciparemos as soluções que garantirão um futuro sustentável em que seremos atores (e não espectadores) das circunstâncias que o enformam, sendo “parceiros” de viva voz na construção das políticas públicas e na sua realização concreta. Não queremos ser parte de uma lógica reactiva, mas pró-activa desenvolvida a partir da continuação do trabalho diário: um trabalho de reflexão, avaliação e melhoria contínua, problematizando cada acção, cada medida, cada opção estratégica, renovando a identidade no questionamento e na abertura, mas sem perder de vista a ideia principal que tem congregado os esforços de todos: “ver reconhecido o ensino de enfermagem como ensino universitário”.

³ Reproduz-se aqui o texto constante do programa de acção 2014-2018, uma vez que no essencial se mantém como enquadramento ao desenvolvimento da actividade da ESEnfC em 2015, com pequenas alterações que o ajustam à realidade seis meses após a sua divulgação.

Reorganização da Rede

Confrontamo-nos hoje com a vontade política de reorganizar a rede de ensino superior, não negamos a necessidade de fazer uma reflexão profunda sobre esta área tão importante para a vida das pessoas e para o desenvolvimento do país, por exemplo questionando a opção feita nos anos setenta por um sistema binário de ensino superior, não conseguindo dar a ambos as condições necessárias ao seu desenvolvimento e cumprimento da sua missão, ainda mais que as diferentes missões das instituições de ensino superior são, tenuemente redefinidas no RJIES. O que tem permitido as mais variadas leituras e desenvolvimentos que trazem confusão e desregulação do sistema. As relações entre os subsistemas, num ambiente de permissividade e crise, abandonaram a vertente competitiva e salutar que sempre as dinamizou, que podia ser potenciadora de benefícios para ambos, adoptando-se cada vez mais uma cultura de ruptura e tentativa extemporânea de demarcação de um terreno sem regras, que minoriza o ensino politécnico (EP) e tende a remetê-lo cada vez mais para se limitar à oferta da formação profissionalizante, como via alternativa de segunda escolha ao “verdadeiro” ensino superior. No entanto, do ponto de vista da regulação, o ensino politécnico é sujeito à mesma pressão de qualificação e de reforço da investigação, mas, por outro lado, não lhe são concedidas as mesmas condições para o fazer (por exemplo, impossibilidade de internacionalização e concessão de processos de doutoramento, de ofertas de mestrados académicos, com reflexos na massa crítica de investigação e publicações e nas condições para o desenvolvimento de I&D).

No momento em que se discute a reorganização da rede de instituições de ensino superior, faz sentido às Escolas de Enfermagem não integradas (como escrevemos no texto do memorando que acompanhou a posição das Escolas sobre a Reorganização da Rede enviada em Dezembro de 2013 a Sua Excelência o Secretário de Estado do Ensino Superior, e que aqui sintetizamos) que se defina um plano estratégico/ de transição para a sua integração e transformação em unidades orgânicas de ensino universitário, que contemple um cronograma, objectivos, acções, indicadores e metas, quer ao nível do ensino e investigação, quer ao nível do corpo docente e condições de transição, quer ao nível dos recursos, para que todos possamos congregar esforços no mesmo sentido. Importa não esquecer que foi a intenção de dar oportunidade a estas Escolas de se prepararem para a transformação em ensino universitário, que esteve na base da sua criação por fusão das escolas pré-existentes nas três cidades – Coimbra, Lisboa e Porto,

congregando a massa crítica necessária para que no período de transição, então iniciado e sem data de conclusão, pudessem reunir as condições necessárias para oferecer de forma articulada os três ciclos de formação em Enfermagem e desenvolver a investigação necessária à consolidação da disciplina. Situação acolhida e mantida pelos sucessivos governos.

Importa nesta discussão não esquecer que a Enfermagem é uma disciplina do conhecimento que procura o conhecimento das respostas humanas aos processos de saúde e de doença para ajudar os indivíduos, famílias e grupos a monitorizar e a promover a sua saúde e a cuidar de pessoas, para os assistir no cuidado de si mesmos e, ainda, para os ajudar a desenvolverem e utilizarem os recursos disponíveis (objecto e finalidade). O conhecimento de Enfermagem, conforme afirmava já em 1980, a American Nurses Association, compreende teorias e factos que exploram, descrevem, predizem e prescrevem a prática de Enfermagem relacionada com as respostas humanas a problemas de saúde atuais ou potenciais (Meleis, 2001) É a dimensão dos cuidados de saúde que tem que ver com o ajudar a pessoa a lidar com os seus problemas de saúde, processos e transições de vida que é o espaço de intervenção autónoma do exercício profissional dos enfermeiros. Como afirma Meleis (2001) *“as questões atuais que determinam o território da enfermagem inclui o que se relaciona com o cuidado das pessoas incapazes de cuidar de si próprias devido a doença ou antecipação de doença; como melhor ajudar os indivíduos e as populações para que mantenham a sua saúde e bem-estar; tudo o que envolve o autocuidado e como apoiar a promoção de actividades de autocuidado; e quais são as estratégias que os enfermeiros podem usar para manter ou promover a saúde, apoiar a recuperação, e lidar com a doença”*.

Sendo este o domínio próprio da disciplina de Enfermagem, o conhecimento de Enfermagem é mais vasto e inclui também, conhecimento das disciplinas afins, os conhecimentos que contribuem para a compreensão dos seus fenómenos centrais.

Como é conhecido, para o desenvolvimento da enfermagem enquanto área disciplinar foi determinante o acesso e a realização de estudos universitários por parte de enfermeiros responsáveis pelo ensino de Enfermagem, inicialmente nos EUA e mais tarde noutros países. Nos países onde a prática de investigação se tornou corrente, as preocupações com a difusão e impacto dos resultados da investigação na prática clínica começaram a surgir há mais de vinte anos (Miller e Messenger, 1978); Reino Unido (Hunt, 1981, 1987); Austrália (Retsas, 2000). Hoje, em todo o mundo, cada vez mais se

impõe uma prática baseada na evidência o que implica não apenas o desenvolvimento de estudos sistemáticos sobre o objecto da disciplina: que respostas humanas, qual a sua natureza, que factores as influenciam, que problemas e qual a sua epidemiologia; mas também estudos que articulem diagnósticos de enfermagem, com intervenções e resultados. Serão os estudos de meta-análise sobre estes estudos que permitirão perceber as regularidades e progredir para a produção de teorias preditivas essenciais a uma prática clínica baseada na evidência (Polit & Beck, 2004).

A criação de Unidades de Investigação em Enfermagem, no seio de Universidades, em vários países do mundo, com estudos graduados e pós graduados em enfermagem, tem-se revelado uma estratégia política fundamental para o desenvolvimento do conhecimento relevante para o exercício da Enfermagem e tem-se traduzido numa melhoria significativa da qualidade dos cuidados de saúde. Em Portugal, tem-se assistido à criação de Unidades de Investigação em Enfermagem, como a nossa, reconhecida pela FCT.

Por outro lado, a formação em enfermagem faz-se no nosso país já num percurso que abrange desde 2000 os três ciclos de formação. A impossibilidade de desenvolvimento do doutoramento nas Escolas de Enfermagem onde se lecciona o primeiro e segundo ciclo de formação impede o desenvolvimento articulado e harmonioso da formação e investigação nos diferentes ciclos, alimentando-os mutuamente e garantindo um contexto que sirva o desenvolvimento da enfermagem *“como profissão ‘científica’ reconhecendo-se aos enfermeiros a qualificação para o desenvolvimento de um trabalho técnico-intelectual onde a concepção está interrelacionada com a execução”*.

Já em 2003 a Ordem dos Enfermeiros afirmava *“que no actual quadro jurídico do Ensino Superior, que mantém dois subsistemas: Politécnico e Universitário, o espaço natural do ensino de Enfermagem será no futuro no ensino universitário. Uma vez que a Enfermagem é hoje uma disciplina do conhecimento em crescente consolidação, com investigação própria que cria, representa e aplica o conhecimento necessário à prática dos cuidados, o que se enquadra no conceito de Ensino Universitário”*. Também no Rapport EUR 12040 FR, Mariana Dinis de Sousa afirma ser *“na Universidade que os Enfermeiros encontrarão as condições mais favoráveis ao desenvolvimento da metodologia científica, da investigação, bem como de uma aprendizagem interprofissional, a partir da tríade educação, prática e investigação, como terreno propício à formação de enfermeiros e outros técnicos de saúde”*.

Olhar o futuro da Disciplina de Enfermagem **coloca a necessidade de se reflectir sobre o lugar da Enfermagem no Sistema de Ensino Superior em Portugal, não se trata só de discutir a instituição onde a(s) Escola(s) serão integradas mas da natureza do ensino de enfermagem para responder às necessidades sociais atuais.** A Lei continua a defini-lo como ensino politécnico, mesmo quando acontece em escolas integradas em Universidades, isto contraria, o desenvolvimento desta área científica.

A “Crise” ou Contexto Sócio-económico

A crise económico-financeira que o Mundo atravessa, tem em Portugal, repercussões sociais em todos os sectores, na Escola repercute-se principalmente ao nível da procura dos cursos (particularmente mestrados e formação contínua), da motivação profissional (directamente relacionada com o menor valor do trabalho e aumento do número de horas de trabalho) agravadas pelos cortes de financiamento na sequência do processo de consolidação abrupta das contas públicas em Portugal e do resgate financeiro em curso.

A avultada diminuição de receita vinda por transferência do Orçamento de Estado para 2014, cujo montante foi de 6,86% (mais de meio milhão de euros), irá ter impacto negativo na vida da Escola e vai exigir muitos esforços adicionais de toda a comunidade educativa, e obrigar a que se alterem, não as prioridades, mas o apoio financeiro à sua concretização o que pode vir a repercutir-se na desaceleração dos resultados que temos vindo a atingir. Apesar de tudo, não poderemos perder de vista nunca que a grande meta que a comunidade educativa definiu para si própria é: *transformar a Escola numa instituição orientada para a investigação e para o ensino baseado na e pela investigação.*

Desde 2010 que temos vindo a ver reduzida a receita por transferência de orçamento do estado em 22,03 (em 2014 receberemos menos dois milhões e noventa e sete mil euros que em 2010). A acrescer a este subfinanciamento prevemos uma redução da receita própria, que se deve, entre outros factores, à diminuição da procura dos cursos de pós-licenciatura e mestrados em virtude da situação financeira vivida pelos portugueses e também neste caso pelos enfermeiros potenciais candidatos aos cursos. Em 2014 a Escola tem que assegurar uma redução da despesa com pessoal de 3% relativamente a 2013, imposições de descidas que se prevê venham a continuar. Esta redução prevista das receitas, ainda incerta quanto aos seu valores, vai obrigar-nos a gerir com criatividade e com o habitual rigor, mobilizando os talentos de todos, agindo o melhor

que formos capazes em conjunto para transformar os constrangimentos em oportunidades de desenvolvimento, contribuindo com o nosso melhor desempenho para melhorar as qualificações dos que escolhem formar-se connosco e do corpo docente, ao mesmo tempo que como dissemos valorizamos a investigação que contribua para diminuir as iniquidades em saúde.

Importa que todos juntos trabalhem para passar a mensagem aos sucessivos governantes, que não basta pedir às instituições esforço e flexibilidade nas políticas para as adequar não às necessidades mas a orçamentos que as estrangulam. Importa encontrar modelos de financiamento do ensino superior que criem condições à gestão eficiente de recursos, um quadro que aposte na responsabilização e prestação de contas contra a desconfiança e menorização endémica que o controle burocrático pressupõe e alimenta; *“um quadro que fomente a cooperação e não gavetas de um país pequeno com muros altos”*; um quadro que estabeleça um programa de financiamento plurianual aberto com base num planeamento estratégico articulado e na contratualização de resultados. Racionalização não é sinónima de racionamento: racionalização é fazer da razão, da inteligência, o locus controlo da acção. Racionalizar é planear para além da resposta cega à conjuntura do momento, agir eficazmente, monitorizar e avaliar” (Gâmboa, 2013).

Alterações ao modelo de desenvolvimento profissional e Qualidade

As alterações propostas pela Ordem dos Enfermeiros à forma de acesso à profissão e ao Modelo de Desenvolvimento Profissional, para obtenção do Título de Especialista, que se mantem desde 2009 indefinido quanto à sua implementação e manutenção ou não da articulação entre desenvolvimento profissional, percursos formativos e obtenção de graus académicos, repercute-se na procura dos cursos de pós-licenciatura de especialização em enfermagem e obriga-nos a repensar a oferta formativa a partir da antevisão dos diferentes cenários possíveis.

No entanto, como já escrevemos no plano de actividades para 2014, quaisquer que sejam as reformulações a fazer têm que ser enquadradas sempre pela ideia de que as instituições de ensino superior, e as de saúde em particular, têm um compromisso para com a comunidade em que se inserem e a sociedade em geral – contribuir, por um lado, com conhecimento científico que promova o desenvolvimento, o desenvolvimento da saúde e o bem-estar individual e social, e por outro, promover a educação dos estudantes

que desenvolva o espírito de investigação, um forte sentido do valor da aprendizagem, que estimule a imaginação, a criatividade e a inovação, que garanta o desenvolvimento da capacidade de liderança intelectual e de construção de opinião abalizada, a par de uma sólida formação técnica, científica, ética e estética. Cabe-nos não apenas, no nosso caso, formar enfermeiros de excelência mas cidadãos que terão no futuro responsabilidade de participar socialmente, tornando-se por exemplo criadores de emprego, líderes políticos, comunitários, organizacionais e sociais, disseminadores/colectores de ideias e conhecimento que permitam soluções inovadoras para os problemas.

Cumpriremos sempre esta responsabilidade se garantirmos que **a investigação é o centro na vida da Escola sendo a marca diferenciadora da nossa instituição.** Enquanto instituição de ensino e de investigação temos que aumentar cumulativamente o conhecimento da disciplina e da profissão, ao mesmo tempo que garantimos que **a investigação** que fazemos alimenta as nossas diferentes áreas de missão, integrando abordagens inovadoras de pesquisa liderada por docentes da Escola, ensino e aprendizagem, concepção de programas, avaliação de alunos, e sistema de garantia de qualidade, **continuando a sustentar a diferença qualitativa dos cursos e serviços** que a Escola oferece, particularmente dos Cursos de Mestrado nas diferentes áreas do conhecimento especializado em enfermagem. Importa que se consolide uma responsabilização crescente dos diferentes atores, para que garantam a articulação sistemática entre o ensino, a investigação, a inovação e prestação de serviços à comunidade, a sua internacionalização e a aferição dos programas e projectos por padrões internacionais.

MISSÃO

O plano de actividades para 2015 visa garantir que toda a comunidade educativa conhece a orientação estratégica para a qual deve concorrer o trabalho individual e colectivo, com vista a que concretizemos a missão e a visão definidas.

“A Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, herdeira da mais antiga formação em enfermagem em Portugal, é uma instituição pública de referência nacional e internacional, reconhecida pela sua qualidade e capacidade de inovação, com intervenção no sistema de saúde e na comunidade.

É constituída por uma comunidade educativa comprometida com a formação humanista, científica, técnica e cultural, de profissionais socialmente reconhecidos; com a promoção de investigação acreditada, a difusão de conhecimentos e a prestação de serviços” (Plano Estratégico 2009-2013: desenhar o futuro com todos).

VALORES

O enunciado dos valores de uma organização visa a adopção de uma cultura transversal, porque partilhada, capaz de potenciar a intervenção de cada um no dia-a-dia, por forma a que, em conjunto, atinjamos os desígnios de longo prazo definidos para a Escola (Caldeira, 2008). Ao longo de 2015, subjacente à construção da tomada de decisão e acção, de todos e cada um, espera-se que esteja o conjunto de valores discutidos e consensualizados como valores institucionais - humanismo, cidadania, liberdade, excelência, cooperação e ética – Importa que todos nos esforcemos por agir e por ajudar a aprender os nossos estudantes a agir, respeitando em qualquer caso a dignidade da pessoa e a liberdade de pensamento. Fomentando e valorizando, a criatividade e a solidariedade na construção de uma instituição aprendente. Promovendo a liberdade de criação cultural, científica, técnica e artística, garantido a livre expressão e a pluralidade de ideias e opiniões. Orientando a nossa acção segundo os princípios da solidariedade, democraticidade, transparência e participação.

No quadro das competências de cada um, importa que procuremos que a Escola desenvolva uma acção solidária e inclusiva, em estreita ligação com a comunidade. Perseguindo um alto nível de qualidade, melhoria contínua e a excelência em todas as esferas de actividade.

ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

Em 2015, a actividade da Escola desenvolver-se-á, como definido no Programa de Acção, em torno dos eixos estratégicos, reconhecidos como factores críticos para o nosso desenvolvimento: Formação; Investigação, Desenvolvimento e Inovação e empreendedorismo; Prestação de Serviços à Comunidade; Internacionalização e Cooperação; Comunidade Educativa e Direcção, Gestão, Desenvolvimento e Consolidação.

Todo o trabalho a desenvolver aos diferentes níveis e pelos diferentes atores, deve ser um valor acrescentado para que caminhemos para a concretização da visão definida para a Escola. A conjugação de esforços deverá ser no sentido de que a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, herdeira da mais antiga formação em enfermagem em Portugal, seja uma instituição pública de ensino universitário de referência nacional e internacional, reconhecida pela sua qualidade e capacidade de inovação, com intervenção no sistema de saúde e na comunidade. Para este fim a comunidade educativa deve comprometer-se, cada vez mais, com a formação humanista, científica, técnica e cultural, de profissionais que sejam socialmente reconhecidos e com a promoção de investigação acreditada, a difusão de conhecimentos e a prestação de serviços.

Assim, o conjunto das actividades a desenvolver deve ter como preocupação sistemática a melhoria contínua, nas diferentes áreas de missão, no sentido de garantir que a Escola seja, em cada momento, referência de excelência, dando continuidade aos compromissos estratégicos já assumidos, que a seguir se enumeram, com especial relevo para o processo de transformação da Escola em Unidade Orgânica de Ensino Universitário e correspondente planeamento do processo de transição:

- Continuar a garantir a qualidade da oferta formativa, promovendo a realização de formação em parceria com instituições de saúde e de ensino superior nacionais e internacionais de referência, orientada para as necessidades sociodemográficas, as exigências do mercado global de trabalho e a formação ao longo da vida e de modo a que a Escola seja primeira na atracção de estudantes para os diferentes ciclos de formação;
- Continuar a promover a produção, difusão e transferência de conhecimentos e a formação de investigadores, que contribua para o desenvolvimento de práticas

inovadoras baseadas no conhecimento produzido, criando condições para que a Escola, seja uma referência de excelência na área da investigação, que contribui para o desenvolvimento e afirmação da disciplina de Enfermagem;

- Continuar a promover a articulação sistemática entre a investigação, a formação e as práticas clínicas no domínio da enfermagem, garantindo que a Escola seja reconhecida, nacional e internacionalmente, por formar na e pela investigação;

- Continuar a promover a inovação em enfermagem, para responder às necessidades resultantes das alterações sociais, prestando serviços à comunidade, que apliquem evidências científicas, que incluam a consultadoria, a formação, investigação e empreendedorismo, em articulação e complementaridade com outras instituições;

- Continuar a promover a mobilidade científica, técnica e cultural de docentes, não docentes e estudantes e o desenvolvimento de formação e investigação em rede com instituições congéneres, de modo a que a Escola seja reconhecida e procurada a nível internacional pela qualificação do corpo docente, pela qualidade da sua formação graduada e pós-graduada e da investigação em enfermagem;

- Continuar a promover uma cultura institucional que se caracterize pela centralidade na pessoa, respeito pela sua criatividade, inovação, compromisso com o projeto da Escola, satisfação com o trabalho e estudo e pela articulação sistemática em todos os domínios da formação, inovação e investigação, de modo a contribuir para que os profissionais formados pela Escola sejam reconhecidos socialmente, pela excelência da sua formação global;

- No plano financeiro e organizacional, continuar a promover uma utilização eficaz dos recursos pautada por critérios objectivos na sua afectação, pelo controlo da execução, pela auditoria e prestação de contas;

- No plano científico, pedagógico e de serviços, continuar a introduzir mecanismos que tornem visíveis os desempenhos pedagógicos, científicos e ou de serviços de todos os membros da Comunidade Educativa, como instrumento de melhoria contínua individual e colectiva; continuar a promover uma cultura de avaliação que garanta a permanente autocrítica, melhoria contínua e retroalimentação dos processos e, a acreditação da qualidade de cursos e serviços segundo normas internacionais e a certificação sem condições do Sistema Interno de Garantia da Qualidade;

- Criar condições para que se verifique um alto nível de participação na tomada de decisões centrada na auto-responsabilidade, a organização sustentada dos processos e a visibilidade da ESEnfC na comunidade, de modo a tornar a Escola, numa referência no ensino superior a nível dos processos de gestão, desenvolvimento, consolidação e parcerias.

- Definir o plano estratégico de longo prazo, com a participação de toda a comunidade educativa, que garanta a definição de uma estratégia clara, orientada para o reconhecimento da Escola como instituição de ensino universitário. Esta estratégia deve dar continuidade ao trabalho já iniciado e contemplar a difusão da argumentação que sustenta a necessidade de sermos ensino universitário, continuar a preencher todos os requisitos legais e/ou substanciais previstos na lei e cultura académica, para o ensino universitário, convencer todos os sectores que têm de ser convencidos sobre a necessidade da transformação e a capacidade e prontidão da Escola em enfrentar os desafios dessa nova realidade.

FORMAÇÃO

A formação não pode deixar de ser central na vida da Escola, pois é ela que dá e continuará a dar sentido à sua existência e a justificá-la, sem esquecer ainda que a formação é a principal fonte de receita actual da Escola.

A diminuição da procura do ensino superior por efeito das alterações demográficas, a que se juntou a crise económico financeira que a Europa atravessa com fortes repercussões na economia portuguesa e no orçamento das famílias tem tido reflexos na procura das formações que a Escola oferece ao nível do segundo ciclo e é uma ameaça com que as instituições de ensino superior se terão que confrontar, mais cedo ou mais tarde, e que a Escola deve antecipar trabalhando para que a ESEnfC seja primeira na atracção de estudantes para os diferentes ciclos de formação, o que neste momento deixou de ser verdade relativamente ao 2º ciclo de formação, tendo sido ultrapassada pelas Escolas do Porto e Lisboa. Embora o maior número de potenciais candidatos aí residentes explique em parte este facto, é absolutamente necessário garantir que a qualidade e diversidade da nossa oferta formativa, ao nível dos diferentes ciclos possa ser factor de procura. Qualidade quer dos processos formativos, quer dos resultados reconhecidos pela avaliação das entidades empregadoras e pelos cidadãos e pela procura preferencial pelas instituições que prestam cuidados de saúde dos nossos diplomados.

Continuamos a acreditar que na concepção e desenvolvimento dos diferentes ciclos de estudos, a Escola não deve nunca perder de vista as quatro finalidades principais do ensino superior: preparação para o mercado de trabalho; preparação dos estudantes para a vida como cidadãos activos numa sociedade democrática; desenvolvimento pessoal e desenvolvimento e manutenção de uma base de conhecimento alargada e avançada (Comunicado dos Ministros do Ensino Superior Europeus, Dinamarca, 2005).

O espaço Europeu de Ensino Superior e de empregabilidade, que Bolonha possibilitou, reforçou as exigências que se nos colocam, uma vez que aumentou a capacidade dos diferentes agentes de comparar a qualidade da oferta, fez aumentar a mobilidade orientada, facilitou os sistemas de acreditação e produção de *rankings*.

O processo de avaliação e acreditação dos cursos em funcionamento pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) teve o seu início em 2010. Todos os cursos em funcionamento e os novos cursos submetidos até à data pela Escola, foram acreditados; o novo ciclo de avaliação de todos os cursos terá lugar em 2015, pelo que

esta deve ser uma preocupação de todos e uma oportunidade de reflexão e melhoria contínua cujo debate deve ser liderado pelos Conselhos Técnico-Científico e Pedagógico, com a colaboração do Conselho para a Qualidade e Avaliação.

Pensamos que é urgente continuar o processo já iniciado de reavaliação da oferta formativa e dos planos curriculares em vigor em ordem a garantir que a mesma corresponde às atuais necessidades de formação dos enfermeiros, quer do ponto de vista da sua natureza e diversidade, quer do ponto de vista da organização curricular, para que possa permitir a flexibilidade necessária à sua frequência em regímen pós-laboral. A ideia de que os cursos de Enfermagem que oferecemos, sejam pensados de forma flexível, prende-se com a necessidade de permitir percursos diferentes, geridos pelos estudantes que incluam disposições que garantam a validação e reconhecimento de todas as formas anteriores de aprendizagem. Isto é particularmente importante no contexto de segundos ciclos profissionais.

Numa perspectiva de antecipação do futuro e no quadro dos novos modelos de desenvolvimento profissional que se desenham, seria também de grande oportunidade que a Escola se preparasse para criar um novo leque de formações pós-graduadas que dê resposta às novas necessidades sociais e que preveja o reconhecimento, validação e revalidação de competências e aprendizagens clínicas de enfermagem. Esta oferta de novos cursos, deve melhorar a abrangência dos estudos de enfermagem que oferecemos, expandindo-os a novas áreas, alargando a base do ensino através de programas de aprendizagem ao longo da vida, usando cada vez mais as tecnologias de informação e comunicação e desenvolvendo programas de estudo juntamente com outras instituições nacionais e internacionais.

Por outro lado, importa repensar a organização curricular e o modelo formativo de forma a adequá-lo cada vez mais à filosofia do processo de Bolonha, centrando-o no trabalho do estudante, e aos recursos existentes e sua coordenação.

A responsabilidade de liderar todo este processo cabe ao Conselho Técnico-Científico, que deve poder contar com a colaboração activa de todos (docentes, estudantes, órgão e parceiros interinstitucionais). Este exercício avaliativo deve ser encarado como oportunidade única para levar a cabo uma reflexão participada e partilhada sobre a nossa oferta formativa e as vertentes que a sustentam, nomeadamente: a qualificação do corpo docente, planos de estudos, internacionalização, metodologias de ensino/aprendizagem, eficiência formativa, avaliação dos estudantes, actividades de investigação, envolvimento dos estudantes no processo de tomada de decisão, o papel dos

stakeholders externos, relação com os alumni, actividades de extensão e empregabilidade dos diplomados. Este processo deve resultar em proposta concretas de melhoria contínua, assim como na reformulação, alargamento e consolidação de procedimentos e ferramentas de auscultação das partes interessadas e de avaliação de resultados.

As mudanças que estamos e vamos continuar a introduzir, não podem perder de vista as orientações para o desenvolvimento e garantia da qualidade do ensino superior na Europa (entre outras, a Declaração de Bolonha, 1999; Comunicado de Praga, 2001; Comunicado de Berlim, 2003; Comunicado de Bergen, 2005; Declaração de Lisboa, 2007; Comunicado de Londres, 2007; Comunicado de Lovaina, 2009).

A ESEnfC acredita e persegue um modelo de ensino/aprendizagem centrado no estudante, com definição clara de objectivos e com preocupação sistemática em melhorar o sistema de avaliação centrado nas competências, particularmente no domínio das aprendizagens clínicas. O modelo de formação que integra aprendizagens teóricas e clínicas tem-nos feito, ao longo do tempo, cada vez mais, ancorar a formação nos resultados de aprendizagem e faz-nos permanentemente sentir a necessidade de encontrar estratégias para desenvolver nos estudantes o juízo crítico, competências de diagnóstico, competências para fazer frente à incerteza, a necessidades complexas e em contextos polivalentes e de utilização das tecnologias de comunicação e informação no processo de enfermagem. Esta necessidade levou-nos a experimentar novas estratégias de ensino aprendizagem, entre elas, o recurso à aprendizagem por simulação, o que tem motivado um investimento significativo nos nossos centros de simulação e na aquisição de simuladores de alta fidelidade de pessoa humana, que são hoje referência internacional. Importa continuar a investir na monitorização, acompanhamento e investigação sobre a bondade destas e outras estratégias que temos vindo a utilizar. Para garantir que estamos a caminhar na direcção certa, é importante que com o contributo de todos aperfeiçoemos o nosso sistema interno de garantia da qualidade revendo as formas e a temporalidade de avaliação dos cursos, resultados e processos.

A elevada qualidade científica e pedagógica é a melhor garantia de sustentabilidade da ESEnfC.

Neste sentido, ao longo de 2015, no âmbito eixo formação, as prioridades passarão por:

Medida 1 – Realização dos cursos de 1º e 2º ciclos, promovendo a qualidade dos ciclos de estudos oferecidos: processos e resultados.

- Criar condições ao trabalho do Conselho Técnico-Científico previsto no seu Plano Estratégico e Conselho Pedagógico, que permitam a reconceptualização dos currícula e das práticas pedagógicas em uso, quer se trate da Licenciatura, quer dos 2º Ciclos;
- Apoiar o trabalho do Conselho Técnico-Científico com vista a renovar a oferta formativa, com capacidade de resposta a atuais e novos públicos e às necessidades de qualificação na área da saúde, promovendo o debate sobre modelos curriculares em Enfermagem e os desafios da formação para o horizonte pós-2020, no sentido de criar novos cursos;
- Manter o número de alunos inscritos nos diferentes ciclos de formação, se possível aumentar o número de estudantes do 2º ciclo, e a sua implementação de acordo com as propostas do Conselho Técnico-Científico (anexo IV), quer quanto ao número de turmas por ano do curso de licenciatura, quer quanto à organização do ensino clínico de fundamentos, quer quanto à organização e acompanhamento pedagógico das diferentes modalidades de ensino-aprendizagem;
- Abrir os cursos de mestrado que tenham pelo menos 12 estudantes inscritos;
- Promover estratégias que facilitem o acompanhamento pedagógico individualizado/personalizado (Docentes Responsáveis pelas UC, Coordenação de Curso, Conselho Pedagógico);
- Continuar a garantir condições para que a responsabilidade científica e pedagógica e o acompanhamento da formação em ensino clínico seja realizado por docentes da Escola, tendo em conta as propostas do CTC e até ao limite do número de contractos de assistentes convidados em ETI(s) possível;
- Promover o desenvolvimento de novos modelos de cooperação e parceria para a orientação de alunos em ensino clínico, continuando o trabalho iniciado de envolvimento de todos os enfermeiros chefes dos serviços onde ocorrem ensinos clínicos no processo de planeamento e avaliação dos mesmos (Gabinete de Coordenação dos Ensinos Clínicos, CTC, Presidência);
- Garantir em ensino clínico acompanhamento pedagógico por docente da Escola, pelo menos 1 ETI por cada doze alunos;
- Promover a integração de estudantes do 1º e 2º ciclo de estudos, como colaboradores de investigação em projectos de investigação inscritos na Unidade

de Investigação (Coordenador da UICISA-E em Articulação com CTC e Coordenação de Curso(s));

- Promover a internacionalização dos cursos através da realização de missões de mobilidade/ensino de individualidades, nacionais e internacionais, de reconhecido mérito profissional e académico, para colaborarem nos diferentes cursos, garantindo em cada ano curricular, pelo menos dez horas de leccionação por individualidades estrangeiras (GRNI em articulação com a Coordenação dos cursos e Responsáveis das Unidades Curriculares);
- Continuar a melhorar e a diversificar os recursos educativos da Escola, nomeadamente bibliotecas e laboratórios de forma a possibilitar o maior desenvolvimento de competências técnicas através da aprendizagem por simulação e em ambiente controlado (docentes, coordenação dos laboratórios, professor Bibliotecário Conselho de Gestão e Presidência);
- Continuar o projecto de inovação das práticas pedagógicas laboratoriais, com recurso a simuladores e a investigação sobre as mesmas (Professores Responsáveis pelas UC de Práticas Laboratoriais, Responsáveis pelos laboratórios, CTC e CP);
- Apoiar estudos de avaliação da eficácia da formação por simulação nas práticas laboratoriais no sentido de a melhorar, propostos pelos docentes e/ou Conselho Técnico-Científico e/ou Conselho Pedagógico;
- Apoiar o desenvolvimento de programas que criem e desenvolvam equipamentos e ferramentas científico-pedagógicas necessárias à implementação de novas formas de trabalho de docentes e estudantes dando particular atenção aos que usem o *e-learning* (Conselho de Gestão);
- Criar sessões lectivas suplementares, nas unidades curriculares com maior insucesso, dirigidas especialmente para estudantes com a(s) unidade(s) curricular(es) em atraso e quando as equipas disciplinares derem parecer favorável e os estudantes considerarem importante para a sua aprendizagem (Responsáveis de Coordenadores das Equipas Disciplinares, em articulação com Coordenação de Curso e CTC);
- Monitorizar a implementação das normas internas definidas no âmbito dos Conselhos Técnico-Científico e Pedagógico, da coordenação e gestão dos cursos e Unidades Científico-pedagógicas (Conselho para a Qualidade e Avaliação);

- Continuar a reforçar a articulação entre a investigação e os cursos de graduação e pós-graduação (CTC);
- Continuar a aumentar a qualificação académica, a especialização e produção científica do corpo docente, dentro dos limites da capacidade orçamental.

Medida 2 - Outros Cursos.

- Diversificar a oferta de programas de pós-graduação, não conferentes de grau, conducente à formação avançada dos profissionais de saúde em áreas específicas, como por exemplo Enfermagem e Esclerose Múltipla, Tratamento de Feridas, Enfermagem Transcultural e outros a serem propostos pelas UCP(s) e aprovados pelo CTC;
- Promover a oferta formativa, de curta duração, em áreas consideradas prioritárias no plano nacional de saúde, com vista a contribuir para a formação contínua dos enfermeiros e outros profissionais de saúde, numa perspectiva de formação ao longo da vida;
- Apoiar a concepção de ofertas formativas diferenciadas por ambientes de aprendizagem orientados para a pesquisa, a inovação, a resolução de problemas e uso das TIC;
- Apoiar a criação de cursos em Ensino à Distância adequados a diferentes públicos alvo, particularmente para os novos diplomados pela Escola, a exercerem em Portugal e no estrangeiro;
- Promover oferta de formação dirigida a Professores do Ensino Básico e Secundário, sobre educação e saúde;
- Continuar a tentar influenciar a criação de quadro legal que nos permita oferecer o terceiro ciclo de formação em enfermagem, conjuntamente com universidades estrangeiras, com tradição de desenvolvimento de formação conducente à obtenção do grau de doutor em enfermagem;
- Manter o número de vagas de formação profissional especializada, para enfermeiros dos PALOP;
- Oferecer Cursos de formação pós-graduada de curta duração, para activos da saúde, não conferentes de grau (mínimo de 30 horas).

Medida 3 – Criar as condições necessárias ao trabalho nas UCP(s) com vista a apresentarem propostas ao Conselho Técnico-Científico, de diversificação da oferta

formativa de pós-graduações e de cursos de mestrado, que incluam uma componente curricular que corresponda a formação avançada em áreas especializadas e que respondam a claras necessidades, em cuidados de enfermagem na actualidade (entre as áreas possíveis dá-se como exemplo: enfermagem em cuidados paliativos e em cuidados domiciliários; enfermagem oncológica, sistemas de informação em enfermagem, etc.).

- Repensar a organização dos cursos de mestrado e pós-licenciatura, a partir das conclusões do estudo em curso sobre este domínio da formação e coordenado pela Presidente do Conselho para a Qualidade e Avaliação (a liderar pelo CTC);
- Rever todo o programa de oferta de Mestrados adaptando-o às reais necessidades e disponibilidades financeiras dos potenciais candidatos (UCP(s) e CTC);
- Alargar os públicos a quem se dirige a formação oferecida pela Escola, particularmente abri-los a estudantes estrangeiros.

Medida 4 – Promover a formação pedagógica dos docentes da ESEnfC.

- Incrementar a formação pedagógica dos assistentes convidados e adjuntos sem formação formal em pedagogia, para que possam utilizar de forma cada vez mais eficaz estratégias de orientação de Ensinos Clínicos que melhorem o acompanhamento pedagógico individualizado/personalizado (Conselho Pedagógico em articulação com Comissão de Formação dos Docentes e Gabinete dos Ensinos Clínicos);
- Reforçar o apoio à formação pedagógica de modo a garantir que todos os docentes detêm formação nesta área, bem como a oportunidade de realizarem cursos de actualização (Conselho de Gestão);
- Pôr em funcionamento um Curso de Formação Pedagógica para docentes e enfermeiros (Conselho Técnico Científico, em articulação com as UCP(s)).

Medida 5 – Colaborar com outras Instituições de Ensino.

- Manter em parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra o 3º Ciclo em Ciências da Saúde: Ramo de Enfermagem;
- Manter com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra a Pós-graduação em Economia da Saúde;
- Manter a parceria com as Faculdades de Medicina e Psicologia e Ciências da Educação, da Universidade do Porto, no âmbito do Curso de Mestrado em

Cuidados Paliativos, Doutoramento em Bioética e outros âmbitos considerados de interesse comum.

INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

No documento Europe 2020: Flagship Initiative – Innovation Union, de 6/outubro/2010, a inovação é colocada no centro das atenções da estratégia Europe 2020, destacando-se como principais objetivos:

“1) investir em educação, I&D e inovação (I&D+i), mesmo numa altura de dificuldades financeiras; 2) evitar a fragmentação, ligando os sistemas europeus e nacionais de I&D+i; 3) reformar a educação, através da excelência, as universidades/instituições de ensino superior necessitam atrair talentos; 4) os pesquisadores e inovadores devem ser capazes de colaborar no espaço europeu de um modo tão simples como fazem nos seus espaços nacionais, criação de uma Área de Pesquisa Europeia que facilite a circulação do conhecimento; 5) o acesso a programas europeus de financiamento deve ser simplificado; 6) gerar mais inovação a partir da investigação, ligar a Ciência aos Negócios; 7) remover barreiras aos empreendedores para facilitar a colocação de ideias no mercado (financiamentos, dificuldades nos direitos de propriedade intelectual, acordos para patentes Europeias, etc.); 8) lançamento de parcerias para a inovação na Europa; 9) tirar partido nas forças do design e criatividade, vencer na inovação social, dar visibilidade a iniciativas de sucesso e efectuar benchmarking; 10) trabalhar melhor com parceiros fora do espaço europeu; 11) criar empregos para colmatar os que foram banidos com a crise”.

Ao pensarmos a actividade neste domínio, para 2015, não podemos deixar de ter este horizonte como enquadrador das decisões.

Nos últimos anos a Escola tem vindo a assumir-se como uma instituição em que a investigação tem um papel fundamental. Os passos já dados, em que se sobressai o apoio à Unidade de Investigação, foram sinais claros em como estamos empenhados em que a investigação ocupe o lugar estratégico que lhe compete numa organização de ensino superior. E, apesar do sistema binário em que se organiza o ensino superior em Portugal e de, atualmente, o ensino de enfermagem se enquadrar no ensino superior politécnico, é reconhecido que a investigação ocupa um lugar central quer na formação dos estudantes

quer no desenvolvimento do conhecimento, tal como tem vindo a ser transcrito nos diferentes diplomas legais.

Nos últimos quatro anos, a ESEnfC testemunhou uma evolução sem precedentes no reconhecimento da sua I&D, assumindo um lugar de destaque ao nível nacional com algum reconhecimento internacional. Essa evolução está comprovada em todos os indicadores quantitativos e qualitativos que definimos como meta para esta área. Merece um especial destaque a evolução registada num dos principais indicadores qualitativos de avaliação nesta área, o impacto normalizado de citações, que os nossos docentes têm visto reconhecido cada vez mais.

Esta melhoria resulta, indiscutivelmente, do mérito dos investigadores e docentes da ESEnfC, que têm divulgado os seus trabalhos, escolhendo cada vez mais criteriosamente os locais onde essa publicação tem lugar. Adicionalmente, a produção científica da ESEnfC tem sido incentivada através do programa de apoio à publicação em revistas científicas de elevada qualidade e da criação de um Repositório Científico, que recolhe a produção científica da instituição. O repositório científico da Escola integra o RCAAP, o Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal, operado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

É reconhecido internacionalmente que a Enfermagem é uma disciplina do conhecimento científico com uma importante relevância na prática dos cuidados à pessoa e, como tal, impõe não só investigação dirigida à qualidade dos cuidados e a análise do custo benefício dos cuidados de saúde, como também investigação fundamental sobre a sua área disciplinar. De facto, se por um lado é reconhecida uma diversidade de características da disciplina que apoiam o seu compromisso com um forte, centrado e cientificamente baseado corpo de conhecimentos orientadores da prática de enfermagem, tais como: a definição da ciência de enfermagem como uma ciência “humana”, reflectindo os aspectos de como se lida com a saúde e a doença; a forte ênfase na compreensão e explicação da prática actual da enfermagem para alcançar os melhores resultados para as pessoas, famílias e comunidades; o compromisso de desenvolver conhecimento para fortalecer os clientes, as enfermeiras e a disciplina; e, o grande valor colocado na compreensão da pessoa e das suas experiências, com o propósito de otimizar os cuidados de saúde e a promoção da saúde (Meleis, 1992), por outro, é reconhecido que os cientistas de enfermagem têm proposto modelos explicativos úteis, natureza e processos de enfermagem, bem como de compreensão da

pessoa enquanto alvo dos cuidados nos diferentes momentos de vida e de relação com os processos de saúde e doença.

As duas áreas prioritárias, definidas pelo ICN (1997; 2003), para a investigação em enfermagem – saúde e doença; respostas dos serviços de saúde – enfatizam a necessidade da enfermagem responder de forma tangível ao mandato social que lhe é conferido, isto é, fundamentar o benefício dos seus cuidados para os cidadãos e comunidades. Por outro lado, e dada a complexidade dos fenómenos de saúde, é cada vez mais reconhecida a necessidade de investigação interdisciplinar, na qual a enfermagem pode e deve participar sem contudo perder a sua identidade própria.

Deste modo, a ciência de enfermagem reivindica para si um lugar próprio no concerto do conhecimento ao mesmo tempo que se pode afirmar que os desafios colocados à resolução dos complexos problemas de saúde, não podem dispensar o saber da enfermagem.

A ESEnfC, pela sua história e dimensão, teve sempre uma responsabilidade acrescida como garante do desenvolvimento do conhecimento em enfermagem e como organização formadora de enfermeiros capazes de utilizar, a cada momento, o melhor conhecimento na sua prática de cuidados. Temos cumprido! Demos, nos últimos anos um salto qualitativo no sentido de: transformar a Escola numa instituição orientada para a investigação e para o ensino baseado na investigação.

A articulação entre o ensino e a investigação necessita de respostas claras do ponto de vista organizativo e das responsabilidades dos seus diferentes atores, pelo que considero que é fundamental desenharmos a “rede” que garanta a optimização desta articulação entre UICISA-E – Unidades Científico-pedagógicas e Projectos.

Apesar do difícil momento que a Política para a Investigação atravessa em Portugal, com decisões sobre a distribuição do financiamento disponível, marcadamente ideológicas, sobre o valor das diferentes áreas científicas, com repercussões nos processos de avaliação das unidades, a UICISA-E continua acreditada pela FCT, o que permite continuar a apresentar candidaturas autónomas, integrar candidaturas externas, acautelando, neste último caso, o reconhecimento formal desses envolvimento. Permite também a continuação da política de admissão de bolseiros dos diferentes níveis, particularmente a de abertura de Bolsas de Iniciação à Investigação cuja população alvo são os estudantes de licenciatura dos primeiros anos do curso e a captação de bolseiros de doutoramento e pós-doutoramento.

A Unidade de Investigação, acreditada pela FCT, regula-se antes como agora, pelos critérios nacionais e internacionais da ciência e investigação, olhando para o futuro e com a experiência já adquirida importa melhorar o circuito de garantia da qualidade da UICISA-E articulando-o com o Sistema Interno de Garantia da Qualidade da Escola como um todo.

À Unidade de Investigação deve continuar a ser acometida a responsabilidade de organizar e dinamizar a investigação científica produzida por docentes e investigadores da ESEnfC. Dos docentes, tendo em conta as diferenças subjacentes à sua qualificação e situação na carreira espera-se que continuem, como até aqui, a envolver-se cada vez mais com as actividades de investigação e a criação de um clima favorável à investigação.

Criar um clima favorável à investigação implica não só continuar a dar ênfase às actividades de investigação desenvolvidas pelos docentes e investigadores da Unidade, como também, garantir cada vez mais a utilização do conhecimento produzido pela investigação na docência e o imbuir de espírito de curiosidade científica e encontrar experiências significativas de investigação para os estudantes aos vários níveis da sua aprendizagem. Implica ainda garantir a sua translação para a prática clínica.

O contacto dos estudantes com actividades de investigação desde os primeiros anos, tem vindo a merecer cada vez mais a nossa atenção. É necessário aumentar geometricamente esta participação, pois para além de constituir um critério de avaliação do ensino superior (artigo 4º, nº 2, alínea h, da Lei nº 38/2007), permite focar a aprendizagem como um processo de busca contínua e criar, no futuro, uma comunidade científica sólida, fundamental para o desenvolvimento da disciplina de enfermagem e reconhecimento universitário desta área.

A UICISA-E é uma Unidade Diferenciada da ESEnfC (Estatutos), por tal somos responsáveis por garantir as instalações e as infra-estruturas necessárias à prossecução das suas actividades, bem como facultar a colaboração de investigadores e técnicos necessários ao desenvolvimento da sua missão. Assim, continuaremos, com os limites impostos por um orçamento que deixa de contar com cerca de 100 000 € de transferência do estado para investigação, a criar as condições para a maior qualificação do seu corpo docente e o desenvolvimento das condições materiais e funcionais para o desenvolvimento dos projectos de investigação inscritos na UICISA-E.

Ganhar a aposta da investigação é um desafio nunca concluído, ambicioso e difícil de atingir se não puder contar com o envolvimento de todos. O futuro obrigará-nos a rever o regulamento de prestação do serviço dos docentes introduzindo formas inovadoras de organização do trabalho que permitam uma melhor conciliação dos diferentes domínios de actividade dos docentes e que, simultaneamente garanta uma gestão criteriosa dos recursos docentes da Escola. Exige, também, que os investigadores assumam cada vez mais a responsabilidade de apresentar e atrair projectos e verbas para a investigação, de participarem cada vez mais sistematicamente em redes nacionais e internacionais de investigação e de ganhar o apoio das instituições de saúde, traduzido pelo estabelecimento de parcerias que garantam a implementação de projectos de inovação que possibilitem a translação do conhecimento produzido.

Mas não basta sermos capazes de produzir boa ciência, temos também que ser cada vez mais efectivos na sua divulgação junto de públicos diversificados. Alguns bons exemplos foram conseguidos nos últimos tempos, como: a amplitude dada pela comunicação social aos projectos financiados pela FCT, a divulgação mediática dos resultados de alguns dos projectos de investigação em curso, a articulação real no terreno com associações não-governamentais, instituições de saúde, escolas e autarquias. Continua a não ser possível às instituições de Ensino Superior Politécnico em Portugal conferirem o grau de Doutor, limitando a sua estratégia de I&D de forma importante. Contudo, a ESEnfC tem capacidade científica residente na área da Enfermagem reconhecida nacional e internacionalmente. Nesse sentido, é essencial assumir essa capacidade e, como já dissemos, continuar a parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e eventualmente outras em Programas Doutorais, apostando, também, na ligação a Universidades estrangeiras, até que vejamos legitimada a nossa capacidade de realizar nós próprios esta oferta, o que depende, no actual enquadramento jurídico, do reconhecimento da Escola como instituição de ensino universitário.

É fundamental, tudo fazer para que, na próxima avaliação externa da UICISA-E vejamos melhorada a nossa classificação e reforçado o reconhecimento da área de Enfermagem.

Quanto à inovação e empreendedorismo:

Desenvolver a capacidade empreendedora dos estudantes é hoje, também, cada vez mais um desafio que se coloca ao ensino superior e que a Escola não tem ignorado. A adesão ao Concurso Nacional Poliemprende que em 2015 terá a sua 12ª edição, tem em vista o desenvolvimento de uma cultura de empreendedorismo entre os estudantes e a

consciencialização da importância de transformar o conhecimento em valor, também na área da saúde. Importa, no nosso entender, continuar a criar condições ao trabalho do Gabinete de Empreendedorismo e articular cada vez mais o seu funcionamento com a UICISA-E, de forma não só a garantir a dinamização de projectos com vista ao desenvolvimento de competências empreendedoras nos estudantes, a apoiar a preparação dos seus planos de negócio, a criar condições à incubação das suas empresas e registo das patentes daí eventualmente resultantes, mas fundamentalmente a fazer acompanhar sistematicamente inovação por investigação.

As instituições de ensino superior têm cada vez maiores responsabilidades em promover a transferência de conhecimentos e a inovação a partir dos conhecimentos que produzem, contribuindo para a resolução de problemas sociais e ou para a melhoria das respostas existentes. Assim, pensamos que a Escola tem que repensar a sua organização criando elos estratégicos e verdadeira articulação entre investigação, prestação de serviços à comunidade, e empreendedorismo, ao mesmo tempo que reforça alianças estratégicas com instituições de saúde e outras empresas da comunidade e aproveitando o seu potencial científico, de recursos humanos e laboratoriais, para pensar o desenvolvimento de projectos que experimentem novas intervenções de enfermagem, aliando inovação-formação-investigação. Isto permitirá desenvolver na comunidade académica, um espírito que combine o interesse pelas descobertas (importantes) com a aplicação das mesmas. Articulando as diferentes funções docentes e desenvolvendo também o espírito científico e empreendedor dos estudantes.

O empreendedorismo é um poderoso motor de crescimento económico e criação de emprego: além da criação de novas empresas e postos de trabalho, abre novos mercados e favorece o desenvolvimento de novas competências e capacidades e novas ofertas de cuidados destinadas a responder a novas necessidades sociais e de saúde. A Escola pela investigação que desenvolve e pela relação privilegiada que mantém com as melhores instituições de saúde tem uma posição favorável para se afirmar mais como um motor de desenvolvimento, de competitividade e de crescimento na área da Enfermagem e do desenvolvimento de tecnologias de cuidados e ajuda para o autocuidado, inovando e preparando recursos humanos capazes de protagonizar, na área da Enfermagem, o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo que a Comissão Europeia defende.

Seja no quadro da estratégia europeia que sustenta o período de programação financeira 2014/2020, seja no âmbito das políticas nacionais e regionais que definirão a estratégia “Portugal 2020”, importa encontrar os recursos que garantam o fomento de uma atitude

empreendedora, a oferta acrescida de serviços de saúde inovadores à comunidade, a transformação de ideias inovadoras em produtos comercializáveis, a promoção da empregabilidade e a ligação entre os grupos de investigação e as instituições de saúde com vista a garantir a translação do conhecimento. Por último, importa que a investigação e a inovação alimentem o posicionamento da escola como entidade prestadora de serviços.

A cultura ESEnfC Empreendedora deve ser um traço distintivo da comunidade educativa. Por um lado, a montante, porque ajudará a escolas na conquista de mais e melhores estudantes, contribuindo para a sua sustentabilidade. Por outro lado, a jusante, porque reforçará a percepção, junto da comunidade externa, de que os diplomados pela Escola são mais preparados, melhor qualificados e detentores de uma cultura de pro-actividade, de apetência pelo risco e pela inovação, de inconformismo e de interesse contínuo.

Apresentam-se a seguir as medidas propostas, para 2015.

Medida 1: Reforçar a investigação, desenvolvimento e inovação.

- Promover a gestão eficiente dos recursos da UICISA-E e garantir o financiamento mínimo necessário ao desenvolvimento das suas actividades Comissão Administrativa e Científica da UICISA-E e Conselho de Gestão);
- Reforçar a centralidade da investigação no foco da Enfermagem e a sustentabilidade da investigação, definindo prioridades e concentrando recursos, particularmente humanos (quantidade e qualidade) para criar massa crítica em áreas de investigação específicas a definir pela Comissão Científica da UICISA-E em articulação com o CTC da ESEnfC;
- Dispensar da actividade lectiva até 3 ETI(s) docentes, para a realização de projectos de investigação, inscritos nas linhas de investigação da UICISA-E, que tenham sido objecto de candidatura a financiamento e que, assumam o compromisso de se candidatar nos subsequentes concursos abertos pela FCT, caso não tenham obtido financiamento;
- Organizar a Prestação do Serviço Docente de modo a que a maioria dos investigadores docentes dediquem 60% das horas não lectivas semanais a actividades de investigação integradas na UICISA-E, prestação de serviços à comunidade e/ou gestão democrática da Escola;

- Continuar a motivar os investigadores/doutorados a dirigir projectos como investigador principal;
- Apoiar financeiramente novos projectos submetidos a concurso e incentivar cada docente doutorado a ser responsável / membro da equipa de pelo menos um projecto de investigação, inscrito na UI, desenvolvido em parceria com instituições de saúde, ensino e/ou investigação nacionais ou internacionais;
- Reforçar a colaboração com as Instituições de Saúde, com as quais a Escola tem protocolos, no domínio da investigação, para o desenvolvimento de investigação e a translação do conhecimento produzido, particularmente com o CHUC e IPO;
- Apoiar financeiramente o desenvolvimento de projectos de investigação que articulem a prática docente, com a prática clínica de Enfermagem, que envolvam equipas que integrem docentes, estudantes e enfermeiros das instituições onde decorrem os ensinos clínicos;
- Reforçar o apoio aos investigadores no âmbito da preparação de candidaturas a projectos de financiamento, recriando a figura do gestor de projectos;
- Continuar a apoiar a criação, gestão e divulgação de bases de dados de artigos científicos, instrumentos de medida e contactos com investigadores;
- Incentivar os docentes a manterem os seus Curricula Vitae actualizados na plataforma DeGóis;
- Continuar a trabalhar para encontrar parceiros que co-financiem projectos e bolsas de investigação;
- Estabelecer parcerias potenciadoras da captação de grandes projectos de desenvolvimento regional, nacional e internacional por parte dos grupos de I&D mais activos da ESEnfC, os quais poderão assumir posições de liderança;
- Optimizar a articulação entre a I&D e a Internacionalização e Mobilidade;
- Criar medidas tendentes a reforçar o empenho na actividade científica: Certificados de Mérito de Publicação Científica e criar um prémio orientado para destacar a citação de artigos da ESEnfC;
- Tornar obrigatório o armazenamento da obra científica da Escola na base de dados da Escola, disponibilizando apoio para o efeito e criar um Repositório de Dados Científicos;
- Aumentar o número de projectos candidatos a financiamento pela FCT e a outras fontes de financiamento externo;

- Apoiar os processos formativos de doutorandos docentes da ESEnfC (22), no quadro das condicionantes orçamentais, com vista a aumentar o número de investigadores com doutoramento;
- Criar as condições necessárias para que a UICISA-E cumpra o plano de desenvolvimento do “Portugal Centre for evidence based practice: an affiliate centre of Joanna Briggs”: revisão sistemática na área da enfermagem, e organização dos encontros trainee de trainers e encontro do grupo europeu;
- Implicar os investigadores na atracção de projectos e verbas de investigação, atracção de contractos de desenvolvimento científico, participação em redes nacionais e internacionais de investigação;
- Continuar a colaboração científica com a Faculdade de Medicina no âmbito do programa de doutoramento em Ciências da Saúde e o apoio aos doutorandos do ramo Enfermagem;
- Incentivar os doutores inscritos na Unidade de Investigação a orientarem projectos de doutoramento e a inscrevê-los no âmbito de projectos estruturantes da UICISA-E;
- Incentivar todos os doutorandos apoiados pela Escola, a manterem os seus projectos de doutoramento ligados à UI, com o objectivo de manter o número de doutorandos inscritos na UICISA-E;
- Continuar a promover a integração dos projectos de investigação que emergem das UCP(s) na organização do modelo de rede da Unidade de Investigação afiliando-se nas linhas/projectos estruturantes/redes de projectos associados;
- Apoiar a candidatura da UICISA-E a líder de Rede de Estruturas de Investigação na Europa;
- Apoiar a participação da Escola na ALIA (Associação Lusófona e Internacional de Administradores da Ciência) de que fazemos parte da Direção.

Medida 2: Promover a divulgação do conhecimento produzido.

- Apoiar a participação dos investigadores em conferências internacionais, no país e no estrangeiro;
- Promover a comunicação e a mobilidade dos investigadores, facilitando a integração da investigação na comunidade científica internacional;
- Apoiar diferenciadamente as actividades de produção e/ou divulgação científica dos docentes que submetam artigos para publicação em revistas indexadas na

Scielo, Scopus e Thomson Reuters com vista a aumentar o número de artigos publicados em revistas científicas com 'referees';

- Apoiar a realização de congressos internacionais e a formação dos investigadores, em áreas consideradas relevantes para atingir as metas definidas institucionalmente e de acordo com a proposta de despacho anexa a este plano de actividades;
- Criar condições à evolução da “Revista de Enfermagem Referência” como uma Revista Internacional indexada com leitura de factor de impacto, aumentando o número de artigos publicados por ano, publicando-a em três línguas e ampliando a rede de divulgação internacional com o fim de melhorar os indicadores de repercussão;
- Apoiar a participação de docentes da ESEnfC na Direcção, Conselhos Científicos, Conselhos Redatoriais e Revisores Científicos de Periódicos (Exemplo: *International Journal of Caring Sciences*, *International Journal of Learning*, *Online Brazilian Journal of Nursing*, *Revista Cogitare Enfermagem*, *Revista CuidArte Enfermagem*, *Revista da INFAD*, *Revista de Enfermagem UFPE On Line*, *Revista Investigação em Enfermagem*, *Revista Latino-americana de Enfermagem*, *Revista Sinais Vitais*, *Revista Webnursemagazine*; *Revista de Formación e Innovación Educativa Universitaria*, *Revista Internacional de Ciencias Sociales Interdisciplinares*, *Journal of the World Universities Forum*, *Journal of Nursing Education and Practice* e *Revista de Enfermagem Referência*);
- Apoiar a realização de actividades científicas (Jornadas, Seminários e Congressos) desenvolvidas em parceria entre as UCPs e UICISA-E.

Medida 3 – Promover a articulação entre ensino e investigação e a formação de investigadores.

- Continuar a reforçar o projecto de articulação entre as Unidades Científico Pedagógicas (responsáveis pelo ensino) e a Unidade de Investigação;
- Financiar seis bolsiros de iniciação à investigação e quatro bolsiros de investigação;
- Atribuir uma Bolsa de Mérito Científico, para os estudantes que tendo estado envolvidos em projectos da Unidade de Investigação, se distinguirem;

- Criar as condições necessárias para aumentar o número de investigadores estrangeiros na UICISA-E (Doutoramento Sanduiche e Pós-doutoramento).

Medida 4 - Promover a definição, coordenação e implementação de uma cultura empreendedora cada vez mais consolidada.

- Apoiar o desenvolvimento do trabalho do Gabinete de Empreendedorismo;
- Dinamizar o ecossistema ESEnfC, transversal e auto-sustentável, que incrementa a criação de *start-ups*, no âmbito do protocolo com a incubadora de empresas do Instituto Pedro Nunes, e a empregabilidade dos seus estudantes;
- Estimular uma cultura de risco junto dos estudantes e docentes, com o objectivo de criar novas percepções em relação ao empreendedorismo, à empregabilidade e ao seu papel na sociedade e economia;
- Continuar a criar espaços de partilha de experiências entre os estudantes, docentes, empresários e investidores, utilizando metodologias inovadoras e criativas para animação de grupos multidisciplinares e espaços de experimentação, fazendo uso da infra-estrutura de laboratórios existentes;
- Continuar a apoiar a realização de planos de negócio e a protecção da propriedade industrial e intelectual, de modo a potenciar a posterior incubação;
- Continuar a trabalhar em estreita articulação com a incubadora de empresas do Instituto Pedro Nunes, de quem somos parceiros e accionistas e membros da Assembleia Geral, entre outros parceiros possíveis.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

A Prestação de Serviços e Extensão na Comunidade, como temos vindo a afirmar nos diferentes relatórios de actividades dos últimos anos é uma área de missão que tem assumido cada vez mais importância na Escola, no trabalho de docentes e discentes e que em muito casos tem vindo a contribuir para ajudar a consolidar as outras áreas de missão e para a intervenção e visibilidade da Escola na Comunidade.

A prestação de serviços e actividades de extensão na comunidade, que temos vindo e que pretendemos continuar a desenvolver, é simultaneamente uma forma de oferecer serviços inovadores e de excepção, que complementam os cuidados disponibilizados à população pelo sistema nacional de saúde, mas de forma articulada com eles e de modo

a articular, inovação, formação e investigação e de promover a educação para a saúde e cidadania.

Os projectos desenvolvidos têm sido dirigidos essencialmente a grupos alvo - crianças, adolescentes, jovens adultos, estudantes do ensino secundário e superior, idosos, casais grávidos, doentes cardíacos, cidadãos sem-abrigo, pessoas com doença mental ou em risco, etc., e têm como grande finalidade permitir o reforço da ligação entre o ensino, clínica e investigação. Criando a possibilidade de pôr em prática novas propostas de cuidados, quer sejam novas intervenções ou novas formas de as realizar, de as investigar e de poder formar na e pela investigação e de alimentar a formação com novos conhecimentos. Por isso, devem incluir sempre professores e estudantes de graduação e ou pós-graduação no seu desenvolvimento.

A Escola cumpre também por esta via, alguns dos desafios que se colocam hoje ao ensino superior: o reforço da ligação entre ensino superior e a vida económica, social e cultural do país. A promoção do empreendedorismo e da participação de docentes e alunos em acções que visem o aumento de qualificações na sociedade portuguesa. A promoção da responsabilidade social dos estudantes, através da promoção do voluntariado e da intervenção social e cultural; uma vez que a integração dos estudantes nos projectos de intervenção na comunidade é voluntária e no âmbito das actividades de complemento curricular.

Esta área de missão permite-nos também, o estabelecimento de uma cooperação mais estreita, não apenas com a comunidade em geral, mas também com as instituições de prestação de cuidados de saúde, uma vez que acontece para além e num âmbito diferente das actividades de ensino clínico, promovendo com mais eficácia a transferência e a divulgação dos conhecimentos que produzimos. Temos um leque de parcerias com diferentes instituições de ensino e de saúde para o desenvolvimento conjunto de projectos de Formação-Acção-Investigação que visam encontrar/experimentar novas respostas para problemas concretos identificados nas práticas clínicas, bem como projectos de formação desenvolvidos em contexto de trabalho, com o objectivo de melhoria contínua das práticas clínicas, numa perspectiva de formação ao longo da vida e de (des) ocultar e/ou produzir conhecimento através das práticas. No entanto, é necessário reforçar e multiplicar geometricamente estes projectos, idealmente deveríamos ter um projecto conjunto com cada unidade de cuidados onde decorrem

ensinos clínicos e que envolvesse docentes, enfermeiros e estudantes. Poderemos assim consolidar um caminho de abertura ao exterior, abertura em que incluímos por um lado o reforço e a criação de redes com outras escolas/universidades e ou instituições de saúde, da região, nacionais e estrangeiras, mas, simultaneamente reforçamos cada vez mais a cooperação com as instituições de saúde, poder local e organizações não-governamentais da sociedade civil, contribuindo para o desenvolvimento mútuo e para o desenvolvimento em saúde e enfermagem. A experiência tem-nos mostrado que todos são parceiros indispensáveis e que todos dizem sim na hora de unir esforços para a concretização dos projectos. Aprendemos, ao longo do caminho percorrido, que o essencial para esbater barreiras ao desenvolvimento da inovação e da mudança, é o envolvimento precoce de todos os atores/parceiros quer ao nível da concepção, da implementação e avaliação dos projectos que desenvolvemos.

Relativamente a aspectos menos conseguidos nesta área de missão da Escola, temos que reconhecer que as receitas provenientes da prestação de serviços continuam a ser escassas, embora existentes com cada vez mais frequência, e que temos que pensar este domínio no sentido de transformar as competências e conhecimentos detidos na comunidade académica, em valor - gerar receitas a partir desta área de missão. Ainda que esta área da actividade da Escola seja em si um valor. Os ganhos que estes serviços representam situam-se a um nível não tangível, mas fundamental para a sustentabilidade da Escola. Isto porque, por um lado estas actividades dão a conhecer o que é a Enfermagem e a Escola, o que os cidadãos podem esperar dos enfermeiros e quem são os enfermeiros, para além de muitos dos projectos promoverem a saúde das populações alvo, a responsabilidade cívica e a formação global dos estudantes da ESEnfC neles envolvidos. Por outro lado, como muitas destas actividades decorrem em Escolas Secundárias transformam-se em excelentes acções de divulgação da Escola e da enfermagem. Por último e não menos importante, permitem aos docentes o exercício da clínica em áreas inovadoras permitindo o desenvolvimento de estudos sobre as intervenções experimentadas. O trabalho desenvolvido por docentes, discentes e não docentes, no âmbito de projectos desta natureza, tem sido muito relevante e merece o nosso mais profundo reconhecimento.

Esta área deve cada vez mais constituir para a Escola um factor de natureza incremental no desenvolvimento da instituição e da comunidade educativa, de aperfeiçoamento das práticas e saberes e, como tal, influenciar a estrutura interna da Escola e a sua adequação funcional aos desafios da sociedade e às exigências da competitividade.

A Escola não pode deixar de pensar esta área tendo em conta que os agentes prestadores de serviços o fazem na qualidade de docentes e/ou investigadores da ESEnfC, mas não pode esquecer ou subestimar, porém, que o estímulo material sob a forma de remuneração adicional é desejável e legítimo e se encontra expressamente previsto na lei (Decreto-Lei n.º 207/2009 de 31 de agosto).

Temos também, que pensar cada vez mais as actividades de prestação de serviços como constituindo cada vez menor encargo para a Escola, devendo, ao invés, representar um contributo líquido para o seu orçamento, sempre que possível, contribuindo para o aumento da autonomia financeira da ESEnfC.

Incluir-se-ão na Prestação de Serviços Especializados à Comunidade o conjunto de actividades envolvendo meios humanos e/ou materiais da Escola exercidas, quer no âmbito de contractos entre a ESEnfC e outras entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras, quer no âmbito de projectos financiados por quaisquer dessas entidades, desde que se trate de actividades da responsabilidade da ESEnfC, sendo por consequência os encargos correspondentes, satisfeitos por receitas provenientes daquelas entidades ou projectos que podem ter o apoio financeiro da Escola nos casos em que tal for considerado relevante.

Consideram-se ainda PSEC, serviços inovadores, a implementação de novas propostas de cuidados, novas intervenções, novas formas de realizar as intervenções ou a criação de possibilidade de investigar práticas já existentes para obtenção de evidências determinadas, os projectos que tiverem como objectivo a promoção do desenvolvimento pessoal dos estudantes e da cidadania, reforçando a ligação entre ensino superior, vida económica social e cultural, bem como projectos de empreendedorismo. Em todos os projectos deve estar incluída a participação de docentes e estudantes e devem sempre que possível visar o aumento da qualificação da sociedade e dos seus níveis de literacia em saúde, bem como a promoção da responsabilidade social dos estudantes através da promoção de voluntariado e de intervenção social e cultural.

Em 2015 reforçaremos algumas experiências de prestação de cuidados, no âmbito de projectos específicos, já iniciadas e oferecidas gratuitamente e daremos início a outras. A diminuição do financiamento público, que já se vinha a adivinhar é cada vez maior e tende a estrangular o desenvolvimento das IES, pressiona cada vez mais as instituições a competir entre si e a sentir a necessidade de garantir o financiamento produzindo receitas próprias através da optimização de prestação de serviços à comunidade, de

prestação de cuidados, de investigação e transferência de conhecimento. A ESEnfC embora não possa ignorar esta necessidade, tem que, num período de instalação de novas dinâmicas desenvolver a prestação de serviços, ainda que não remunerados, mas procurando activamente fundos comunitários que nos ajudem a consolidá-la de modo a que no futuro possa também ser uma fonte regular de financiamento. Isto só será possível se encontrarmos novas formas de transformar as competências e conhecimentos detidos, em valor económico-financeiro.

Com vista a desenvolver a área estratégica da prestação de serviços à comunidade, propomos como medidas prioritárias, para 2015:

Medida 1 – Implementação do plano de desenvolvimento da área da prestação de serviços à comunidade.

- Implementar o regulamento de prestação de serviços especializados à comunidade, para melhorar a organização e optimização dos projectos de serviços à comunidade e reconhecimento do valor do trabalho desenvolvido;
- Incentivar e apoiar o desenvolvimento de projectos na comunidade propostos por docentes, unidades científico-pedagógicas ou unidades diferenciadas, considerando o seu interesse social e científico e integrados nas actividades da Escola, com parecer favorável do Coordenador da Unidade Diferenciada de Prestação de Serviços à Comunidade e Coordenação das Actividades de Extensão (UDPSCCAE) e do Conselho Técnico;
- Apoiar projectos de prestação de serviço à comunidade que promovam a oferta de cuidados de saúde inovadores, em articulação com instituições de saúde locais;
- Continuar a promover projectos de formação em contexto de trabalho desenvolvidos em parceria com os Serviços de Saúde e Formação com vista à reformulação das práticas de cuidados em uso e implementação de guias de boas práticas;
- Promover encontros ou reuniões para partilha de conhecimentos entre áreas que facilitem a transferência de conhecimento científico para projectos inovadores;
- Articular os projectos com o currículo para incentivar e criar condições à participação dos estudantes nestes projectos (Coordenação da UDPSCCAE e articulação com o CTC e os Coordenadores de Projecto);

- Manter o Gabinete de Apoio aos Projectos e criar as condições ao coordenador da UDPSCCAE para poder organizar a Unidade de Prestação de Serviços e Coordenação das Actividades de Extensão na Comunidade;
- Continuar a procurar fontes de financiamento para apoiar projectos de extensão que permita a sua oferta sem custos financeiros para a comunidade;
- Continuar a prestação de serviços nas áreas da preparação para o Parto e parentalidade - Projeto Terna Aventura;
- Prestação de serviços nas áreas da formação de cuidadores informais de pessoas dependentes na satisfação do autocuidado;
- Implementar a prestação de serviços no domínio dos cuidados de enfermagem de reabilitação e pessoas com alterações da mobilidade, tratamento de feridas e cuidados ao pé, promoção da saúde de famílias no processo de transição da passagem à reforma: “lugar dos afectos”;
- Implementar um Plano de Formação dos Profissionais do Centro de Social de São João, através da UCPEI.

Medida 2 – Manter e incentivar o desenvolvimento de projectos de colaboração com instituições de ensino básico, secundário e solidariedade social, no âmbito da educação no domínio da saúde, com quem a Escola tem protocolos e estendê-los a outras instituições, particularmente projectos que divulguem a Escola e a Enfermagem junto dos potenciais clientes do curso de licenciatura.

- Continuar a implementar os projectos de promoção de educação para a saúde: no Instituto Educativo de Souselas, Colégio de S. Martinho, Agrupamento Eugénio de Castro, Escola EB2+3 Inês de Castro, Escola Secundária Infanta D. Maria, Escola Secundária Dom Duarte, Escola Secundário Jaime Cortesão, Escola Secundária de José Falcão, Escola D. Dinis, Escola José Falcão, Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel, Escola de Hotelaria de Coimbra, Universidades Promotoras da Saúde, Escola Fernando Namora (Condeixa-a-Nova) e Portugal dos Pequenitos; Projecto 5 ao dia (ESEnfC/Mercado Abastecedor de Coimbra), Projecto Crescer Saudável, Projecto amigos, amigos pressões à parte, projecto (O)Usar & Ser Laço Branco, e Projecto Ser Saudável, Uma Aposta no/com Futuro;
- Apoiar a criação de um projecto comunitário Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia (UCP- ESMOG);

- Continuar a implementar os projectos Envelhecimento, Saúde e Cidadania; Antecipar a Experiência de Ser Idoso; Passeios com Cidadania; Estimulação Cognitiva e Prevenção da Fragilidade em Idosos (UCP de Enfermagem do Idoso);
- Implementação do projecto Peregrino (em fase de planeamento) (UCP de Enfermagem Médico-cirúrgica).

Medida 3 – Continuar a promover projectos de formação em contexto de trabalho desenvolvidos em parceria com os Serviços de Saúde e Formação, que configurem contrapartidas à colaboração que as Instituições dão à Escola no domínio dos ensinamentos clínicos.

- Acompanhamento do projecto Protecção, Promoção e Suporte da Amamentação;
- Assessoria no projecto de implementação da avaliação da dor em pessoas incapazes de comunicar nos CHUC/Serviço de Medicina III;
- Continuar a promover o projecto de melhoria de assistência de enfermagem à criança submetida a cirurgia em ambulatório pela equipa de enfermagem no Serviço de Pediatria do Hospital Distrital da Figueira da Foz;
- Continuar a implementar o projecto Aprender a Escutar a Voz dos Pais, dirigido a acompanhantes de crianças hospitalizadas no Hospital Pediátrico de Coimbra;
- Continuar a implementar o projecto Formação, Assessoria e Investigação em Reanimação;
- Continuar a implementar o projecto Capacitar para Cuidar;
- Desenvolver o projecto de criação de plataforma de indicadores para avaliação e monitorização dos cuidados de saúde/desempenho hospitalar;
- Continuar a apoiar o projecto Poliemprende;
- Apoiar o projecto, Health Tec Working Group;
- Continuar a apoiar o projecto Novos caminhos – qualidade e efectividade;
- Continuar a colaborar com a Cáritas de Coimbra na formação dos seus profissionais;
- Continuar a apostar na Formação de Recursos Humanos na área da Saúde, e para o Ensino da Saúde, em Cabo Verde, e São Tomé e Príncipe e Angola;

- Colaborar no projecto “Saúde Sobre Rodas”, em articulação com a Associação Integrar (apoio à população sem abrigo de Coimbra);
- Continuar o projecto “Desvendar (Cuidados continuados e reabilitação psicossocial)”, “+ Contigo (Prevenção de comportamentos de risco em jovens do terceiro ciclo e ensino secundário)” e “Saudar: Género, migrações e saúde”;
- Apoiar o projecto Feliz Mente;
- Apoiar o projecto em parceria com a OE, de formação em suporte básico de vida.

Medida 4 – Continuar o trabalho de alargamento do portal da saúde: já implementado na área da saúde mental, a outros domínios de enfermagem, onde a escola ofereça serviços – de informação, ensino, treino - direccionado a famílias que vivem transições no seu processo de saúde das quais tenha resultado ou possam vir a resultar dependência de um dos membros da família, para a realização das Actividades de Vida Quotidiana. Encontrar formas de continuar a financiar este projecto.

- Criar um portal da saúde: domínio de enfermagem, onde a escola ofereça serviços do tipo: informar, ensinar, treinar, direccionado a famílias que vivem transições no seu processo de saúde das quais tenha resultado ou possa vir a resultar dependência, de um dos membros, para a realização das Actividades de Vida Quotidiana;
- Implementar a prestação de serviços nas áreas de formação de cuidadores informais de pessoas dependentes na satisfação do auto cuidado devido, sobretudo, às consequências do AVC.
- Incentivar a criação, concepção, dinamização e gestão de um “canal de informação” interactivo, sobre a Enfermagem e a Saúde dirigido a jovens e a disponibilizar na página da Escola.

INTERNACIONALIZAÇÃO E COOPERAÇÃO

A internacionalização é um desafio permanente e transversal a todas as actividades da Escola. A dinamização de um Espaço Europeu de Ensino Superior passa, coerentemente, pela convergência dos sistemas de formação europeus, garantindo a eficácia e validade da mobilidade pelo reconhecimento dos estudos realizados neste contexto e da formação ao longo da vida. Neste enquadramento, a internacionalização dos programas de estudo constitui uma oportunidade à qualificação do ensino pela abertura a redes de

conhecimento e cooperação no desenho curricular, nos conteúdos e metodologias, na compreensão e actualização de perfis profissionais e respectivas competências.

Hoje é consensual entre a comunidade educativa, que ao nível da internacionalização nos cabe, enquanto instituição de ensino superior, promover o desenvolvimento de estratégias e o reforço das estruturas para a cooperação internacional e intercâmbios a nível institucional, nacional e internacional, particularmente com congéneres Europeias, que envolvam a Escola em actividades de ensino-aprendizagem e investigação conjuntas, procurando sempre, balancear cooperação e competição e atingir áreas geográficas específicas com trabalho de referência na área da Enfermagem.

Acreditamos que a mobilidade de estudantes, docentes e não docentes aumenta a qualidade dos cursos e a excelência da investigação, reforça a internacionalização académica e cultural. A mobilidade é importante para o desenvolvimento pessoal e para a empregabilidade. Assim, a mobilidade dentro do espaço europeu e não europeu é hoje uma realidade forte na Escola. No último ano lectivo, estudaram connosco cerca de 70 estudantes estrangeiros (ao abrigo de programas europeus e outros).

O ensino graduado tem ainda um papel destacado na ESEnfC que, em nosso entender, deve continuar a apoiar os processos de mobilidade, quer continuando a aderir a projectos/programas de financiamento existentes quer através do desenvolvimento de ferramentas de financiamento inovadoras e flexíveis que possibilitem a implementação da estratégia de internacionalização de longo prazo, agindo de modo a continuar a facilitar a mobilidade de estudantes e académicos, mas incentivando mais os estudantes do 2º ciclo a fazerem um período no estrangeiro.

A internacionalização, estratégica no desenvolvimento da ESEnfC, tem mobilizado o esforço de todos com vista a concretizar as metas que em cada ano se tem estabelecido, já tendo sido alcançada a meta de 20% de Estudantes terem oportunidade, durante o curso, de fazer um período de estudos ou formação profissional no estrangeiro, meta proposta para 2020 no comunicado da Conferência de Abril de 2009, dos Ministros Europeus de responsáveis pelo ensino superior.

Entendemos que esta política deve ser **continuada** e melhorada, devendo ser criadas oportunidades aos estudantes, de todos os ciclos de formação oferecidos pela Escola, para realizar um período de estudos, particularmente a frequência de unidades curriculares de ensino clínico, numa universidade que tenha relações privilegiadas para a formação com instituições de saúde de referência, na área ou áreas científicas

específicas do curso. Somos já o destino de escolha preferencial de estudantes e académicos da Europa, na área da enfermagem.

Mas, no nosso entender, a Escola tem também, que continuar a investir na cooperação com países de língua oficial portuguesa, particularmente com África, dando apoio ao desenvolvimento da enfermagem. Continuar o trabalho já iniciado de criação da Associação das Escolas de Enfermagem dos Países de Língua Oficial Portuguesa, que pode facilitar as permutas e parcerias, facilitando a cooperação em rede. Assim, pensamos ser de continuar o trabalho de parceria com a Universidade de Cabo Verde, a formação de enfermeiros da República Democrática de São Tomé e Príncipe, nas áreas consideradas prioritárias pelas autoridades de Saúde São-Tomenses; manter os projectos de mobilidade de estudantes e docentes com a Universidade Agostinho Neto, Angola, e iniciar um projecto de cooperação com o governo de Angola para a formação de activos da saúde, com a Universidade de São Paulo e Belo Horizonte, Brasil e o Instituto Politécnico de Macau; a continuação da diversificação dos parceiros internacionais, particularmente estabelecendo mais acordos bilaterais com congéneres nos Estados Unidos da América e Canadá, deve também ser uma preocupação.

A preparação de acordos com vista à concessão de “Graus Académicos” conjuntos, nomeadamente os graus de mestre e doutor, é um desafio não conseguido no mandato anterior a que deve ser dada prioridade.

É ainda desejável que a ESEnfC venha a liderar projectos internacionais para o desenvolvimento da Educação/Investigação e Inovação em Enfermagem, preferencialmente com financiamento Comunitário.

O incremento da utilização da língua inglesa em unidades curriculares ou módulos, bem como a continuidade da oferta de cursos de inglês e espanhol e francês para docentes, não docentes e estudantes devem continuar a ser apoiados, dado serem medidas favorecedoras da concretização das metas neste domínio. Introduzindo-se três prioridades na política de internacionalização e mobilidade: o vínculo com a Empregabilidade; a aposta em novos espaços geográficos; a articulação com a I&D.

Entrou em funcionamento o Programa Erasmus+ (previamente referido como Erasmus for All ou YES Europe) no qual a ESEnfC já se posicionou, reconstruindo através de um espaço de influência já consolidado (cerca de uma centena de acordos com cerca de trinta países europeus) para participar nas novas Alianças do Conhecimento e de Alianças de Competências Sectoriais que venham a ser criadas.

A ESEnfC tem também que realizar um esforço na procura de novos públicos, nomeadamente no Brasil, Espanha, e nos países de expressão portuguesa onde está a ser feito um grande esforço de ampliação da rede de Ensino Superior, particularmente na área da saúde. A cooperação que tem sido estabelecida, essencialmente, nas seguintes vertentes: mobilidade estudantil; mobilidade de investigadores; formação do corpo docente e profissionais de saúde, deve alargar-se à realização de cursos conjuntos de Mestrado e de formação contínua em *e-Learning*; apoio à instalação de laboratórios e cursos e projectos de extensão, transferência de conhecimento e de prestação de serviços.

Assim propõem-se como plano para 2015:

Medida 1 – Reforçar a Internacionalização dos cursos oferecidos.

- Continuar a aumentar o número de horas do Curso de Licenciatura e Mestrado, leccionadas por professores estrangeiros;
- Aumentar os acordos bilaterais com Instituições congéneres de Países da América Latina, EUA e Canadá;
- Continuar a aumentar o número de docentes estrangeiros recebidos na Escola;
- Continuar a trabalhar com vista ao desenvolvimento de acordos com congéneres internacionais, com vista à concessão de Graus Académicos conjuntos, nomeadamente os graus de mestre.
- Manter a cooperação com o ICPHR (*International Collaboration for Participatory Health Research*), tendo a ESEnfC a responsabilidade de coordenar a formação internacional em pesquisa-ação participativa em saúde.

Medida 2 – Promover a mobilidade internacional de docentes e estudantes.

- Continuar a criar as condições logísticas necessárias ao funcionamento do Gabinete de Relações Nacionais e Internacionais;
- Continuar a aumentar o número de acordos bilaterais no âmbito do programa ERASMUS +;
- Continuar a criar bolsas ESEnfC/ Novo Banco /Santander, para a realização de unidades curriculares de ensino clínico no estrangeiro, com estatuto Erasmus, aumentando assim o número de estudantes que realizam um período de estudos no estrangeiro;

- Complementar com receita própria, o *plafond* necessário para manter em mobilidade o mesmo número de estudantes (uma vez que o financiamento via PROALV, conhecido em agosto, diminuiu e as candidaturas dos estudantes se efectuaram em Março p.p.) e um complemento à bolsa para mobilidade de estudantes para países anglo-saxónicos e para estudantes carenciados (com estatuto de bolseiro da acção social escolar);
- Continuar a aumentar o número de estudantes estrangeiros que realizam um período de estudos na ESEnfC;
- Promover a participação da Escola em cursos internacionais Erasmus Mundus;
- Manter a associação aos programas Erasmus, Leonardo Da Vinci (até à sua extinção), e Vasco da Gama;
- Manter as bolsas de mobilidade da ESEnfC, com o estatuto Erasmus, e organizar a mobilidade para estudantes sem bolsa;
- Apoiar 30 docentes e três não docentes, na realização de missões de ensino e administrativas, respectivamente, ao abrigo do programa ERASMUS e diversificar os países/Universidades de destino para a realização de missões de ensino, no âmbito dos novos acordos bilaterais a firmar;
- Criar condições à mobilidade internacional no âmbito do programa “ciência sem fronteiras”;
- Promover condições à realização da semana internacional com partilha de saberes e experiências com docentes e estudantes em mobilidade ERASMUS na ESEnfC;
- Continuar a criar cursos de curta duração na área de enfermagem, leccionados em inglês por docentes internos e trazer docentes externos à semelhança do Módulo Europeu;
- Continuar a desenvolver “Cursos Livres de Inglês, Espanhol e Francês” com vista à aprendizagem de língua estrangeira pelos alunos que pretendam integrar o programa de mobilidade, especialmente quanto ao léxico específico da saúde;
- Continuar a oferecer cursos de português para estudantes estrangeiros;
- Contribuir para que Coimbra se afirme como cidade Erasmus, como principal destino de escolha de estudantes e académicos de outros países;
- Continuar a criar condições ao acolhimento dos estudantes estrangeiros que promovam a sua plena integração na vida da escola, o conhecimento do sistema

de ensino que os sensibilize para a cultura académica, e do país, incluindo a publicação do guia orientador Estudante-Erasmus;

- Reforçar a cooperação com os países europeus dando especial atenção aos países Nórdicos;
- Criar condições à criação de cursos de dupla titulação, incentivando o Conselho Técnico-Científico a preparar para submetemos à A3ES uma proposta de *joint degree* (licenciatura) com uma universidade estrangeira nossa parceira;
- Manter em funcionamento anualmente a **semana** de Enfermagem Transcultural e criar condições para a mobilidade dos docentes no âmbito deste projecto;
- Continuar a criar condições à inclusão de artigos em língua inglesa e espanhola na revista da Escola;
- Continuar a criar condições de trabalho à Comissão de Coordenação do Centro Colaborador OMS da ESEnfC, para o desenvolvimento da prática clínica e investigação;
- Continuar a acolher o Capítulo Phi Xi da ESEnfC, capítulo da Sociedade Honorífica Sigma Theta Tau;
- Articular cada vez mais a Internacionalização e Mobilidade com a I&D.
- Desenvolver a Rede – EOEM com os países lusófonos (UCP de ESMOG em articulação com GRNI)

Medida 3 – Promover a cooperação com os PALOP.

- Reforçar a cooperação com os países lusófonos;
- Continuar a participação na Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP);
- Continuar a procurar fontes de financiamento para a cooperação no âmbito da Enfermagem com os Países de Língua Oficial Portuguesa;
- Aumentar os acordos bilaterais com instituições de Ensino Superior de Países de Língua Oficial Portuguesa;
- Continuar o trabalho com vista à criação da Rede das Instituições de Ensino Superior dos PALOP, com ensino de Enfermagem, promovendo a primeira reunião oficial no próximo encontro da AULP;
- Manter o apoio à Universidade de Cabo Verde, na implementação e avaliação dos cursos de Licenciatura de acordo com protocolo a renegociar;

- Manter o apoio à formação de quadros especializados em S. Tomé e Príncipe;
- Dar continuidade à implementação dos projectos com Angola e alargá-los a cursos de mestrado e formação de activos da saúde;
- Continuar o programa de mobilidade docente para missões de ensino e investigação com o Brasil (Universidade de S. Paulo e UFRJ).

Medida 4 – Promover a adesão a programas internacionais.

- Continuar a apoiar os Programas Intensivos Older People in Europe; New Needs2, Intensive Program Multicultural European Project;
- Iniciar novos projectos Europeus;
- Continuar a apoiar o Módulo Europeu de Enfermagem Transcultural.

COMUNIDADE EDUCATIVA

Todas as mudanças, melhorias e construção do projecto ESEnfC foram possíveis com o empenhamento e contributo de todas as pessoas que à Escola pertencem. Aliás, a centralidade de uma organização, sobretudo como a nossa, reside nas Pessoas e na valorização das mesmas. Foi com esta atitude que iniciámos o percurso de liderança desta instituição e será com esta “bandeira” que nos propomos continuar.

As Pessoas são o ponto mais forte da nossa organização. É o forte empenho e dedicação de todas as pessoas dentro da ESEnfC - docentes, não docentes e estudantes - empenho e dedicação à instituição, que se estende muitas vezes aos parceiros da comunidade que connosco participam na construção da Escola- que atua como uma força motriz, ajudando-nos a agir colectivamente, não apenas no desenho do futuro, mas na sua concretização quotidiana, e que contribui para que as dificuldades sejam ultrapassadas e os problemas resolvidos. As pessoas são o “centro vital” da ESEnfC e temos, por isso, de cuidar dele, de lhe dar atenção especial para que se mantenha, cresça e se fortaleça.

Consideramos que o envolvimento de todas as Pessoas – comunidade educativa e parceiros – nos mais diferentes aspectos da vida institucional é uma das nossas imagens de marca. Da definição da política estratégica institucional ao planeamento e avaliação das acções concorrentes para a consecução dos objectivos delineados, da audição sistemática dos intervenientes na vida da Escola ao estudo e implementação de medidas correctivas, a todos os níveis da organização, a participação de todos não é nem pode ser

apenas formal e casuística, mas procurada intencionalmente, correspondendo a *um modus operandi* definidor da nossa cultura organizacional.

Porque a principal razão de existir de uma IES se fundamenta na qualificação e educação de pessoas, os Estudantes foram, e são, elementos centrais na actividade da Escola. Valorizar o papel dos Estudantes e das suas estruturas representativas e culturais, como sejam as Associações de Estudantes e a Tuna, não é forma de estar, é sobretudo uma forma de agir que queremos manter porque a consideramos primordial no exercício da nossa missão. Neste domínio é fundamental continuar a dar a maior atenção ao alargamento e qualidade das componentes da Acção Social e Saúde Escolar, aos projectos, à valorização do mérito dos estudantes, à participação dos estudantes na tomada de decisão a diferentes níveis, mas também no apoio financeiro e logístico das diversas actividades das Associações de Estudantes e Tuna.

Mas é igualmente no domínio deste eixo “fundamental” da acção da Escola – comunidade educativa - que se insere, a valorização dos docentes e não docentes, sem prejuízo dos restantes eixos e dimensões de actuação, sobretudo investigação e prestação de serviços ao exterior.

Assim, nos domínios do pessoal docente, importa referenciar o esforço na qualificação e formação, que teve como objectivo central a melhoria significativa dos indicadores e rácios de qualidade em consonância com os imperativos legais e regulamentares. Este foi um esforço difícil, considerando as restrições orçamentais e legais impostas, mas é um caminho a prosseguir no futuro. Mas a visão para o futuro terá que ir mais além, através de um alargamento das políticas de gestão. Foi ainda possível realizar um investimento no desenvolvimento de um conjunto alargado de competências do pessoal não docente, sobretudo em áreas técnicas e transversais.

Ao longo do próximo ano procuraremos reforçar as condições para que a Escola se continue a desenvolver como uma verdadeira *comunidade de prática* (Wenger & Lave, 1998), em que as pessoas se sintam parte de um processo de aprendizagem colectivo e em que continuem a partilhar a visão e a missão com paixão. Uma comunidade que se caracterize pelo respeito pelas pessoas, pela transparência, integridade, estudo e prestação de contas, pela flexibilidade, agilidade, versatilidade, qualidade, processos baseados em competência e capacidade de aprender a aprender permanentemente. Uma comunidade marcada por uma cultura democrática, que seja tolerante, que aceite a diversidade, o debate aberto e a diferença de pontos de vista.

Pelo que em 2015 continuaremos a implementar as medidas neste sentido que a seguir se indicam:

Estudantes e Diplomados

Os estudantes são o centro de toda a actividade da Escola. Nessa medida, é fundamental continuar o desenvolvimento e implementação contínua de actividades e programas/projectos que contribuam de forma decisiva para a sua realização pessoal, intelectual, científica, académica e profissional. Procuraremos criar condições que promovam o desenvolvimento global dos nossos estudantes e a sua preparação para a vida como cidadãos activos numa sociedade democrática.

Reflectir e redefinir as estratégias e prioridades de intervenção no âmbito da organização académica, do apoio ao estudante e da transição para o mundo do trabalho, implica necessariamente atender aos desafios do actual contexto socioeconómico e aos respectivos impactos de natureza académica, social e psicológica nos estudantes. Nesta orientação, é premente encontrar consensos e compromissos para uma prática articulada, cooperante e representativa de respostas integradas e eficientes.

No âmbito da organização académica foi realizada uma grande alteração do modo de funcionamento. Investiu-se particularmente na readequação de toda a regulamentação, iniciou-se a desmaterialização dos processos, quer através da pasta académica, quer dos serviços académicos *on line* e no reforço da relação de proximidade e transparência na comunicação através da criação da figura do Funcionário de Referência. Criou-se o Conselho de Estudantes, que integra a direcção da Associação de Estudantes e os Estudantes dos diferentes Órgãos, que permite mensalmente aceder aos problemas vividos pelos estudantes, analisá-los de forma holística e encontrar com os estudantes medidas de melhoria a implementar.

Assumindo a responsabilidade pública da promoção da igualdade social e de uma sociedade inclusiva procuraremos melhorar as condições de aprendizagem para todos usando o sistema de apoio social ao estudante, mantendo o fundo permanente de apoio de emergência para estudantes com extremas carências e analisando a hipótese de criar oferta de actividades profissionais, em tempo parcial, na Escola, que permitam a conciliação dos estudos com o trabalho.

A promoção da saúde e bem-estar dos estudantes constitui uma área essencial que tem que se desenvolver cada vez mais nos próximos anos, entendida no seu mais amplo sentido: não só o bem-estar físico e psicológico, mas também o sentimento de pertença,

o clima social e uma variedade de factores vivenciais para a plenitude da formação do estudante e do seu sucesso. A área da integração dos estudantes na vida da Escola e na cidade, do aconselhamento, do apoio psicológico e desenvolvimento pessoal constitui-se num elemento facilitador da integração, adaptação e progresso positivo dos estudantes no sistema formativo. As melhorias nos processos de atribuição de bolsas de estudo, no acesso à alimentação e ao alojamento, cumprindo com um compromisso de equidade e qualidade, têm sido uma garantia. Conscientes desta importância, iremos prosseguir a renovação dos espaços de alojamento existentes, ainda não intervencionados, com vista ao aumento dos seus níveis de qualidade e conforto e à reinvenção das atuais instalações (criação de *meeting point* com condições de estudo livre, acesso à internet, e de socialização).

Numa comunidade como a nossa, todos têm um papel fundamental no apoio ao sucesso de cada estudante. É essencial que todos, independentemente do cargo, serviço ou unidade a que pertençam, estejam disponíveis e aptos a integrar e orientar o estudante, como agentes activos da integração e orientação e esta tem sido uma marca de qualidade na nossa instituição.

É importante referir também a relevância social do desporto e o seu contributo no desenvolvimento pessoal e social dos estudantes. Nesse sentido, tem sido apoiada a prática desportiva na óptica do fomento de estilos de vida mais activos, da saúde e bem-estar geral junto da comunidade. As medidas implementadas têm privilegiado o apoio financeiro às actividades desportivas promovidas pela associação de estudantes, a melhoria da qualidade dos espaços desportivos exteriores existentes, o apoio à prática desportiva dos estudantes inscritos na Federação Académica Desporto Universitário (FADU), reconhecendo o valor do Estatuto de Estudante-Atleta. Neste mandato urge requalificar o ginásio existente no Pólo A, garantindo espaço para a prática do desporto recreativo e do exercício físico.

A empregabilidade é outro dos factores chave para o sucesso dos nossos diplomados. Após o insucesso da Agenda de Lisboa, que previa que em 2010 a Europa seria a principal Economia no mundo baseada no Conhecimento, a agenda Europa 2020 identificou o desemprego como problema e apresentou soluções. A Escola tem vindo a dar a esta área cada vez mais atenção. Consideramos no entanto que neste aspecto temos ainda muito a fazer. É absolutamente necessário repensar o serviço de apoio aos novos graduados, alocando-lhe pessoal não docente em permanência, e garantindo o efectivo acompanhamento, personalizado e individualizado dos nossos graduados. Oferecendo-

lhês apoio na procura de emprego, gestão das suas carreiras e na formação contínua. Importa criar um Portal do Emprego, que seja alimentado diariamente com as novas ofertas de emprego.

A Escola continuará e se possível aumentará os projectos de voluntariado, bolsas de integração na investigação e bolsas de mérito.

O Projecto Portal EU.ESEnfC Alumni será implementado, com vista a potenciar as redes de relacionamento e o sucesso profissional dos antigos alunos. Será um instrumento fundamental da coesão da comunidade e também uma estratégia para a empregabilidade.

Em síntese, propomo-nos continuar a trabalhar para criar as condições para que *“a educação promova o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos e cidadãs capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva”* (Artigo 2º da Lei de Bases do Sistema Educativo).

Como orientação de atividade neste domínio, propomos:

Medida 1 – Promover a formação global dos estudantes e as condições de vida na Escola.

- Manter o esforço de rigor, qualidade e estabilidade nos serviços de apoio ao processo formativo, social, psicológico e de saúde e bem-estar;
- Manter a atribuição de bolsas, estágios e outras experiências quer pré-profissionais (ex. Bolsa de estágios Novo Banco), quer de iniciação à investigação e o prémio de quatro anuidades na Sociedade Honorífica da ESEnfC;
- Implementar projecto de desenvolvimento da comunidade residente no alojamento da ESEnfC e continuar a melhorar as infra-estruturas e serviços de apoio;
- Continuar a motivar a criação e funcionamento de núcleos desportivos, preferencialmente ligados à Associação de Estudantes, envolvendo cada vez mais os próprios estudantes no plano de desenvolvimento desportivo da Escola;
- Criar o projecto Portal EU.ESEnfC Alumni (Serviço de Apoio aos Novos Graduados);

- Reforçar o apoio ao movimento associativo e estudantil e incrementar a participação activa dos estudantes em todos os domínios da vida da Escola;
- Continuar a fomentar a intervenção da Associação de Estudantes na construção activa da Escola e apoiar as actividades propostas pela Associação;
- Concretizar o projecto da criação da Associação dos Amigos da ESEnfC (ex-docentes; ex-estudantes; ex-funcionários, outros) Serviço de Apoio aos Novos Graduados em articulação com a Presidência);
- Manter o fundo académico de apoio ao estudante com carências extremas da ESEnfC;
- Implementar o projecto de apoio ao estudo, prevenção do insucesso escolar e/ou problemas de integração na vida académica promovendo o sucesso escolar, com o apoio da estagiária de psicologia e seu orientador de estágio (Serviço de acção Social e Saúde Escolar);
- Apoiar o trabalho do provedor do estudante;
- Manter o projecto de integração dos estudantes do 1º ano, facilitando a sua integração ao curso, à escola e à cidade;
- Continuar a melhorar o funcionamento da residência, cantinas, cafetarias, espaços desportivos, serviços de apoio ao aluno e acção social escolar, ouvindo os estudantes;
- Manter e se possível otimizar e diversificar o funcionamento do serviço de apoio ao estudante, de saúde e psicologia, de modo a que dinamize a promoção da saúde, o apoio e suporte social – identificando precocemente e prevenindo comportamentos de risco e o desenvolvimento pessoal dos estudantes, através da criação da consulta de apoio social e visitas domiciliárias em situações de problemas socioeconómicos que as justifiquem;
- Manter o apoio aos projectos de complemento curricular para a promoção de uma educação para a cidadania e valores;
- Incentivar a criação de novos fóruns de discussão sobre os resultados da avaliação promovendo uma cultura de exigência dos estudantes pelo seu percurso de formação;
- Apoiar os novos diplomados na inserção da vida activa, através do Gabinete de Apoio aos Novos Graduados, aumentando o número de diplomados apoiados na procura de emprego e na gestão da carreira;

- Promover o empreendedorismo: manter o projecto de formação extracurricular, oferecido pelo Gabinete de Empreendedorismo, com vista à aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de competências de empreendedorismo; manter a adesão ao concurso Poliemprende; apoiar a preparação dos planos de negócio e criar as condições à incubação das empresas e registo das eventuais patentes, dos projectos que em cada ano obtenham as melhores classificações em colaboração com o Instituto Pedro Nunes;
- Manter a oferta de cursos livres, particularmente de línguas estrangeiras (Inglês, Espanhol e Francês);
- Promover a sensibilização e a formação da comunidade educativa nas áreas de género, cidadania e prevenção da violência/saúde e enfermagem;
- Continuar a apoiar os projectos: “(O)Usar e ser laço branco”, prevenção da violência nas relações de intimidade”; “Antes que te queimes”, prevenção dos comportamentos de risco e danos, associados ao consumo elevado de álcool em jovens; “Projecto para a promoção da identidade e cidadania académica”, “Promoção em e com saúde na ESEnfC” e Prevenção do Suicídio;
- Continuar a promover a associação ao projecto “Banco Alimentar Contra a Fome” a partir do trabalho voluntário de alunos e professores (e não docentes) (UCP de Enfermagem Fundamental);
- Apoiar novos projectos extracurriculares que se desenvolvam em interacção com as instituições parceiras da comunidade, se desenvolvam em regime de voluntariado, envolvam docentes, estudantes e não docentes e aliem formação, intervenção na comunidade e investigação;
- Continuar a organizar actividades temáticas relacionadas com os dias nacionais e internacionais relacionados com a saúde e a enfermagem (Dia Mundial da Criança; Dia Mundial da Saúde; Dia da Parentalidade; Dia Mundial da Contracepção; Dia das Meninas; Semana do Aleitamento Materno; Dia Mundial da Saúde Mental; Dia Internacional da Menopausa, Dia Mundial do Doente, Dia Internacional da Mulher, Dia Internacional da Parteira, Dia Nacional dos Avós, Dia Mundial da Família, Dia Mundial do Ambiente);
- Reforçar e consolidar as práticas de acção social;
- Reforçar a intervenção da Escola na promoção de actividades desportivas, artísticas e culturais dirigidas a estudantes;
- Criar condições ao funcionamento regular do Conselho de Estudantes;

- Apoiar projectos de estudantes que tenham como objectivo a promoção de uma comunidade estudantil saudável e civicamente activa.

Docentes

Enquanto actores centrais da Escola, juntamente com os estudantes, funcionários não docentes e investigadores, os docentes constituem um potencial humano inestimável, que quotidianamente contribui para a construção de um projecto comum, prosseguindo, de forma exemplar, os princípios da liberdade de pensamento, da crítica e da diferença.

A formação avançada de docentes foi uma das prioridades ao longo dos últimos anos. Em 2012, fomos confrontados com o corte do apoio ao financiamento governamental ao programa PROTEC, na mesma altura em que cortes orçamentais significativos nos foram sendo sucessivamente impostos. Na plena consciência que a formação avançada de docentes é essencial para que, por um lado, fossem dadas oportunidades a um número significativo de docentes para iniciarem ou concluírem os seus processos de doutoramento e, por outro lado, pudesse ser reforçada a área científica de Enfermagem, essencial para os nossos cursos e investigação, a ESEnfC apostou significativamente na formação de doutoramento dos seus docentes ao longo dos últimos anos. A política de apoio à formação e à divulgação científica deve ser mantida uma vez que os constrangimentos orçamentais não permitirão reforçá-la, como seria nossa pretensão.

O regulamento geral de avaliação de desempenho dos docentes da Escola, fruto do trabalho de uma equipa, que integrou representantes das oito UCP(s), e de todos os Órgãos, e que envolveu todos os docentes na sua análise, discussão e aprovação dos artigos que o compõem, subordina-se a princípios de equidade, transparência, coerência, imparcialidade e flexibilidade e está orientado para a melhoria da qualidade do desempenho dos docentes (mereceu a concordância e aplauso das estruturas sindicais ouvidas conforme previsto na Lei). Permite, ainda, a valorização das actividades para que se encontram mais motivados, desde que devidamente enquadradas nos objectivos definidos nos planos de actividades. Terminado o primeiro ciclo de avaliação que, como esperado não foi isento das mais variadas reacções emocionais, críticas e preocupações de muitos. É assim a vida numa comunidade democrática, que pensa e que está disponível para participar construtivamente na melhoria contínua dos processos. Este primeiro ciclo, que sempre considerámos experimental, tinha já previsto que daria origem a um processo de revisão do regulamento e grelha de avaliação então aprovados.

Esta será uma prioridade em 2015, a desenvolver em conjunto pelo Conselho Técnico-Científico, UCP(s) e Conselho Coordenador da Avaliação.

O regulamento de prestação de serviço docente foi já ajustado várias vezes, devido à necessidade de que a regulamentação responda, de forma cabal, ao ambiente de grande volatilidade e precaridade que vivemos e, sobretudo, que permita uma gestão mais eficaz e articulada dos recursos humanos, valorizando os docentes e o contributo inestimável que prestam nos vários domínios da sua actuação – docência, investigação, transferência de conhecimento e prestação de serviços ao exterior. Ao longo de 2015, terá também que ser revisto, com a participação do Conselho Técnico-Científico e de todos os docentes, de modo a introduzir alterações que permitam aos docentes privilegiar de modo diferente os seus domínios de actividade, bem como introduzir/reformular os domínios de trabalho organizacional para os quais se atribui diminuição do tempo de trabalho lectivo, tendo em conta a expansão de algumas áreas que exigem hoje que se aloque mais trabalho docente.

Medida 2 – Promover a formação contínua de docentes e melhorar as condições de desenvolvimento e avaliação do desempenho.

- Assegurar que o apoio à formação avançada dos docentes (apoio a 22 docentes) conduza ao maior número possível de doutores no mais curto período de tempo possível, e garantir a verificação da implementação da política de prestação de contas, definida, por parte de todos os intervenientes (Conselho de Gestão e docentes);
- Rever o regulamento de avaliação dos docentes, reforçando a dimensão da auto-avaliação e os princípios da colegialidade e da melhoria contínua;
- Construir e aplicar instrumentos de recolha e análise de necessidades de formação pelos docentes, envolvendo a Comissão de Formação Científico Pedagógica dos docentes, os Conselhos Pedagógico e Conselho Técnico-científico;
- Elaborar de um Plano de Formação de acordo com os eixos considerados prioritários pelos docentes, apresentados nos instrumentos de recolha, e dos quais se destacam: Desenvolvimento Curricular, Dimensão Pedagógica; Prática Baseada em Evidências e Comunicação em Ciência; Dimensão Organizacional.
- Rever a regulamentação da prestação do serviço docente, equilibrando o contributo de cada docente, na procura da excelência da Escola e o

desenvolvimento individual diferenciado nas dimensões pedagógica, técnica, científica e organizacional;

- Implementar o regulamento de prestação de serviços especializados à comunidade aprovado;
- Criar condições à implementação do plano de formação contínua, definido pela Comissão para a Formação, em função das necessidades identificadas no diagnóstico de necessidades sobre o qual devem ser ouvidos os órgãos pedagógico e científico;
- Manter a política de apoio à formação contínua do corpo docente, que premeie a ligação dos docentes a projectos de inovação e extensão na comunidade, bem como a participação na gestão da Escola;
- Continuar a cumprir o plano de abertura de concursos já aprovado, ajustado à realidade financeira e aos resultados das provas solicitadas por docentes, ao abrigo do artigo 8ºA da Lei 7/2010 de 13 de maio.

Não Docentes

As políticas de valorização e qualificação dos funcionários não docentes têm que se concentrar no aumento dos níveis de conhecimento e no desenvolvimento de competências técnicas e transversais, para que a gestão dos processos e procedimentos possa ser realizada com elevado grau de autonomia e responsabilização, tal como tem sido promovido. Para que estes objetivos sejam concretizados é fundamental continuar a fazer diagnósticos de necessidades de formação, planos formativos específicos e gerais, definição de objectivos e metas claras e avaliação dos resultados (*follow-up* do processo organizacional). Em simultâneo, é necessário promover uma especialização dos sectores de actividade, atendendo ao nível de informação e exigência que é hoje colocada às instituições públicas. Propomo-nos continuar a apoiar a formação conferente de grau académico quando esta corresponda às necessidades da Escola.

Em paralelo, é necessário manter uma comunicação eficaz e próxima, garantindo, sempre que possível, a existência de ciclos de discussão sectoriais que promovam propostas de melhoria contínua dos serviços prestados e as reuniões mensais com as coordenações dos serviços.

Medida 3 – Promover a formação contínua de não docentes e as condições ao desenvolvimento do seu trabalho e avaliação do desempenho.

- Manter a políticas/orientações globais para a formação dos não docentes, promovendo o equilíbrio e equidade entre os diferentes sectores e serviços da Escola;
- Manter a aposta na formação profissional básica, avançada e/ou especializada, dos não docentes, através da criação, desenvolvimento e aprofundamento de competências (interna, em contexto e externa);
- Manter e desenvolver o sistema de avaliação do desempenho, mais próximo, coerente e aplicado de forma equilibrada;
- Incentivar uma gestão mais eficiente, participada e partilhada dos e com os funcionários não docentes, num quadro de referência e qualidade dos serviços prestados;
- Promover a reformulação dos manuais de procedimentos dos serviços, tornando mais claros os níveis de responsabilidade, padrões de qualidade e os procedimentos de garantia da qualidade;
- Criar condições à implementação do plano de formação contínua, definido pela Comissão de Formação do Pessoal não Docente, em função das necessidades identificadas individualmente, pelos coordenadores dos serviços e órgão de gestão, com recurso a candidaturas a financiamento;
- Manter a política de apoio à formação e obtenção de qualificações profissionais e habilitações académicas, conferentes de grau, progressivamente superior (apoiar os não docentes a realizar licenciatura e mestrado em áreas coincidentes com a área em que desempenham funções).

Cultura e Cidadania

Uma comunidade criativa alimenta-se de cultura. A ciência é cultura, tal como a técnica e a linguagem, num conceito amplo e abrangente. E a cultura é eminentemente o espaço de criação do humano. Os valores como o rigor, a responsabilidade, a crítica e a abertura de espírito marcam tanto o campo da ciência quanto o das artes e da criação estética. O primeiro espaço natural da cultura é o espaço humano da convivência, esse tecido orgânico e elástico onde tecemos os elos quotidianos, ideias, sentimentos, que nos constroem, na singularidade de cada um e/ou na partilha do(s) grupo(s). Importa, pois, cuidar do “ambiente” - o clima ético e/ou estético-organizacional que enquadra a nossa convivência.

A ESEnfC é um ecossistema cultural e é nessa dimensão profunda, muitas vezes intangível, que uma comunidade se alicerça e recria. Temos definidos claramente os valores que sustentam a acção colectiva, um compromisso assumido declarado que deve governar as relações interpessoais no interior da instituição e no modo como se posiciona nas relações com o exterior.

Temos aprovação do Código de Conduta, bem como o Estatuto Disciplinar dos Estudantes, é um sinal significativo, pois trata-se de documentos importantes norteadores da vida em comum, da participação e da responsabilização, dos direitos e dos deveres, que não podem ser esquecidos. O cimento de uma comunidade está na solidez dos valores que a agregam e a mobilizam. Entendemos, com relevância acrescida no actual contexto, que a Escola se deve reafirmar como colectivo socialmente responsável, de que são exemplos o fundo solidário, que teve origem na iniciativa dos estudantes, orientado para o apoio aos estudantes sendo necessário associar a este outros projectos internos e de extensão para a comunidade, como por exemplo a participação no Banco Alimentar Contra a Fome, a que já aderimos, entre outros que devem nascer da iniciativa de docente, não docentes e estudantes. É necessário também incrementar a organização e gestão de actividades culturais e de lazer para docentes e não docentes, bem como os espaços/tempos de convivialidade informal. A Escola, particularmente através das suas Unidades Científico-Pedagógicas de Investigação e Relações Nacionais e Internacionais têm a responsabilidade de promover a abertura, das fronteiras científicas, culturais e de cidadania que vão além do suporte e da dimensão da educação mais formal.

O conjunto de iniciativas expostas nos pontos anteriores, dirigidas aos estudantes e à comunidade em geral, devem trespassar a Escola, transformando-a, como tem vindo a acontecer, num fórum aberto de construção de ideias, visões do mundo, de criação e disseminação do conhecimento e da cultura ao serviço da Enfermagem, do país e da região. Neste sentido, é necessário encetar a coordenação de acções, que possam corresponder a um programa anual, eventualmente em ligação com instituições da comunidade (Conservatório Nacional de Coimbra, Teatro Académico Gil Vicente, Orquestra Clássica de Coimbra, entre outras) que promova o enriquecimento e reconhecimento interno e externo da Instituição, enquanto entidade capaz de criar e transmitir valor positivo e partilhado, uma instituição como agência de conhecimento, cultura e desporto.

Medida 4 – Promover a cultura e a cidadania.

- Abrir a Escola aos estudantes e suas famílias, às outras escolas, instituições de saúde e organizações não-governamentais no domínio da saúde, da solidariedade e cultural;
- Continuar a criar condições ao desenvolvimento do trabalho do grupo responsável pela caracterização dos estudantes, diagnóstico das suas expectativas no ingresso na Escola, potencializando o desenvolvimento dos seus talentos e competências, e prevenindo dificuldades previsíveis, criando mecanismos para a sua superação;
- Criar condições ao trabalho do grupo Coral da ESEnfC;
- Reactivar, reformular e desenvolver a estrutura interna para gerir, promover e organizar a realização de actividades no domínio da cultura, do desporto, saúde e bem-estar, envolvendo colaboradores dos diferentes sectores/unidades nos projectos e incentivando a participação de todos;
- Comemorar a Abertura do Ano Lectivo, Dia da Escola, Aniversário da Escola, Graduação dos Estudantes, Natal na ESEnfC e outras efemérides, sentidas como importantes pela comunidade educativa e ou previstas nas Normas e Procedimentos relativos a Cerimónias Académicas e outras Cerimónias ligadas à vida da Escola;
- Aproveitar os dias nacionais e internacionais relacionados com a saúde e a enfermagem para organizar actividades temáticas que aliem uma parte científica com a cultura e/ou o desporto (UCP(s) e/ou Projectos);
- Incrementar a promoção de actividades artísticas e culturais, de iniciativa da comunidade educativa (Tuna, Grupo de Teatro da Associação de Estudantes; Grupo Coral da ESEnfC), em articulação com instituições da comunidade e outras instituições; de ensino superior, no conceito activo de instituição como espaço de criação e cultura;
- Continuar a estabelecer cooperação em rede com organizações/estruturas culturais, nacionais e internacionais;
- Potenciar ferramentas culturais de ligação com a comunidade;
- Estimular a colaboração e prestação de serviços à sociedade, envolvendo as comunidades locais e a participação em redes de solidariedade social;

- Promover espaços de divulgação da cultura científica e da enfermagem enquanto área que detém e produz saberes úteis aos cidadãos;
- Procurar encontrar financiamento externo para que o grupo Coral da ESEnFC, participe na Conferência da ALADEFE, promovendo a associação de actividades científicas ao encontro de culturas.

Todas as acções desenvolvidas no âmbito deste eixo devem contribuir para que “Os profissionais formados pela Escola sejam reconhecidos socialmente pela excelência da sua formação global para a qual contribui uma cultura institucional que se caracteriza pela centralidade na pessoa, respeito pela sua criatividade, inovação, compromisso com o projecto da Escola, satisfação com o trabalho e estudo e pela articulação sistemática em todos os domínios da formação, inovação e investigação”.

DIREÇÃO, GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO

O enquadramento legal da governação das instituições de ensino superior consta do RJIES, que entrou em vigor em 2007, sem que, todavia, tivessem sido produzidos os diplomas complementares nele previstos. Os últimos anos de governação da Escola desenvolveram-se num quadro de grande incerteza e instabilidade, cortes sucessivos, ao nível do financiamento via Orçamento de Estado, que este ano novamente se agrava com a diminuição da transferência de OE, relativamente a 2014, em 3,06%. Tem acrescido nos anos anteriores, a este desinvestimento, a cativação arbitrária de verbas durante a execução orçamental, nas mais diversas rubricas, que condicionam uma adequada e equilibrada gestão orçamental, em sintonia com os planos de desenvolvimento e de actividades e o efeito da redução do valor do trabalho que todos sentimos e que se manterá em 2015, ainda que neste momento não se saiba qual o valor das reduções. Apesar do esforço, envolvimento e muita compreensão de todos, e porque somos uma comunidade viva, todas estas transformações tiveram impactos mais ou menos profundos no nosso quotidiano e nas nossas emoções, que têm vindo a traduzir-se, neste último ano, em alterações no clima institucional geradas pelo desconforto que as mudanças abruptas provocam. É bem verdade, que em Julho p.p., voltámos a mostrar, que quando nos unimos em torno de um “valor maior”, por todos partilhado, somos capazes de nos transcender. Só assim foi possível granjear o reconhecimento local,

nacional e internacional, pelo sucesso conseguido na organização da X Conferência da Rede Global dos Centro Colaboradores da OMS para o desenvolvimento da Enfermagem e Obstetrícia, de que agora também fazemos parte. Temos que reverter rápida e definitivamente a influência da tendência depressiva na nossa organização, encontrando colectivamente estratégias que nos permitam desenvolver a nossa actividade com qualidade mas menos recursos, estratégias motivadoras da coesão interna e do reconhecimento pelo trabalho e dedicação. Implica um esforço contínuo no sentido de construir e reconstruir permanentemente o clima organizacional focalizando-o na qualidade de vida e na promoção de relações gratificantes entre pessoas e sustentado no desenvolvimento de processos facilitadores da comunicação e do diálogo entre todos.

Como sempre afirmámos, e procurámos construir como valor, a gestão sobretudo das pessoas é uma área que, não sendo o coração da missão da instituição, concorre de forma decisiva para a sua concretização e é complementada pela gestão dos recursos físicos, orçamentais e de instrumentos de planeamento estratégico.

Continuamos a considerar que a autonomia administrativa e financeira da ESEnfC, é uma mais-valia que facilita a concretização dos planos estratégicos institucionais em cada momento, pois permite decidir a política nos diferentes domínios e afectar os recursos de acordo com as metas estratégicas consensualizadas com todos. Neste sentido, e porque são realistas cenários de continuação da diminuição do financiamento público, quer por redução de "*plafonds*" orçamentais transferidos, resultante de políticas de contenção orçamental do estado que sabemos que vai continuar após 2015, quer ainda pela introdução e progressivo aumento, de encargos sociais a suportar pela Escola relativos aos seu trabalhadores, devemos preocupar-nos cada vez mais com as questões de sustentabilidade financeira a longo prazo. É neste contexto que importa proactivamente continuar a trabalhar para identificar formas de diversificar as fontes de financiamento e de aumentar as receitas provenientes da prestação de serviços à comunidade, área recentemente regulada.

O paradigma organizacional, no Século XXI, caracteriza-se pela necessidade de mudança contínua, rapidez e flexibilidade de resposta e pela integração virtual, sendo uma das principais mudanças a ideia de que as organizações, também as instituições de ensino superior, agem no contexto de uma economia baseada no valor do conhecimento, na informação e na inovação, para o desenvolvimento da qual devem contribuir. A gestão da ESEnfC tem que ter em conta esta lógica dando particular importância aos

valores ambientais e estando cada vez mais preparada para a velocidade, complexidade e imprevisibilidade de processos e de mudanças (Kiernan, 1998).

A estratégia que temos, seguimos, e que queremos prosseguir, é de desenvolvimento das pessoas e da sua qualificação, colocando-as no centro da decisão, para o que é necessário garantir que se assegurem elevados níveis de informação, participação e envolvimento, só assim manteremos a capacidade de satisfazer as necessidades que nos impõe o mundo globalizado e competitivo e conseguiremos mais altos níveis de satisfação dos atores.

É necessário continuar a melhorar o sistema de organização do trabalho de modo a continuar a permitir a evolução técnica e científica das pessoas; a reconhecer cada vez mais e de forma diferenciada a qualidade do desempenho e as competências; a continuar a criar a cada um a possibilidade de gerir oportunidades e carreiras; que incremente ainda mais a participação e envolvimento das pessoas na decisão; que melhore a capacidade de inovação e de gerar resultados. A recente reforma de Administração Pública alterou o quadro legal de suporte à gestão das instituições dotando-as de novos instrumentos que permitem por um lado maior flexibilização e por outro maior capacidade de reconhecer o mérito e recompensá-lo.

A gestão por objectivos com ênfase nos resultados, processos de avaliação das pessoas e diferenciação pelo mérito é a que prosseguiremos em 2015.

Ao nível dos sistemas de informação, a Escola vai continuar o grande caminho de desenvolvimento e aperfeiçoamento que iniciámos de forma que estes assegurem a recolha, análise e disponibilização de informação atempada e relevante para a gestão, relativa a todos os processos nos vários domínios da missão. A desmaterialização de processos vai continuar aproximando-nos tendencialmente à da abolição do papel ao nível dos processos administrativos e pedagógicos e permitindo a todos os interessados em determinado processo seguir informaticamente o seu desenvolvimento; foi este domínio que definimos como área de melhoria de gestão em 2015, no quadro das propostas solicitadas pela Secretaria de Estado do Ensino Superior.

A qualidade da formação, investigação e prestação de serviços necessita de instalações adequadas. A este nível, em 2015 procuraremos encontrar financiamento comunitário, de modo a podermos vir a executar o plano de requalificação e manutenção dos espaços da Escola e Residência, continuando a adaptar os edifícios aos novos cenários da formação inicial e pós-graduada e da prestação de serviços e garantindo a conservação adequada dos mesmos.

A continuação da adopção de medidas que optimizem os recursos, de uma política de rigor, racionalidade, diminuição de despesa e de modos de governação que garantam a transparência na gestão financeira é um compromisso.

A avaliação da qualidade continuará no centro das nossas preocupações e tudo faremos para que no final do próximo ano a Escola possa vir a ter o seu Sistema Interno de Garantia da Qualidade acreditado pela A3ES, sem quaisquer restrições.

Por último, importa reafirmar que todas as medidas de gestão, quer as relacionadas com a gestão de pessoas quer de recursos deverão garantir, como já definido como meta, pela comunidade educativa, (que a Escola) “é avaliada por padrões internacionais como sendo uma instituição de elevada qualidade quer no ensino quer na investigação”.

Medida 1 – Promover medidas de gestão participada, que optimizem os recursos, garantam a execução da política de qualidade, rigor, racionalidade, diminuição de despesa e a transparência na gestão financeira.

- Implementar reuniões bimensais com as comissões de cursos e coordenações de UCP(s), com vista a que tomem parte nas decisões e a desenvolver e apoiar os processos de melhoria contínua, quer ao nível da gestão dos cursos, quer das Unidades e sua maior articulação;
- Implementar uma reunião trimestral por UCP, com todos os docentes para os ouvir sobre os diferentes domínios de decisão e para acompanhamento das dificuldades de implementação de cursos e outros projectos e identificação conjunta de medidas de melhoria a implementar a partir dos dados das diferentes avaliações efectuadas;
- Manter as reuniões mensais do Conselho de Gestão com os coordenadores de serviços/gabinetes, com vista à articulação e coordenação integrada de todos os serviços de apoio à missão da Escola;
- Promover a integração formal no organigrama da Escola e no Manual da Qualidade das estruturas de coordenação de actividades (Comissões), constituídas pelos presidentes dos órgãos, coordenadores de UCP(s), unidades diferenciadas e cursos, que funciona como órgão de coordenação e articulação inter-órgãos, unidades e cursos, consulta da presidente, e como instância de análise da qualidade ao nível da gestão pedagógica dos cursos e promoção da melhoria contínua da qualidade;

- Continuar a apoiar o envolvimento activo e igualitário dos estudantes nos órgãos, cursos e a todos os níveis da vida da Escola;
- Projectar a sustentabilidade financeira da Escola, numa perspectiva de rentabilização de centros de custos, diversificação de fontes de financiamento e experimentação da implementação de estratégias profissionais de *fund raising* (transversais e agregadoras), começando por assegurar um progressivo aumento das receitas próprias (2015 \approx 2,54%,) a diminuição do financiamento alocado a despesas do pessoal (2015 \approx 2,25%) e maior responsabilização individual das coordenações dos cursos e UCPs na gestão dos recursos;
- Continuar a promover, ao nível dos serviços, a gestão por objectivos e continuar a implementar o sistema integrado de avaliação do desempenho utilizando-a como um incentivo ao desempenho de mérito extraordinário e dedicação à instituição;
- Dar prioridade ao desenvolvimento do sistema de informação, tal como proposto pela CAE, reforçando o serviço de recolha e tratamento de informação, em ordem a assegurar a disponibilidade de dados gestionários de forma cada vez mais sistemática, atempada e fiável;
- Melhorar a articulação entre as aplicações informáticas dos diferentes serviços assegurando a recolha sistemática da informação para a presidência e restantes níveis de gestão;
- Continuar a adequação da estrutura dos centros de custos, de forma a poder identificar os custos por projecto/actividade que permita estudos comparativos de eficiência;
- Continuar o trabalho com vista à desmaterialização de processos, caminhando para a abolição do papel ao nível dos processos administrativos e permitindo a todos os interessados em determinado processo seguir informaticamente o seu desenvolvimento;
- Continuar a simplificar os procedimentos administrativos e impor prazos de resposta aos requerimentos internos e externos;
- Reforçar o desenvolvimento de cursos e outros projectos transversais a diferentes UCPs;
- Promover que a Coordenação das UCPs, responsável pela gestão de recursos docentes, pela investigação, assim como pela proposta de novos cursos e a abertura a novos públicos, apresente o projecto de desenvolvimento e o plano de

actividades, atempadamente e contemplando, para cada uma destas áreas, objectivos, actividades, indicadores, metas, recursos necessários e cronograma;

- Promover que as comissões de coordenação dos cursos, que detêm competências de gestão académica e a missão de renovação do ensino e das práticas pedagógicas, apresentem um plano de trabalho plurianual, a este nível;
- Continuar a criar condições ao trabalho da Comissão de Formação de Pessoal não Docente para que elabore em cada serviço/unidade, o plano plurianual de formação e desenvolvimento para os colaboradores, após caracterização das necessidades de desenvolvimento profissional, ouvindo os diferentes atores;
- Criar as condições à implementação do plano de formação dos docentes, nas áreas consideradas prioritárias para a realização da missão da Escola;
- Apoiar financeiramente formação relevante proposta individualmente para o desempenho das funções;
- Ouvir o pessoal não docente nos processos de reorganização contínua dos serviços, tendo em conta a satisfação e optimização dos recursos;
- Garantir a actualização permanente do inventário e o registo de todo o património na Escola;
- Promover a diminuição dos consumos de água, gás, papel e materiais escolares de uso corrente e laboratorial, optimizando a sua utilização e procurando reduzir os custos;
- Continuar a política de prestação pública de contas, permitindo que a comunidade efectue a necessária avaliação da alocação dos recursos públicos;
- Reforçar a ligação entre as Escolas de Enfermagem de Lisboa e Porto, promovendo a utilização sinérgica de recursos e as condições a uma futura reorganização da rede de ensino superior na área da enfermagem, tal como previsto no protocolo recentemente assinado.

Medida 2 – Promover a captação de alunos nos cursos de licenciatura e de pós-graduação/mestrados.

- Monitorizar a empregabilidade, o percurso profissional dos diplomados e a satisfação dos empregadores (CQA e SANG);
- Divulgar a ESEnfC a nível nacional e internacional, por diferentes meios *online* e presenciais, com vista à captação de estudantes estrangeiros para cursos de mestrado;

- Participar em acções de promoção e divulgação da oferta de formação superior;
- Continuar a desenvolver o projecto “Escola Aberta – Enfermagem: Ver para Querer” (Grupo de Divulgação da Escola e Escola Aberta: Ver Para Querer);
- Continuar a desenvolver o projecto “A Enfermagem, ser enfermeiro e a ESEnfC”, desenvolvido em Escolas Secundárias aderentes de diferentes regiões e cidades (Grupo de Divulgação da Escola e Escola Aberta: Ver Para Querer);

Medida 3 – Implementar o plano de abertura de concursos e recrutamento de pessoal docente e não docente com vista a garantir as necessidades nos diferentes sectores e unidades da ESEnfC e com as alterações decorrentes da restrição orçamental prevista para 2015.

- Continuar a contratar docentes convidados, a tempo parcial, para garantir o acompanhamento dos estudantes em ensino clínico e a ligação aos meios profissionais;
- Recrutamento de até 31 ETI(s) assistentes convidados, para ensino clínico e práticas laboratoriais e 4 ETI(s) professores convidados;
- Abertura de procedimento de recrutamento para Professor Coordenador (um);
- Abertura de três lugares para técnico superior (termo certo e ou tempo indeterminado) – para tradução, audiovisuais e/ou secretariado;
- Abertura de concurso para Assistente Operacional (até dois).

Medida 4 – Promover a requalificação e manutenção dos edifícios da ESEnfC e respetivos equipamentos.

- Continuar a implementar o processo de gestão de *stocks* dos materiais dos laboratórios e respetivo armazém e substituição de equipamento básico;
- Continuar a promover a implementação do plano de manutenção e do plano de segurança atualizado, resolvendo estritamente situações de risco.

Qualidade e Melhoria Contínua

A reflexão sobre as práticas em uso e a partilha de boas práticas entre os docentes, cursos e UCP(s), bem como a identificação de áreas e processos que necessitam de melhoria contínua, tem sido um dos aspetos gratificantes do processo de auto-avaliação da Escola, da avaliação/acreditação dos ciclos de estudos em funcionamento e das avaliações externas, e constitui a garantia de que a partir de Janeiro de 2015

implementaremos o Sistema Interno de Garantia da Qualidade (SIGQ) e o Manual da Qualidade, que até Dezembro p.f. estará revisto, de acordo com as recomendações da Comissão de Avaliação Externa (CAE) da A3ES, alinhados com o modelo de governação partilhado, responsabilizador e coeso.

A construção do novo Plano Estratégico 2015-2025, cujo desenho se iniciará em Janeiro de 2015, será uma prioridade e deve ser, sustentado nas recomendações da CAE, nas *European Standards & Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area*, nas recomendações da *European University Association* (EUA) de Dezembro de 2010 e na participação ampla da comunidade educativa, como já fizemos na versão anterior. Culminará, ainda, o trabalho, já iniciado, de reflexão, crítica e revisão das estruturas internas de comunicação e organização da Escola. A continuação e reforço da implementação de uma política partilhada e concertada de garantia de qualidade têm como principais objetivos a melhoria contínua dos serviços prestados nas diferentes vertentes da missão da ESEnfC, gestão racional de recursos, e a melhoria do sistema de informação de apoio aos órgãos e estruturas intermédias e operacionais de gestão e de decisão.

A reorganização do SIGQ deve assentar num amplo uso das competências dos órgãos e unidades estatutariamente existentes e criadas para garantir a articulação entre todas as estruturas da governação aos vários níveis. Deste modo, abrir-se-á o caminho para o reforço, a consolidação, rápida e eficaz, de modo de estar e atuar de todos os que à Escola pertencem, aumentando a qualidade da formação, da investigação, da transferência do conhecimento e do papel da Escola no desenvolvimento da Enfermagem.

A acreditação do SIGQ pela A3ES que nos foi atribuída com condições – *“Definir claramente a política da qualidade da Escola; Estabelecer a articulação entre os diferentes processos e sectores; definir prazos para os diferentes serviços, órgãos, unidades ou gabinetes procederem à integração coerente dos seus processos de GQ com o sistema que se pretende integrado. A definição e implementação das alterações conducentes a essa integração no que se refere à investigação científica e na colaboração interinstitucional e com a comunidade deverão estar terminadas no prazo de um ano. Pela complexidade associada aos aspectos de concepção, e pelo tempo necessário para que se possa dispor de resultados para análise, a CAE considera que só fará sentido, reavaliar esta vertente após um período de 2 anos. Aumentar a*

participação dos diferentes órgãos e partes interessadas internas nos processos de garantia de qualidade actualmente demasiado centralizados”, deve estimular-nos a continuar o caminho iniciado e devemos sentir-nos satisfeitos por ter assumido um “risco” a que poucas instituições de Ensino Superior se aventuraram até agora, aliás na senda do que nos tem caracterizado: comprometer-nos, quaisquer que sejam as dificuldades, com a qualidade e melhoria contínua do que fazemos.

O trabalho do Conselho para a Qualidade e Avaliação que nos tem propiciado uma relevante experiência de auto-avaliação e melhoria contínua deve continuar a merecer o apoio, colaboração e reconhecimento de todos.

Medida 5 - Promover a Qualidade e Melhoria Contínua.

- Desenvolver conversações junto dos órgãos de governo e da profissão com vista ao reconhecimento do ensino de **enfermagem** como ensino universitário e integração na Universidade de Coimbra;
- Conclusão da elaboração do Plano Estratégico de longo prazo 2015-2025;
- Conclusão da reformulação das políticas de garantia de qualidade na Escola e sua implementação;
- Promover o reforço de uma identidade inclusiva de todos os que à ESEnfC pertencem garantindo a participação no processo de auto-avaliação institucional e a identificação das medidas de melhoria a adoptar;
- Promover as medidas necessárias (diminuição dos custos de implementação do plano de estudos) para que a média de horas semanais dos docentes de carreira não ultrapasse as doze horas e possam por isso articular ensino/aprendizagem com investigação;
- Avaliação anual de todos os cursos em funcionamento, pelo Conselho para a Qualidade e Avaliação;
- Auto-avaliação da actividade docente e não docente da Escola, por órgão, unidades e serviços, com produção dos relatórios anuais de desempenho contendo, não apenas a descrição da actividade desenvolvida, mas integrando reflexão crítica sobre o desempenho e medidas de melhoria a implementar;
- Continuar a acompanhar e a monitorizar os processos de trabalho, garantindo a identificação de oportunidades de melhoria, bem como das formas de ajudar as equipas a aprender em conjunto permanentemente, modificando o seu

comportamento a partir da reflexão na e sobre a acção desenvolvida, que gerará a procura de novos conhecimentos e novas soluções;

- Monitorização da implementação do Manual da Qualidade da ESEnfC (reformulado após reformulação dos regulamentos de Unidades e Serviços e de redefinidos padrões e processos de avaliação da qualidade e interligação com o SGIQ);
- Criar condições à simplificação, desburocratização e agilização das ferramentas e mecanismos internos de avaliação e monitorização do SIGQ;
- Avaliação do grau da implementação nos serviços, dos manuais de procedimento e boas práticas e reformulação dos mesmos quando necessário;
- Promover auditoria externa aos processos administrativos e financeiros;
- Continuar a valorizar e reforçar a participação dos estudantes nos processos de avaliação e acreditação institucional e dos cursos, transformando essa participação num traço definidor da cultura institucional.

Medida 6 - Reformular a área da Comunicação e Imagem, eventualmente extinguindo-a e criando um novo conceito de comunicação interna e externa.

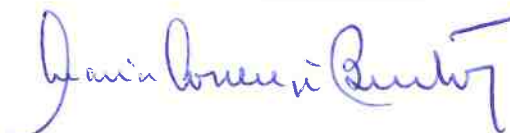
Sendo a ESEnfC a maior Escola de Enfermagem de Portugal, as dimensões de actuação da Escola são diversificadas, quer nas áreas de formação, de investigação e de serviços à comunidade, quer porque envolvem os recursos especializados de oito UCP(s), a UICISA-E e restantes unidades diferenciadas e órgãos, isto torna a Escola hoje um interveniente, cada vez mais activo no contexto nacional, na construção do pensamento social sobre a Enfermagem e na capacidade de influenciar o pensamento e políticas nesta área, quer ao nível das instituições de ensino superior que oferecem formação na área da saúde e da Enfermagem, quer ao nível dos grupos, comissões, fóruns de definição de políticas de saúde e orientações técnicas.

É inegável que a ESEnfC tem hoje uma visibilidade maior junto dos principais atores a nível local, regional e nacional. No entanto, apesar dessa dimensão, radicada na diversidade e relevância, é preciso aumentar e diversificar a difusão do que fazemos, do que pensamos e de quais são as áreas em que temos peritos capazes de colaborar no desenvolvimento de orientações políticas e técnicas na área da Enfermagem e da Saúde.

O contexto de mudança rápida que ocorre no país e a nível global e as perspectivas de alterações na rede de ensino superior, mais recomendam que se enfrentem os desafios do

futuro de uma forma sólida, aproveitando a história, a tradição, os valores e as competências residentes na nossa instituição para influenciar o bem comum. Neste sentido, é necessário reformular a área da Comunicação e Imagem, com a escolha de uma estratégia que veicule a identidade ESEnfC, que deve ser pensada ao longo de 2015 e que deve ter em vista: contribuir para projectar Coimbra como cidade do conhecimento e da saúde; fortalecer a imagem e cultura organizacional da escola; valorizar e diversificar os processos e suportes de comunicação; incrementar a criatividade, inovação, acessibilidade e clareza na comunicação; garantir o acesso e a compreensão da informação a todos; disponibilizar informação, conteúdos comunicacionais e peças utilizáveis em múltiplos eventos e acções e junto de públicos segmentados (empregadores; potenciais estudantes; antigos estudantes; entidade com relevo institucional, parceiros internacionais, entre outros); criar uma imagem de divulgação, para uso junto da comunicação social, conferências nacionais e internacionais, grupos de trabalho, etc., no sentido de potenciar a imagem da Escola na Comunidade; prestar contas e concretizar uma política transparente de informação e divulgação pública da Escola e dos seus indicadores de resultado.

A Presidente



Maria da Conceição Saraiva da Silva Costa Bento

Jimmy

ANEXOS I

MAPAS ESTRATÉGICOS

EIXO ESTRATÉGICO FORMAÇÃO

Promover um contexto formativo, científico e culturalmente estimulante;

Dinamizar a proximidade com as instituições de saúde e ensino superior nacionais e internacionais.

Objetivos	Medidas	Indicadores	Metas
<p>Garantir o reconhecimento pela comunidade e empregadores da qualidade e excelência da formação inicial</p> <p>Incorporar na formação o novo conhecimento decorrente da investigação e do contexto clínico</p> <p>Promover a maior satisfação dos estudantes com a formação</p>	<p>Medida 1 – Realização dos cursos de 1º e 2º ciclos, promovendo a qualidade dos ciclos de estudos oferecidos: processos e resultados.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar condições ao trabalho do Conselho Técnico-Científico previsto no seu Plano Estratégico e Conselho Pedagógico, que permitam a reconceptualização dos currícula e das práticas pedagógicas em uso, quer se trate da Licenciatura, quer dos 2º Ciclos; • Apoiar o trabalho do Conselho Técnico-Científico com vista a renovar a oferta formativa, com capacidade de resposta a atuais e novos públicos e às necessidades de qualificação na área da saúde, promovendo o debate sobre modelos curriculares em Enfermagem e os desafios da formação para o horizonte pós-2020, no sentido de criar novos cursos; • Manter o número de alunos inscritos nos diferentes ciclos de formação, se possível aumentar o número de estudantes do 2º ciclo, e a sua implementação de acordo com as propostas do Conselho Técnico-Científico (anexo IV), quer quanto ao número de turmas por ano do curso de licenciatura, quer quanto à organização do ensino clínico de fundamentos, quer quanto à organização e acompanhamento pedagógico das diferentes modalidades de ensino-aprendizagem; • Abrir os cursos de mestrado que tenham pelo menos 12 estudantes inscritos; • Promover estratégias que facilitem o acompanhamento pedagógico individualizado/personalizado (Docentes Responsáveis pelas UC, Coordenação de Curso, Conselho Pedagógico); • Continuar a garantir condições para que a responsabilidade científica e pedagógica e o acompanhamento da formação em ensino clínico seja realizado por docentes da Escola, tendo em conta as propostas do CTC e até ao limite do número de contractos de assistentes convidados em ETI(s) possível; • Promover o desenvolvimento de novos modelos de cooperação e parceria para a orientação de alunos em ensino clínico, continuando o trabalho iniciado de envolvimento de todos os enfermeiros chefes dos serviços onde ocorrem ensinoss clínicos no processo de planeamento e avaliação dos mesmos (Gabinete de Coordenação dos Ensinoss Clínicos, CTC, Presidência); • Garantir em ensino clínico acompanhamento pedagógico por docente da Escola, pelo menos 1 ETI por cada doze alunos; • Promover a integração de estudantes do 1º e 2º ciclo de estudos, como 	<p>Número de alunos a frequentar cursos de curta duração</p> <p>Número de alunos a frequentar em tempo completo os Cursos de Licenciatura</p> <p>Número de reuniões para análise e debate sobre práticas pedagógicas e avaliação realizadas com os professores</p> <p>Média do nível de satisfação dos estudantes com a orientação e acompanhamento pedagógico em ensino clínico</p> <p>Número de cursos de formação para tutores sobre metodologias de aprendizagem e avaliação em contexto de ensino clínico, que envolvam também docentes da ESEnFC e qualidade dos cursos</p> <p>Número de tutores envolvidos na formação</p> <p>Número de auditorias das normas de gestão pedagógica</p> <p>Número de atividades, realizadas com vista a melhorar a articulação entre a investigação e os cursos oferecidos</p> <p>Número de horas lecionadas nos Cursos por professores estrangeiros</p> <p>Média da satisfação dos formandos sobre as horas lecionadas por professores estrangeiros</p> <p>Percentagem de ETI's de professores coordenadores e/ou professores com doutoramento e especialistas envolvidos na componente teórica dos cursos</p> <p>Percentagem de ETI's de professores coordenadores e/ou professores com doutoramento envolvidos no ensino clínico dos cursos</p> <p>Número de docentes de carreira com doutoramento</p> <p>Número de docentes em Doutoramentos</p>	<p>≥ a 1100</p> <p>≥ a 1470</p> <p>2 por UCP</p> <p>≥ 3,5</p> <p>≥ 3</p> <p>≥ 80</p> <p>5</p> <p>≥ 1 por UCP</p> <p>≥30</p> <p>≥ 3,5 (A avaliar no fim de cada sessão pelo GRNI)</p> <p>≥ 50%</p> <p>≥ 25%</p> <p>≥ 45</p> <p>≥ 40</p>

<p>colaboradores de investigação em projectos de investigação inscritos na Unidade de Investigação (Coordenador da UICISA-E em Articulação com CTC e Coordenação de Curso(s));</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover a internacionalização dos cursos através da realização de missões de mobilidade/ensino de individualidades, nacionais e internacionais, de reconhecido mérito profissional e académico, para colaborar nos diferentes cursos, garantindo em cada ano curricular, pelo menos dez horas de leccionação por individualidades estrangeiras (GRNI em articulação com a Coordenação dos cursos e Responsáveis das Unidades Curriculares); Continuar a melhorar e a diversificar os recursos educativos da Escola, nomeadamente bibliotecas e laboratórios de forma a possibilitar o maior desenvolvimento de competências técnicas através da aprendizagem por simulação e em ambiente controlado (docentes, coordenação dos laboratórios, professor Bibliotecário Conselho de Gestão e Presidência); Continuar o projecto de inovação das práticas pedagógicas laboratoriais, com recurso a simuladores e a investigação sobre as mesmas (Professores Responsáveis pelas UC de Práticas Laboratoriais, Responsáveis pelos laboratórios, CTC e CP); Apoiar estudos de avaliação da eficácia da formação por simulação nas práticas laboratoriais no sentido de a melhorar, propostos pelos docentes e/ou Conselho Técnico-Científico e/ou Conselho Pedagógico; Apoiar o desenvolvimento de programas que criem e desenvolvam equipamentos e ferramentas científico-pedagógicas necessárias à implementação de novas formas de trabalho de docentes e estudantes dando particular atenção aos que usem o <i>e-learning</i> (Conselho de Gestão); Criar sessões lectivas suplementares, nas unidades curriculares com maior insucesso, dirigidas especialmente para estudantes com a(s) unidade(s) curricular(es) em atraso e quando as equipas disciplinares derem parecer favorável e os estudantes considerarem importante para a sua aprendizagem (Responsáveis de Coordenadores das Equipas Disciplinares, em articulação com Coordenação de Curso e CTC); Monitorizar a implementação das normas internas definidas no âmbito dos Conselhos Técnico-Científico e Pedagógico, da coordenação e gestão dos cursos e Unidades Científico-pedagógicas (Conselho para a Qualidade e Avaliação); Continuar a reforçar a articulação entre a investigação e os cursos de graduação e pós-graduação (CTC); Continuar a aumentar a qualificação académica, a especialização e produção científica do corpo docente, dentro dos limites da capacidade orçamental. 	<p>Número de docentes Especialistas ≥ 45</p> <p>Número de ETI(s) docente, contratados ≥ 31</p> <p>Número de alunos a frequentar os Cursos de Mestrado ≥ 100</p> <p>Média da satisfação dos alunos dos Cursos de Mestrado ≥ 3,5</p> <p>Número de vagas para Cursos formação Pós-graduada não conferentes de grau ≥ 75</p> <p>Número de cursos de formação profissional pós-graduada a funcionar ≥ 10</p> <p>Número de alunos a frequentar formação profissional especializada, para enfermeiros dos PALOP ≥ 3</p> <p>Média da satisfação de alunos a frequentar formação profissional especializada, para enfermeiros dos PALOP ≥ 3,5</p> <p>Número de docentes e enfermeiros a frequentarem cursos de formação pedagógica. ≥ 45</p>
<p>Medida 2- Outros Cursos</p> <ul style="list-style-type: none"> Diversificar a oferta de programas de pós-graduação, não conferentes de grau, conducente à formação avançada dos profissionais de saúde em áreas específicas, como por exemplo Enfermagem e Esclerose Múltipla, Tratamento de Feridas, Enfermagem Transcultural e outros a serem propostos pelas UCP(s) e aprovados pelo CTC 	<p>Aguardam-se as metas a propor pelo Conselho Técnico-Científico</p>

Grady

	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a oferta formativa, de curta duração, em áreas consideradas prioritárias no plano nacional de saúde, com vista a contribuir para a formação contínua dos enfermeiros e outros profissionais de saúde, numa perspectiva de formação ao longo da vida; • Apoiar a concepção de ofertas formativas diferenciadas por ambientes de aprendizagem orientados para a pesquisa, a inovação, a resolução de problemas e uso das TIC; • Apoiar a criação de cursos em Ensino à Distância adequados a diferentes públicos alvo, particularmente para os novos diplomados pela Escola, a exercerem em Portugal e no estrangeiro; • Promover oferta de formação dirigida a Professores do Ensino Básico e Secundário, sobre educação e saúde; • Continuar a tentar influenciar a criação de quadro legal que nos permita oferecer o terceiro ciclo de formação em enfermagem, conjuntamente com universidades estrangeiras, com tradição de desenvolvimento de formação conducente à obtenção do grau de doutor em enfermagem; • Manter o número de vagas de formação profissional especializada, para enfermeiros dos PALOP; • Oferecer Cursos de formação pós-graduada de curta duração, para activos da saúde, não conferentes de grau (mínimo de 30 horas). <p>Medida 3 – Criar as condições necessárias ao trabalho com vista a diversificar a oferta formativa de pós-graduações e de cursos de mestrado, que incluam uma componente curricular que corresponda a formação avançada em áreas especializadas e que respondam a claras necessidades, em cuidados de enfermagem na atualidade (exemplo: enfermagem em cuidados paliativos; enfermagem oncológica e sistemas de informação em enfermagem).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Repensar a organização dos cursos de mestrado e pós-licenciatura, a partir das conclusões do estudo em curso sobre este domínio da formação e coordenado pela Presidente do Conselho para a Qualidade e Avaliação (a liderar pelo CTC); • Rever todo o programa de oferta de Mestrados adaptando-o às reais necessidades e disponibilidades financeiras dos potenciais candidatos (UCP(s) e CTC); • Alargar os públicos a quem se dirige a formação oferecida pela Escola, particularmente abri-los a estudantes estrangeiros. <p>Medida 4 – Promover a formação pedagógica dos docentes da ESEnfC</p> <ul style="list-style-type: none"> • Incrementar a formação pedagógica dos assistentes convidados e adjuntos sem formação formal em pedagogia, para que possam utilizar de forma cada vez mais eficaz estratégias de orientação de Ensinos Clínicos que melhorem o acompanhamento pedagógico individualizado/personalizado (Conselho Pedagógico em articulação com Comissão de Formação dos Docentes e Gabinete dos Ensinos Clínicos); 	<p>Aguardam-se as metas a propor pela Comissão de Formação</p>
--	---	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar o apoio à formação pedagógica de modo a garantir que todos os docentes detêm formação nesta área, bem como a oportunidade de realizarem cursos de actualização (Conselho de Gestão); • Pôr em funcionamento um Curso de Formação Pedagógica para docentes e enfermeiros (Conselho Técnico Científico, em articulação com as UCP(s). <p>Medida 5 – Colaborar com outras Instituições de Ensino</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manter em parceria com a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra o 3º Ciclo em Ciências da Saúde: Ramo de Enfermagem; • Manter com a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra a Pós-graduação em Economia da Saúde; • Manter a parceria com as Faculdades de Medicina e Psicologia e Ciências da Educação, da Universidade do Porto, no âmbito do Curso de Mestrado em Cuidados Paliativos, Doutoramento em Bioética e outros âmbitos considerados de interesse comum. 	<p>Meta a propor pelo Conselho Técnico-Científico</p>	
--	--	---	--

EIXO ESTRATÉGICO INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

Desenvolver a Unidade de Investigação como líder de redes de produção, divulgação e aplicação do conhecimento em enfermagem.
Desenvolver uma comunidade científica de excelência.

Objetivos	Medidas	Indicadores	Metas
<p>Promover o desenvolvimento da investigação científica, inovação e desenvolvimento na área científica de enfermagem</p> <p>Promover a colaboração científica com centros de investigação nacionais e estrangeiros</p> <p>Apoiar a mobilidade de investigadores</p>	<p>Medida 1: Reforçar a investigação, desenvolvimento e inovação.</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover a gestão eficiente dos recursos da UICISA-E e garantir o financiamento mínimo necessário ao desenvolvimento das suas actividades Comissão Administrativa e Científica da UICISA-E e Conselho de Gestão); Reforçar a centralidade da investigação no foco da Enfermagem e a sustentabilidade da investigação, definindo prioridades e concentrando recursos, particularmente humanos (quantidade e qualidade) para criar massa crítica em áreas de investigação específicas a definir pela Comissão Científica da UICISA-E em articulação com o CTC da ESEnFC; Dispensar da actividade lectiva até 3 ETI(s) docentes, para a realização de projectos de investigação, inscritos nas linhas de investigação da UICISA-E, que tenham sido objecto de candidatura a financiamento e que, assumam o compromisso de se candidatar nos subsequentes concursos abertos pela FCT, caso não tenham obtido financiamento; Organizar a Prestação do Serviço Docente de modo a que a maioria dos investigadores docentes dediquem 60% das horas não lectivas semanais a actividades de investigação integradas na UICISA-E, prestação de serviços à comunidade e/ou gestão democrática da Escola; Continuar a motivar os investigadores/doutorados a dirigir projectos como investigador principal; Apoiar financeiramente novos projectos submetidos a concurso e incentivar cada docente doutorado a ser responsável / membro da equipa de pelo menos um projecto de investigação, inscrito na UI, desenvolvido em parceria com instituições de saúde, ensino e/ou investigação nacionais ou internacionais; Reforçar a colaboração com as Instituições de Saúde, com as quais a Escola tem protocolos, no domínio da investigação, para o desenvolvimento de investigação e a translação do conhecimento produzido, particularmente com o CHUC e IPO; Apoiar financeiramente o desenvolvimento de projectos de investigação que articulem a prática docente, com a prática clínica de Enfermagem, que envolvam equipas que integrem docentes, estudantes e enfermeiros das instituições onde decorrem os ensinoss clínicos; Reforçar o apoio aos investigadores no âmbito da preparação de candidaturas a projectos de financiamento, recriando a figura do gestor de projectos; Continuar a apoiar a criação, gestão e divulgação de bases de dados de artigos científicos, instrumentos de medida e contactos com investigadores; Incentivar os docentes a manterem os seus Currícula Vitae actualizados na 	<p>Número de projetos inscritos na UI</p> <p>Número de projetos financiados</p> <p>Número de projetos candidatados para financiamento pela FCT ou outro</p> <p>Porcentagem de projetos inscritos na UI, com investigadores da prática clínica</p> <p>Número de doutorandos inscritos na UI</p> <p>Número de investigadores doutorados inscritos na UI</p> <p>Número de investigadores em colaboração inscritos na UI</p> <p>Número de revisões sistemáticas desenvolvidas no âmbito da atividade como Centro Colaborador Joanna Briggs</p>	<p>≥55</p> <p>≥ 3</p> <p>≥8</p> <p>≥65%</p> <p>≥58</p> <p>≥42</p> <p>≥52</p> <p>1</p>

plataforma DeGóis;

- Continuar a trabalhar para encontrar parceiros que co-financiem projectos e bolsas de investigação;
- Estabelecer parcerias potenciadoras da captação de grandes projectos de desenvolvimento regional, nacional e internacional por parte dos grupos de I&D mais activos da ESEnfC, os quais poderão assumir posições de liderança;
- Optimizar a articulação entre a I&D e a Internacionalização e Mobilidade;
- Criar medidas tendentes a reforçar o empenho na actividade científica: Certificados de Mérito de Publicação Científica e criar um prémio orientado para destacar a citação de artigos da ESEnfC;
- Tornar obrigatório o armazenamento da obra científica da Escola na base de dados da Escola, disponibilizando apoio para o efeito e criar um Repositório de Dados Científicos;
- Aumentar o número de projectos candidatos a financiamento pela FCT e a outras fontes de financiamento externo;
- Apoiar os processos formativos de doutorandos docentes da ESEnfC (22), no quadro das condicionantes orçamentais, com vista a aumentar o número de investigadores com doutoramento;
- Criar as condições necessárias para que a UICISA-E cumpra o plano de desenvolvimento do "Portugal Centre for evidence based practice: an affiliate centre of Joanna Briggs": revisão sistemática na área da enfermagem, e organização dos encontros trainee de trainers e encontro do grupo europeu;
- Implicar os investigadores na atracção de projectos e verbas de investigação, atracção de contratos de desenvolvimento científico, participação em redes nacionais e internacionais de investigação;
- Continuar a colaboração científica com a Faculdade de Medicina no âmbito do programa de doutoramento em Ciências da Saúde e o apoio aos doutorandos do ramo Enfermagem;
- Incentivar os doutores inscritos na Unidade de Investigação a orientarem projectos de doutoramento e a inscrevê-los no âmbito de projectos estruturantes da UICISA-E;
- Incentivar todos os doutorandos apoiados pela Escola, a manterem os seus projectos de doutoramento ligados à UI, com o objectivo de manter o número de doutorandos inscritos na UICISA-E;
- Continuar a promover a integração dos projectos de investigação que emergem das UCP(s) na organização do modelo de rede da Unidade de Investigação afiliando-se nas linhas/projectos estruturantes/redes de projectos associados;
- Apoiar a candidatura da UICISA-E a Líder de Rede de Estruturas de Investigação na Europa;
- Apoiar a participação da Escola na ALIA (Associação Lusófona e Internacional de Administradores da Ciência) de que fazemos parte da Direção.

<p>Medida 2: Promover a divulgação do conhecimento produzido.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar a participação dos investigadores em conferências internacionais, no país e no estrangeiro; • Promover a comunicação e a mobilidade dos investigadores, facilitando a integração da investigação na comunidade científica internacional; • Apoiar diferenciadamente as actividades de produção e/ou divulgação científica dos docentes que submetam artigos para publicação em revistas indexadas na Scielo, Scopus e Thomson Reuters com vista a aumentar o número de artigos publicados em revistas científicas com 'referees'; • Apoiar a realização de congressos internacionais e a formação dos investigadores, em áreas consideradas relevantes para atingir as metas definidas institucionalmente e de acordo com a proposta de despacho anexa a este plano de actividades; • Criar condições à evolução da "Revista de Enfermagem Referência" como uma Revista Internacional indexada com leitura de factor de impacto, aumentando o número de artigos publicados por ano, publicando-a em três línguas e ampliando a rede de divulgação internacional com o fim de melhorar os indicadores de repercussão; • Apoiar a participação de docentes da ESEnFC na Direção, Conselhos Científicos, Conselhos Redatoriais e Revisores Científicos de Periódicos (Exemplo: <i>International Journal of Caring Sciences, International Journal of Learning, Online Brazilian Journal of Nursing, Revista Cogitare Enfermagem, Revista CuidArte Enfermagem, Revista da INFAD, Revista de Enfermagem UFPE On Line, Revista Investigação em Enfermagem, Revista Latino-americana de Enfermagem, Revista Sinais Vitais, Revista Webnurse magazine; Revista de Formación e Innovación Educativa Universitaria, Revista Internacional de Ciencias Sociales Interdisciplinares, Journal of the World Universities Forum, Journal of Nursing Education and Practice e Revista de Enfermagem Referência</i>); • Apoiar a realização de actividades científicas (Jornadas, Seminários e Congressos) desenvolvidas em parceria entre as UCs e UICISA-E. 	<p>Número de comunicações proferidas por docentes da escola em congressos e outros encontros científicos internacionais com refere</p> <p>Número de congressos e ou atividades de formação para investigadores apoiadas</p> <p>Número de artigos publicados por docentes da escola em revistas, como autor principal</p> <p>Número de artigos publicados por docentes da escola em revistas referenciadas no <i>Institute for Scientific Information (ISI)</i></p> <p>Número de bases de indexação da Revista Referência</p> <p>Número de artigos publicados na Referência</p> <p>Línguas de publicação da Referência</p> <p>Número de locais/tipos de divulgação internacional da Revista</p>	<p>≥100</p> <p>≥5</p> <p>≥40</p> <p>1 por doutor</p> <p>≥6</p> <p>≥3,5</p> <p>≥3</p> <p>≥5</p>
<p>Medida 3 – Promover a articulação entre ensino e investigação e a formação de investigadores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Continuar a reforçar o projecto de articulação entre as Unidades Científico Pedagógicas (responsáveis pelo ensino) e a Unidade de Investigação; • Financiar seis bolsiros de iniciação à investigação e quatro bolsiros de investigação; • Atribuir uma Bolsa de Mérito Científico, para os estudantes que tendo estado envolvidos em projectos da Unidade de Investigação, se distinguirem; • Criar as condições necessárias para aumentar o número de investigadores estrangeiros na UICISA-E (Doutoramento Sanduíche e Pós-doutoramento). 	<p>Número de atividades de articulação realizadas por curso</p> <p>Número de estudantes envolvidos em projetos de investigação da UI</p> <p>Número de bolsiros de iniciação à investigação</p> <p>Número de bolsas de mérito Científico</p> <p>Número de investigadores estrangeiros</p> <p>Número de bolsiros de Investigação (licenciados ou Mestres)</p>	<p>≥2</p> <p>≥100</p> <p>≥6</p> <p>≥2</p> <p>≥6</p> <p>= 5</p>

Janet

	<p>Medida 4 - Promover a definição, coordenação e implementação de uma cultura empreendedora cada vez mais consolidada.</p> <ul style="list-style-type: none">• Apoiar o desenvolvimento do trabalho do Gabinete de Empreendedorismo;• Dinamizar o ecossistema ESEnFC, transversal e auto-sustentável, que incrementa a criação de <i>start-ups</i>, no âmbito do protocolo com a incubadora de empresas do Instituto Pedro Nunes, e a empregabilidade dos seus estudantes;• Estimular uma cultura de risco junto dos estudantes e docentes, com o objectivo de criar novas percepções em relação ao empreendedorismo, à empregabilidade e ao seu papel na sociedade e economia;• Continuar a criar espaços de partilha de experiências entre os estudantes, docentes, empresários e investidores, utilizando metodologias inovadoras e criativas para animação de grupos multidisciplinares e espaços de experimentação, fazendo uso da infra-estrutura de laboratórios existentes;• Continuar a apoiar a realização de planos de negócio e a protecção da propriedade industrial e intelectual, de modo a potenciar a posterior incubação;• Continuar a trabalhar em estreita articulação com a incubadora de empresas do Instituto Pedro Nunes, de quem somos parceiros e accionistas e membros da Assembleia Geral, entre outros parceiros possíveis.	Metas a propor pelo gabinete de empreendedorismo	
--	---	--	--

EIXO ESTRATÉGICO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE

Desenvolver e consolidar serviços que promovam respostas inovadoras em saúde.

Objetivos	Medidas	Indicadores	Metas
<p>Organizar, apoiar e otimizar a prestação de serviços à Comunidade</p> <p>Intervir nas áreas prioritárias de inovação em enfermagem incrementando a prestação de serviços nesses domínios;</p> <p>Apoiar a qualificação de toda a comunidade educativa para a prestação de serviços;</p> <p>Apoiar os diplomados na inserção no mercado de trabalho e no empreendedorismo;</p> <p>Aumentar e consolidar parcerias com instituições da comunidade;</p> <p>Integrar os projetos de serviço à comunidade na formação académica e no desenvolvimento cívico da comunidade educativa.</p>	<p>Medida 1 – Implementação do plano de desenvolvimento da área da prestação de serviços à comunidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementar o regulamento de prestação de serviços especializados à comunidade, para melhorar a organização e optimização dos projectos de serviços à comunidade e reconhecimento do valor do trabalho desenvolvido; • Incentivar e apoiar o desenvolvimento de projectos na comunidade propostos por docentes, unidades científico-pedagógicas ou unidades diferenciadas, considerando o seu interesse social e científico e integrados nas actividades da Escola, com parecer favorável do Coordenador da Unidade Diferenciada de Prestação de Serviços à Comunidade e Coordenação das Actividades de Extensão (UDPSCCAE) e do Conselho Técnico; • Apoiar projectos de prestação de serviço à comunidade que promovam a oferta de cuidados de saúde inovadores, em articulação com instituições de saúde locais; • Continuar a promover projectos de formação em contexto de trabalho desenvolvidos em parceria com os Serviços de Saúde e Formação com vista à reformulação das práticas de cuidados em uso e implementação de guias de boas práticas; • Promover encontros ou reuniões para partilha de conhecimentos entre áreas que facilitem a transferência de conhecimento científico para projectos inovadores; • Articular os projectos com o currículo para incentivar e criar condições à participação dos estudantes nestes projectos (Coordenação da UDPSCCAE e articulação com o CTC e os Coordenadores de Projecto); • Manter o Gabinete de Apoio aos Projectos e criar as condições ao coordenador da UDPSCCAE para poder organizar a Unidade de Prestação de Serviços e Coordenação das Actividades de Extensão na Comunidade; • Continuar a procurar fontes de financiamento para apoiar projectos de extensão que permita a sua oferta sem custos financeiros para a comunidade; • Continuar a prestação de serviços nas áreas da preparação para o Parto e parentalidade - Projeto Terna.Aventura; • Prestação de serviços nas áreas da formação de cuidadores informais de pessoas dependentes na satisfação do autocuidado; • Implementar a prestação de serviços no domínio dos cuidados de enfermagem de reabilitação e pessoas com alterações da mobilidade, tratamento de feridas e cuidados ao pé, promoção da saúde de famílias no processo de transição da passagem à reforma: “lugar dos afectos”. • Implementar um Plano de Formação dos Profissionais do Centro de Social de São João, através da UCPEI. 	<p>Número de projetos de extensão na comunidade com ligação a escolas</p> <p>Número de projetos de extensão na comunidade com ligação a serviços de saúde</p> <p>Número de docentes apoiados envolvidos em projetos de prestação de serviços à comunidade</p> <p>Número de utentes atendidos no Centro de promoção do autocuidado</p> <p>Número de consultas prestadas no Centro de promoção do autocuidado</p> <p>Outros indicadores e metas a propor pelo SPSC</p>	<p>≥10</p> <p>≥10</p> <p>≥1 por área de supervisão dos serviços de enfermagem</p> <p>≥10</p> <p>≥10</p>

Medida 2 – Manter e incentivar o desenvolvimento de projectos de colaboração com instituições de ensino básico, secundário e solidiedade social, no âmbito da educação no domínio da saúde, com quem a Escola tem protocolos e estendê-los a outras instituições, particularmente projectos que divulguem a Escola e a Enfermagem junto dos potenciais clientes do curso de licenciatura.

- Continuar a implementar os projectos de promoção de educação para a saúde: no Instituto Educativo de Souselas, Colégio de S. Martinho, Agrupamento Eugénio de Castro, Escola EB2+3 Inês de Castro, Escola Secundária Infanta D. Maria, Escola Secundária Dom Duarte, Escola Secundário Jaime Cortesão, Escola Secundária de José Falcão, Escola D. Dinis, Escola José Falcão, Agrupamento de Escolas Rainha Santa Isabel, Escola de Hotelaria de Coimbra, Universidades Promotoras da Saúde, Escola Fernando Namora (Condeixa-a-Nova) e Portugal dos Pequenitos; Projecto 5 ao dia (EEnfC/Mercado Abastecedor de Coimbra), Projecto Crescer Saudável, Projecto amigos, amigos pressões à parte, projecto (O)Usar & Ser Laço Branco, e Projecto Ser Saudável, Uma Aposta no/com Futuro;
- Apoiar a criação de um projecto comunitário Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia (UCP- ESMOG);
- Continuar a implementar os projectos Envelhecimento, Saúde e Cidadania; Antecipar a Experiência de Ser Idoso; Passeios com Cidadania; Estimulação Cognitiva e Prevenção da Fragilidade em Idosos (UCP de Enfermagem do Idoso);
- Implementação do projecto Peregrino (em fase de planeamento) (UCP de Enfermagem Médico-cirúrgica).

Medida 3 – Continuar a promover projectos de formação em contexto de trabalho desenvolvidos em parceria com os Serviços de Saúde e Formação, que configurem contrapartidas à colaboração que as Instituições dão à Escola no domínio dos ensinos clínicos.

- Acompanhamento do projecto Protecção, Promoção e Suporte da Amamentação;
- Assessoria no projecto de implementação da avaliação da dor em pessoas incapazes de comunicar nos CHUC/Serviço de Medicina III;
- Continuar a promover o projecto de melhoria de assistência de enfermagem à criança submetida a cirurgia em ambulatório pela equipa de enfermagem no Serviço de Pediatria do Hospital Distrital da Figueira da Foz;
- Continuar a implementar o projecto Aprender a Escutar a Voz dos Pais, dirigido a acompanhantes de crianças hospitalizadas no Hospital Pediátrico de Coimbra;
- Continuar a implementar o projecto Formação, Assessoria e Investigação em Reanimação;
- Continuar a implementar o projecto Capacitar para Cuidar;
- Desenvolver o projecto de criação de plataforma de indicadores para avaliação e monitorização dos cuidados de saúde/desempenho hospitalar;
- Continuar a apoiar o projecto Poliempreende;

	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o projecto, Health Tec Working Group; • Continuar a apoiar o projecto Novos caminhos – qualidade e efectividade; • Continuar a colaborar com a Cáritas de Coimbra na formação dos seus profissionais; • Continuar a apostar na Formação de Recursos Humanos na área da Saúde, e para o Ensino da Saúde, em Cabo Verde, e São Tomé e Príncipe e Angola; • Colaborar no projecto “Saúde Sobre Rodas”, em articulação com a Associação Integrar (apoio à população sem abrigo de Coimbra); • Continuar o projecto “Desvendar (Cuidados continuados e reabilitação psicossocial)”, “+ Contigo (Prevenção de comportamentos de risco em jovens do terceiro ciclo e ensino secundário)” e “Saudar: Género, migrações e saúde”; • Apoiar o projecto Feliz.Mente; • Apoiar o projecto em parceria com a OE, de formação em suporte básico de vida. <p>Medida 4 – Continuar o trabalho de alargamento do portal da saúde: já implementado na área da saúde mental, a outros domínios de enfermagem, onde a escola ofereça serviços – de informação, ensino, treino - direccionado a famílias que vivem transições no seu processo de saúde das quais tenha resultado ou possam vir a resultar dependência de um dos membros da família, para a realização das Actividades de Vida Quotidiana. Encontrar formas de continuar a financiar este projecto.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar um portal da saúde: domínio de enfermagem, onde a escola ofereça serviços do tipo: informar, ensinar, treinar, direccionado a famílias que vivem transições no seu processo de saúde das quais tenha resultado ou possa vir a resultar dependência, de um dos membros, para a realização das Actividades de Vida Quotidiana; • Implementar a prestação de serviços nas áreas de formação de cuidadores informais de pessoas dependentes na satisfação do auto cuidado devido, sobretudo, às consequências do AVC. • Incentivar a criação, concepção, dinamização e gestão de um “canal de informação” interativo, sobre a Enfermagem e a Saúde dirigido a jovens e a disponibilizar na página da Escola. 	
--	---	--

EIXO ESTRATÉGICO INTERNACIONALIZAÇÃO E COOPERAÇÃO

Conseguir o reconhecimento da Escola por parte de organismos internacionais;

Dar visibilidade e reconhecimento externo da Escola mediante os projetos internacionais;

Desenvolver redes e projetos de cooperação que envolvam escolas de vários continentes, países da CPLP e países Ibero-americanos;

Objetivos	Medidas	Indicadores	Metas
<p>Incrementar parcerias e projetos com instituições internacionais de educação, saúde e outras, afirmando a escola e o ensino de enfermagem nesses contextos</p> <p>Pertencer a organismos internacionais</p> <p>Promover a visibilidade da escola mediante os projetos internacionais</p> <p>Desenvolver redes com instituições congêneres</p> <p>Facilitar a mobilidade científica, técnica e cultural de estudantes, docentes e não docentes.</p>	<p>Medida 1 – Reforçar a Internacionalização dos cursos oferecidos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Continuar a aumentar o número de horas do Curso de Licenciatura e Mestrado, leccionadas por professores estrangeiros; Aumentar os acordos bilaterais com Instituições congêneres de Países da América Latina, EUA e Canadá; Continuar a aumentar o número de docentes estrangeiros recebidos na Escola; Continuar a trabalhar com vista ao desenvolvimento de acordos com congêneres internacionais, com vista à concessão de Graus Académicos conjuntos, nomeadamente os graus de mestre. Manter a cooperação com o ICPHR (<i>International Collaboration for Participatory Health Research</i>), tendo a ESEnFC a responsabilidade de coordenar a formação internacional em pesquisa-ação participativa em saúde. <p>Medida 2 – Promover a mobilidade internacional de docentes e estudantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> Continuar a criar as condições logísticas necessárias ao funcionamento do Gabinete de Relações Nacionais e Internacionais; Continuar a aumentar o número de acordos bilaterais no âmbito do programa ERASMUS +; Continuar a criar bolsas ESEnFC/ Novo Banco /Santander, para a realização de unidades curriculares de ensino clínico no estrangeiro, com estatuto Erasmus, aumentando assim o número de estudantes que realizam um período de estudos no estrangeiro; Complementar com receita própria, o <i>plafond</i> necessário para manter em mobilidade o mesmo número de estudantes (uma vez que o financiamento via PROALV, conhecido em agosto, diminuiu e as candidaturas dos estudantes se efectuaram em Março p.p.) e um complemento à bolsa para mobilidade de estudantes para países anglo-saxónicos e para estudantes carenciados (com estatuto de bolseiro da acção social escolar); Continuar a aumentar o número de estudantes estrangeiros que realizam um período de estudos na ESEnFC; Promover a participação da Escola em cursos internacionais Erasmus Mundus; Manter a associação aos programas Erasmus, Leonardo Da Vinci (até à sua extinção), e Vasco da Gama; Manter as bolsas de mobilidade da ESEnFC, com o estatuto Erasmus, e organizar a mobilidade para estudantes sem bolsa; Apoiar 30 docentes e três não docentes, na realização de missões de ensino e 	<p>Número de horas curriculares leccionadas por professores estrangeiros nos cursos em funcionamento</p> <p>Número de acordos bilaterais novos com Países da América Latina, EUA e Canadá</p> <p>Número de docentes estrangeiros recebidos na Escola</p> <p>Número de acordos estabelecidos para a realização de formação conjunta</p> <p>Número de novos acordos bilaterais no âmbito do programa ERASMUS</p> <p>% de alunos diplomados que faz um período de estudos no estrangeiro ao longo do Curso</p> <p>Média da satisfação dos da experiência de mobilidade</p> <p>Número de novos acordos bilaterais com instituições de Ensino Superior de Países de Língua Oficial Portuguesa</p> <p>Número de cursos de licenciatura apoiados nos países de Língua Oficial Portuguesa</p> <p>Número de escolas contactadas para a criação da Associação das Instituições de Ensino Superior dos PALOP com ensino de Enfermagem</p> <p>Número de estudantes estrangeiros que realizam um período de estudos na Escola</p> <p>Média da satisfação da experiência de mobilidade dos estudantes estrangeiros que realizam um período de estudos na Escola</p> <p>Número de docentes que realizam missões de ensino ao abrigo do programa ERASMUS</p> <p>Número de missões de Ensino realizadas por Professores da Escola nos PALOP para apoiar o desenvolvimento de cursos de Licenciatura</p>	<p>≥ 30</p> <p>4</p> <p>≥ 60</p> <p>1</p> <p>≥ 8</p> <p>≥ 17,5%</p> <p>≥ 3,5</p> <p>≥ 1</p> <p>≥ 2</p> <p>≥ 5</p> <p>≥ 40</p> <p>≥ 3,5</p> <p>≥ 25</p> <p>≥ 10</p>

	<p>administrativas, respectivamente, ao abrigo do programa ERASMUS e diversificar os países/Universidades de destino para a realização de missões de ensino, no âmbito dos novos acordos bilaterais a firmar;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar condições à mobilidade internacional no âmbito do programa “ciência sem fronteiras”; • Promover condições à realização da semana internacional com partilha de saberes e experiências com docentes e estudantes em mobilidade ERASMUS na ESEnFC; • Continuar a criar cursos de curta duração na área de enfermagem, leccionados em inglês por docentes internos e trazer docentes externos à semelhança do Módulo Europeu; • Continuar a desenvolver “Cursos Livres de Inglês, Espanhol e Francês” com vista à aprendizagem de língua estrangeira pelos alunos que pretendam integrar o programa de mobilidade, especialmente quanto ao léxico específico da saúde; • Continuar a oferecer cursos de português para estudantes estrangeiros; • Contribuir para que Coimbra se afirme como cidade Erasmus, como principal destino de escolha de estudantes e académicos de outros países; • Continuar a criar condições ao acolhimento dos estudantes estrangeiros que promovam a sua plena integração na vida da escola, o conhecimento do sistema de ensino que os sensibilize para a cultura académica, e do país, incluindo a publicação do guia orientador Estudante-Erasmus; • Reforçar a cooperação com os países europeus dando especial atenção aos países Nórdicos; • Criar condições à criação de cursos de dupla titulação, incentivando o Conselho Técnico-Científico a preparar para submetemos à A3ES uma proposta de <i>joint degree</i> (licenciatura) com uma universidade estrangeira nossa parceira; • Manter em funcionamento anualmente a semana de Enfermagem Transcultural e criar condições para a mobilidade dos docentes no âmbito deste projecto; • Continuar a criar condições à inclusão de artigos em língua inglesa e espanhola na revista da Escola; • Continuar a criar condições de trabalho à Comissão de Coordenação do Centro Colaborador OMS da ESEnFC, para o desenvolvimento da prática clínica e investigação; • Continuar a acolher o Capítulo Phi Xi da ESEnFC, capítulo da Sociedade Honorífica Sigma Theta Tau; • Articular cada vez mais a Internacionalização e Mobilidade com a I&D. • Desenvolver a Rede – EOEM com os países lusófonos (UCP de ESMOG em articulação com GRNI) <p>Medida 3 – Promover a cooperação com os PALOP.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reforçar a cooperação com os países lusófonos; • Continuar a participação na Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP); 	<p>Outros indicadores e metas a propor pelo GRNI</p>
--	---	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar a procurar fontes de financiamento para a cooperação no âmbito da Enfermagem com os Países de Língua Oficial Portuguesa; • Aumentar os acordos bilaterais com instituições de Ensino Superior de Países de Língua Oficial Portuguesa; • Continuar o trabalho com vista à criação da Rede das Instituições de Ensino Superior dos PALOP, com ensino de Enfermagem, promovendo a primeira reunião oficial no próximo encontro da AULP; • Manter o apoio à Universidade de Cabo Verde, na implementação e avaliação dos cursos de Licenciatura de acordo com protocolo a renegociar; • Manter o apoio à formação de quadros especializados em S. Tomé e Príncipe; • Dar continuidade à implementação dos projectos com Angola e alargá-los a cursos de mestrado e formação de activos da saúde; • Continuar o programa de mobilidade docente para missões de ensino e investigação com o Brasil (Universidade de S. Paulo e UFRJ). <p>Medida 4 – Promover a adesão a programas internacionais.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Continuar a apoiar os Programas Intensivos Older People in Europe; New Needs2, Intensive Program Multicultural European Project; • Iniciar novos projectos Europeus; • Continuar a apoiar o Módulo Europeu de Enfermagem Transcultural. 	
--	--	--

EIXO ESTRATÉGICO COMUNIDADE EDUCATIVA

Promover a formação global dos estudantes.

Promover a realização pessoal e profissional dos docentes e não docentes.

Objetivos	Medidas	Indicadores	Metas
<p>Capacitar os colaboradores docentes com qualificações e competências necessárias à formação, investigação e prestação de serviços</p> <p>Disponer de corpo docente com os requisitos necessários para satisfazer o previsto no Artigo 49º da Lei nº62/2007 de 10 de setembro</p> <p>Promover a realização pessoal e profissional dos docentes</p>	<p>Medida 1 – Promover a formação global dos estudantes e as condições de vida na Escola.</p> <ul style="list-style-type: none"> Manter o esforço de rigor, qualidade e estabilidade nos serviços de apoio ao processo formativo, social, psicológico e de saúde e bem-estar; Manter a atribuição de bolsas, estágios e outras experiências quer profissionais (ex. Bolsa de estágios Novo Banco), quer de iniciação à investigação e o prémio de quatro anuidades na Sociedade Honorífica da ESEnFC; Implementar projecto de desenvolvimento da comunidade residente no alojamento da ESEnFC e continuar a melhorar as infra-estruturas e serviços de apoio; Continuar a motivar a criação e funcionamento de núcleos desportivos, preferencialmente ligados à Associação de Estudantes, envolvendo cada vez mais os próprios estudantes no plano de desenvolvimento desportivo da Escola; Criar o projecto Portal EU.ESEnFC Alumni (Serviço de Apoio aos Novos Graduados); Reforçar o apoio ao movimento associativo e estudantil e incrementar a participação activa dos estudantes em todos os domínios da vida da Escola; Continuar a fomentar a intervenção da Associação de Estudantes na construção activa da Escola e apoiar as actividades propostas pela Associação; Concretizar o projecto da criação da Associação dos Amigos da ESEnFC (ex-docentes; ex-estudantes; ex-funcionários, outros) Serviço de Apoio aos Novos Graduados em articulação com a Presidência); Manter o fundo académico de apoio ao estudante com carências extremas da ESEnFC; Implementar o projecto de apoio ao estudo, prevenção do insucesso escolar e/ou problemas de integração na vida académica promovendo o sucesso escolar, com o apoio da estagiária de psicologia e seu orientador de estágio (Serviço de acção Social e Saúde Escolar); Apoiar o trabalho do provedor do estudante; Manter o projecto de integração dos estudantes do 1º ano, facilitando a sua integração ao curso, à escola e à cidade; Continuar a melhorar o funcionamento da residência, cantinas, cafetarias, espaços desportivos, serviços de apoio ao aluno e acção social escolar, ouvindo os estudantes; Manter e se possível otimizar e diversificar o funcionamento do serviço de apoio ao estudante, de saúde e psicologia, de modo a que dinamize a promoção da saúde, o apoio e suporte social – identificando precocemente e 	<p>Número de ações de formação sobre construção de "currículo vitae" e "CV interpass"</p> <p>Porcentagem de licenciados apoiados na procura de emprego e na gestão da carreira</p> <p>Taxa de sucesso escolar</p> <p>Número de estudantes envolvidos no projeto de tutoria por estudante mais velho</p> <p>Número de projetos de empreendedorismo apoiados</p> <p>Número de estudantes envolvidos em projetos de empreendedorismo</p> <p>Média da satisfação pela participação nos projetos de empreendedorismo</p> <p>Número de cursos livres em linguas estrangeiras</p> <p>Número de estudantes que realizam um curso de lingua estrangeira</p> <p>Média da satisfação dos estudantes que realizam um curso de lingua estrangeira</p> <p>Número de projetos extracurriculares com participação de estudantes</p> <p>Número de estudantes envolvidos em projetos extracurriculares com intervenção na comunidade</p> <p>Média da satisfação dos estudantes envolvidos em projetos extracurriculares</p> <p>Número de atividades realizadas no âmbito da comemoração de dias nacionais e internacionais relacionados com a saúde e educação</p> <p>Número de estudantes apoiados com apoio específico extraordinário para estudantes especialmente carenciados = ao número de estudantes com rendimento per capita ≤ 100 euros;</p>	<p>≥ 12</p> <p>100%</p> <p>≥ 87%</p> <p>≥ 30</p> <p>≥ 8</p> <p>≥ 60</p> <p>≥ 3,5</p> <p>≥ 8</p> <p>≥ 200</p> <p>≥ 3,5</p> <p>≥ 5</p> <p>≥ 100</p> <p>≥ 3,5</p> <p>≥ 8</p> <p>50</p>

	<p>prevenindo comportamentos de risco e o desenvolvimento pessoal dos estudantes, através da criação da consulta de apoio social e visitas domiciliárias em situações de problemas socioeconómicos que as justifiquem;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manter o apoio aos projectos de complemento curricular para a promoção de uma educação para a cidadania e valores; • Incentivar a criação de novos fóruns de discussão sobre os resultados da avaliação promovendo uma cultura de exigência dos estudantes pelo seu percurso de formação; • Apoiar os novos diplomados na inserção da vida activa, através do Gabinete de Apoio aos Novos Graduados, aumentando o número de diplomados apoiados na procura de emprego e na gestão da carreira; • Promover o empreendedorismo: manter o projecto de formação extracurricular, oferecido pelo Gabinete de Empreendedorismo, com vista à aquisição de conhecimentos e desenvolvimento de competências de empreendedorismo; manter a adesão ao concurso Poliemprende; apoiar a preparação dos planos de negócio e criar as condições à incubação das empresas e registo das eventuais patentes, dos projectos que em cada ano obtenham as melhores classificações em colaboração com o Instituto Pedro Nunes; • Manter a oferta de cursos livres, particularmente de línguas estrangeiras (Inglês, Espanhol e Francês); • Promover a sensibilização e a formação da comunidade educativa nas áreas de género, cidadania e prevenção da violência/saúde e enfermagem; • Continuar a apoiar os projectos: "(O)Usar e ser laço branco", prevenção da violência nas relações de intimidade"; "Antes que te queimes", prevenção dos comportamentos de risco e danos, associados ao consumo elevado de álcool em jovens; "Projecto para a promoção da identidade e cidadania académica"; "Promoção em e com saúde na ESEnfC" e Prevenção do Suicídio; • Continuar a promover a associação ao projecto "Banco Alimentar Contra a Fome" a partir do trabalho voluntário de alunos e professores (e não docentes) (UCP de Enfermagem Fundamental); • Apoiar novos projectos extracurriculares que se desenvolvam em interacção com as instituições parceiras da comunidade, se desenvolvam em regime de voluntariado, envolvam docentes, estudantes e não docentes e aliem formação, intervenção na comunidade e investigação; • Continuar a organizar actividades temáticas relacionadas com os dias nacionais e internacionais relacionados com a saúde e a enfermagem (Dia Mundial da Criança; Dia Mundial da Saúde; Dia da Parentalidade; Dia Mundial da Contracepção; Dia das Meninas; Semana do Aletamento Materno; Dia Mundial da Saúde Mental; Dia Internacional da Menopausa, Dia Mundial do Doente, Dia Internacional da Mulher, Dia Internacional da Parteira, Dia Nacional dos Avós, Dia Mundial da Família, Dia Mundial do Ambiente); • Reforçar e consolidar as práticas de acção social; • Reforçar a intervenção da Escola na promoção de actividades desportivas, artísticas e culturais dirigidas a estudantes; • Criar condições ao funcionamento regular do Conselho de Estudantes; 	<p>Média da avaliação dos estudantes sobre o serviço de residência, cantinas e cafetarias, serviço de saúde escolar e acção social (0 a 5)</p> <p>Média da avaliação dos estudantes sobre a satisfação com a escola</p> <p>Número de projetos propostos por estudantes ou pela Associação de Estudantes apoiados</p> <p>Estar elaborado o Plano de formação anual dos docentes</p> <p>Número de atividades de formação financiadas a docentes que participam em projetos de prestação de serviços e ou intervenção na comunidade, por docente</p> <p>Número de docentes que participam em projetos de prestação de serviços e que frequentam atividades de formação financiadas</p> <p>Número de atividades de formação frequentada por cada funcionário</p> <p>Número de doutores apoiados com redução de 25% da atividade letiva</p>	<p>≥ 3,5</p> <p>≥ 3,5</p> <p>≥ 10</p> <p>1/1/2015</p> <p>1</p> <p>≥ 10</p> <p>≥ 2</p> <p>≥ 22</p>
--	---	--	---

- Apoiar projectos de estudantes que tenham como objectivo a promoção de uma comunidade estudantil saudável e civicamente activa.

Medida 2 – Promover a formação contínua de docentes e melhorar as condições de desenvolvimento e avaliação do desempenho.

- Assegurar que o apoio à formação avançada dos docentes (apoio a 22 docentes) conduza ao maior número possível de doutores no mais curto período de tempo possível, e garantir a verificação da implementação da política de prestação de contas, definida, por parte de todos os intervenientes (Conselho de Gestão e docentes);
- Rever o regulamento de avaliação dos docentes, reforçando a dimensão da auto-avaliação e os princípios da colegialidade e da melhoria contínua;
- Construir e aplicar instrumentos de recolha e análise de necessidades de formação pelos docentes, envolvendo a Comissão de Formação Científico Pedagógica dos docentes, os Conselhos Pedagógico e Conselho Técnico-científico;
- Elaborar um Plano de Formação de acordo com os eixos considerados prioritários pelos docentes, apresentados nos instrumentos de recolha, e dos quais se destacam: Desenvolvimento Curricular, Dimensão Pedagógica; Prática Baseada em Evidências e Comunicação em Ciência; Dimensão Organizacional.
- Rever a regulamentação da prestação do serviço docente, equilibrando o contributo de cada docente, na procura da excelência da Escola e o desenvolvimento individual diferenciado nas dimensões pedagógica, técnica, científica e organizacional;
- Implementar o regulamento de prestação de serviços especializados à comunidade aprovado;
- Criar condições à implementação do plano de formação contínua, definido pela Comissão para a Formação, em função das necessidades identificadas no diagnóstico de necessidades sobre o qual devem ser ouvidos os órgãos pedagógico e científico;
- Manter a política de apoio à formação contínua do corpo docente, que premeie a ligação dos docentes a projectos de inovação e extensão na comunidade, bem como a participação na gestão da Escola;
- Continuar a cumprir o plano de abertura de concursos já aprovado, ajustado à realidade financeira e aos resultados das provas solicitadas por docentes, ao abrigo do artigo 8ºA da Lei 7/2010 de 13 de maio.

Medida 3 – Promover a formação contínua de não docentes e as condições ao desenvolvimento do seu trabalho e avaliação do desempenho.

- Manter a políticas/orientações globais para a formação dos não docentes, promovendo o equilíbrio e equidade entre os diferentes sectores e serviços da Escola;
- Manter a aposta na formação profissional básica, avançada e/ou especializada, dos não docentes, através da criação, desenvolvimento e aprofundamento de competências (interna, em contexto e externa);
- Manter e desenvolver o sistema de avaliação do desempenho, mais

- próximo, coerente e aplicado de forma equilibrada;
- Incentivar uma gestão mais eficiente, participada e partilhada dos e com os funcionários não docentes, num quadro de referência e qualidade dos serviços prestados;
- Promover a reformulação dos manuais de procedimentos dos serviços, tornando mais claros os níveis de responsabilidade, padrões de qualidade e os procedimentos de garantia da qualidade;
- Criar condições à implementação do plano de formação contínua, definido pela Comissão de Formação do Pessoal não Docente, em função das necessidades identificadas individualmente, pelos coordenadores dos serviços e órgão de gestão, com recurso a candidaturas a financiamento;
- Manter a política de apoio à formação e obtenção de qualificações profissionais e habilitações académicas, conferentes de grau, progressivamente superior (apoiar os não docentes a realizar licenciatura e mestrado em áreas coincidentes com a área em que desempenham funções).

Medida 4 – Promover a cultura e a cidadania

- Abrir a Escola aos estudantes e suas famílias, às outras escolas, instituições de saúde e organizações não-governamentais no domínio da saúde, da solidariedade e cultural;
- Continuar a criar condições ao desenvolvimento do trabalho do grupo responsável pela caracterização dos estudantes, diagnóstico das suas expectativas no ingresso na Escola, potencializando o desenvolvimento dos seus talentos e competências, e prevenindo dificuldades previsíveis, criando mecanismos para a sua superação;
- Criar condições ao trabalho do grupo Coral da ESEnfC;
- Reactivar, reformular e desenvolver a estrutura interna para gerir, promover e organizar a realização de actividades no domínio da cultura, do desporto, saúde e bem-estar, envolvendo colaboradores dos diferentes sectores/unidades nos projectos e incentivando a participação de todos;
- Comemorar a Abertura do Ano Lectivo, Dia da Escola, Aniversário da Escola, Graduação dos Estudantes, Natal na ESEnfC e outras efemérides, sentidas como importantes pela comunidade educativa e ou previstas nas Normas e Procedimentos relativos a Cerimónias Académicas e outras Cerimónias ligadas à vida da Escola;
- Aproveitar os dias nacionais e internacionais relacionados com a saúde e a enfermagem para organizar actividades temáticas que aliem uma parte científica com a cultura e/ou o desporto (UCP(s) e/ou Projectos);
- Incrementar a promoção de actividades artísticas e culturais, de iniciativa da comunidade educativa (Tuna, Grupo de Teatro da Associação de Estudantes; Grupo Coral da ESEnfC), em articulação com instituições da comunidade e outras instituições; de ensino superior, no conceito activo de instituição como espaço de criação e cultura;
- Continuar a estabelecer cooperação em rede com organizações/estruturas culturais, nacionais e internacionais;
- Potenciar ferramentas culturais de ligação com a comunidade;

André

	<ul style="list-style-type: none">• Estimular a colaboração e prestação de serviços à sociedade, envolvendo as comunidades locais e a participação em redes de solidariedade social;• Promover espaços de divulgação da cultura científica e da enfermagem enquanto área que detém e produz saberes úteis aos cidadãos;• Procurar encontrar financiamento externo para que o grupo Coral da ESEnfC, participe na Conferência da ALADEFE, promovendo a associação de actividades científicas ao encontro de culturas.		
--	--	--	--

EIXO ESTRATÉGICO DIREÇÃO, GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO

Desenvolver um sistema de direção estratégica que optimize os recursos e mobilize a instituição.

Implementar um sistema de gestão de pessoas que as coloque no centro da decisão.

Objetivos	Medidas	Indicadores	Metas
<p>Promover a implementação contínua do plano estratégico e do plano de atividades</p> <p>Implementar um modelo organizacional que integre os recursos da instituição numa perspetiva conjunta de melhoria da gestão financeira, administrativa, científica e pedagógica</p> <p>Implementar metodologias que permitam uma comunicação eficaz e participação ativa</p> <p>Garantir um sistema de organização de trabalho que permita a evolução técnica e científica das pessoas e que possibilite um processo eficiente e efetivo de seleção, integração, desenvolvimento e avaliação.</p>	<p>Medida 1 – Promover medida de gestão participada, que optimize os recursos, garantam a execução da política de qualidade, rigor, racionalidade, diminuição de despesa e a transparência na gestão financeira.</p> <ul style="list-style-type: none"> Implementar reuniões bimensais com as comissões de cursos e coordenações de UCP(s), com vista a que tomem parte nas decisões e a desenvolver e apoiar os processos de melhoria contínua, quer ao nível da gestão dos cursos, quer das Unidades e sua maior articulação; Implementar uma reunião trimestral por UCP, com todos os docentes para os ouvir sobre os diferentes domínios de decisão e para acompanhamento das dificuldades de implementação de cursos e outros projectos e identificação conjunta de medidas de melhoria a implementar a partir dos dados das diferentes avaliações efectuadas; Manter as reuniões mensais do Conselho de Gestão com os coordenadores de serviços/gabinetes, com vista à articulação e coordenação integrada de todos os serviços de apoio à missão da Escola; Promover a integração formal no organograma da Escola e no Manual da Qualidade das estruturas de coordenação de actividades (Comissões), constituídas pelos presidentes dos órgãos, coordenadores de UCP(s), unidades diferenciadas e cursos, que funciona como órgão de coordenação e articulação inter-órgãos, unidades e cursos, consulta da presidente, e como estância de análise da qualidade ao nível da gestão pedagógica dos cursos e promoção da melhoria contínua da qualidade; Continuar a apoiar o envolvimento activo e igualitário dos estudantes nos órgãos, cursos e a todos os níveis da vida da Escola; Projectar a sustentabilidade financeira da Escola, numa perspectiva de rentabilização de centros de custos, diversificação de fontes de financiamento e experimentação da implementação de estratégias profissionais de <i>fund raising</i> (transversais e agregadoras), começando por assegurar um progressivo aumento das receitas próprias (2015 ≈ 2,54%) a diminuição do financiamento alocado a despesas do pessoal (2015 ≈ 2,25%) e maior responsabilização individual das coordenações dos cursos e UCPs na gestão dos recursos; Continuar a promover, ao nível dos serviços, a gestão por objectivos e continuar a implementar o sistema integrado de avaliação do desempenho utilizando-a como um incentivo ao desempenho de mérito extraordinário e dedicação à instituição; Dar prioridade ao desenvolvimento do sistema de informação, tal como proposto pela CAE, reforçando o serviço de recolha e tratamento de informação, em ordem a assegurar a disponibilidade de dados gestionários de forma cada vez mais sistemática, atempada e fiável; 	<p>Número de cursos avaliados</p> <p>Licenciados auscultados sobre a situação do percurso profissional</p> <p>Empregadores auscultados</p> <p>Conhecimento da situação de emprego dos licenciados pela Escola nos últimos 2 anos</p> <p>Número de vezes em que é auscultada a satisfação dos diferentes atores da comunidade educativa</p> <p>Satisfação dos docentes e não docentes com os Serviços de Recursos Humanos</p> <p>Satisfação dos docentes com as Secretarias Científico Pedagógicas</p> <p>Satisfação dos docentes com condições para a realização do seu trabalho na componente ensino</p> <p>Satisfação dos investigadores doutorados com as condições para a realização do seu trabalho na componente investigação</p> <p>Satisfação dos não docentes com o trabalho que realizam</p> <p>Satisfação dos docentes com os Serviços de Documentação</p> <p>Redução dos custos consumos de água, gás, papel e materiais escolares de uso corrente e laboratorial</p> <p>Número de projetos de requalificação realizados</p> <p>Terem-se cumprido as metas definidas para 2015 neste plano</p>	<p>Igual ao número de cursos em funcionamento 100%</p> <p>100%</p> <p>100%</p> <p>≥ 2 vezes ano</p> <p>≥ 4</p> <p>≥ 4</p> <p>≥ 4</p> <p>≥ 3</p> <p>≥ 4</p> <p>≥ 4</p> <p>≥ 2,0%</p> <p>≥ 1</p> <p>90%</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a articulação entre as aplicações informáticas dos diferentes serviços assegurando a recolha sistemática da informação para a presidência e restantes níveis de gestão; • Continuar a adequação da estrutura dos centros de custos, de forma a poder identificar os custos por projecto/atividade que permita estudos comparativos de eficiência; • Continuar o trabalho com vista à desmaterialização de processos, caminhando para a abolição do papel ao nível dos processos administrativos e permitindo a todos os interessados em determinado processo seguir informaticamente o seu desenvolvimento; • Continuar a simplificar os procedimentos administrativos e impor prazos de resposta aos requerimentos internos e externos; • Reforçar o desenvolvimento de cursos e outros projectos transversais a diferentes UCPs; • Promover que a Coordenação das UCPs, responsável pela gestão de recursos docentes, pela investigação, assim como pela proposta de novos cursos e a abertura a novos públicos, apresente o projecto de desenvolvimento e o plano de actividades, atempadamente e contemplando, para cada uma destas áreas, objectivos, actividades, indicadores, metas, recursos necessários e cronograma; • Promover que as comissões de coordenação dos cursos, que detêm competências de gestão académica e a missão de renovação do ensino e das práticas pedagógicas, apresentem um plano de trabalho plurianual, a este nível; • Continuar a criar condições ao trabalho da Comissão de Formação de Pessoal não Docente para que elabore em cada serviço/unidade, o plano plurianual de formação e desenvolvimento para os colaboradores, após caracterização das necessidades de desenvolvimento profissional, ouvindo os diferentes atores; • Criar as condições à implementação do plano de formação dos docentes, nas áreas consideradas prioritárias para a realização da missão da Escola; • Apoiar financeiramente formação relevante proposta individualmente para o desempenho das funções; • Ouvir o pessoal não docente nos processos de reorganização contínua dos serviços, tendo em conta a satisfação e optimização dos recursos; • Garantir a actualização permanente do inventário e o registo de todo o património na Escola; • Promover a diminuição dos consumos de água, gás, papel e materiais escolares de uso corrente e laboratorial, optimizando a sua utilização e procurando reduzir os custos; • Continuar a política de prestação pública de contas, permitindo que a comunidade efectue a necessária avaliação da alocação dos recursos públicos; • Reforçar a ligação entre as Escolas de Enfermagem de Lisboa e Porto, promovendo a utilização sinérgica de recursos e as condições a uma futura reorganização da rede de ensino superior na área da enfermagem, tal como previsto no protocolo recentemente assinado.
--	--

Medida 2 – Promover a captação de alunos nos cursos de licenciatura e de pós-graduação/mestrados.

- Monitorizar a empregabilidade, o percurso profissional dos diplomados e a satisfação dos empregadores (CQA e SANG);
- Divulgar a ESEnfC a nível nacional e internacional, por diferentes meios *online* e presenciais, com vista à captação de estudantes estrangeiros para cursos de mestrado;
- Participar em acções de promoção e divulgação da oferta de formação superior;
- Continuar a desenvolver o projecto “Escola Aberta – Enfermagem: Ver para Querer” (Grupo de Divulgação da Escola e Escola Aberta: Ver Para Querer);
- Continuar a desenvolver o projecto “A Enfermagem, ser enfermeiro e a ESEnfC”, desenvolvido em Escolas Secundárias aderentes de diferentes regiões e cidades (Grupo de Divulgação da Escola e Escola Aberta: Ver Para Querer);

Medida 3 – Implementar o plano de abertura de concursos e recrutamento de pessoal docente e não docente com vista a garantir as necessidades nos diferentes sectores e unidades da ESEnfC e com as alterações decorrentes da restrição orçamental prevista para 2015.

- Continuar a contratar docentes convidados, a tempo parcial, para garantir o acompanhamento dos estudantes em ensino clínico e a ligação aos meios profissionais;
- Recrutamento de até 31 EII(s) assistentes convidados, para ensino clínico e práticas laboratoriais e 4 EII(s) professores convidados;
- Abertura de procedimento de recrutamento para Professor Coordenador (um);
- Abertura de três lugares para técnico superior (termo certo e ou tempo indeterminado) – para tradução, audiovisuais e/ou secretariado;
- Abertura de concurso para Assistente Operacional (até dois).

Medida 4 – Promover a requalificação e manutenção dos edifícios da ESEnfC e respetivos equipamentos.

- Continuar a implementar o processo de gestão de *stocks* dos materiais dos laboratórios e respetivo armazém e substituição de equipamento básico;
- Continuar a promover a implementação do plano de manutenção e do plano de segurança atualizado, resolvendo estritamente situações de risco.

Medida 5 - Promover a Qualidade e Melhoria Contínua.

- Desenvolver conversações junto dos órgãos de governo e da profissão com vista ao reconhecimento do ensino de enfermagem como ensino universitário e integração na Universidade de Coimbra;

- Conclusão da elaboração do Plano Estratégico de longo prazo 2015-2025;
- Conclusão da reformulação das políticas de garantia de qualidade na Escola e sua implementação;
- Promover o reforço de uma identidade inclusiva de todos os que à ESEnFC pertencem garantindo a participação no processo de auto-avaliação institucional e a identificação das medidas de melhoria a adoptar;
- Promover as medidas necessárias (diminuição dos custos de implementação do plano de estudos) para que a média de horas semanais dos docentes de carreira não ultrapasse as doze horas e possam por isso articular ensino/aprendizagem com investigação;
- Avaliação anual de todos os cursos em funcionamento, pelo Conselho para a Qualidade e Avaliação;
- Auto-avaliação da actividade docente e não docente da Escola, por órgão, unidades e serviços, com produção dos relatórios anuais de desempenho contendo, não apenas a descrição da actividade desenvolvida, mas integrando reflexão crítica sobre o desempenho e medidas de melhoria a implementar;
- Continuar a acompanhar e a monitorizar os processos de trabalho, garantindo a identificação de oportunidades de melhoria, bem como das formas de ajudar as equipas a aprender em conjunto permanentemente, modificando o seu comportamento a partir da reflexão na e sobre a acção desenvolvida, que gerará a procura de novos conhecimentos e novas soluções;
- Monitorização da implementação do Manual da Qualidade da ESEnFC (reformulado após reformulação dos regulamentos de Unidades e Serviços e de redefinidos padrões e processos de avaliação da qualidade e interligação com o SIGQ);
- Criar condições à simplificação, desburocratização e agilização das ferramentas e mecanismos internos de avaliação e monitorização do SIGQ;
- Avaliação do grau da implementação nos serviços, dos manuais de procedimento e boas práticas e reformulação dos mesmos quando necessário;
- Promover auditoria externa aos processos administrativos e financeiros;
- Continuar a valorizar e reforçar a participação dos estudantes nos processos de avaliação e acreditação institucional e dos cursos, transformando essa participação num traço definidor da cultura institucional.

Medida 6 - Reformular a área da Comunicação e Imagem, eventualmente extinguindo-a e criando um novo conceito de comunicação interna e externa.

gnt

ANEXO II

PLANO ESTRATÉGICO DE MÉDIO PRAZO DE NECESSIDADES DOCENTES

A definição de um plano estratégico de necessidades docentes e sua distribuição pelas diferentes categorias da carreira do ensino superior politécnico foi um compromisso assumido já no âmbito do Plano Estratégico pela ESEnfC, no entanto esta é uma exigência não só decorrente da necessidade de pensar o desenvolvimento da Escola mas também decorrente da legislação atual. O Decreto-lei nº207/2009 de 31 de agosto prevê, no artigo 30º, nº1,2,3,4 e 5, que as instituições do Ensino Superior trabalhem progressivamente no sentido de que 70% dos docentes das escolas sejam de carreira e 20% sejam docentes convidados e para que de entre os professores de carreira cerca de 50% sejam professores coordenadores, 15% sejam professores coordenadores principais, sendo os restantes professores adjuntos. Sendo critérios para a fixação destas percentagens por categoria em cada instituição de ensino superior as melhores práticas relevantes tendo em conta a dimensão da instituição por referência ao número de estudantes inscritos e ao número de diplomados, à oferta formativa e à capacidade científica avaliada e reconhecida oficialmente (nº8 do artigo 30º da Lei 207/2009 de 31 de agosto).

A Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior considera, no âmbito dos processos de avaliação e acreditação das instituições e dos seus ciclos de estudos, o cumprimento das regras a que se refere o artigo 30º da Lei 207/2009 de 31 de agosto.

Atualmente, a Escola tem 99 professores de carreira, distribuídos da seguinte forma: 27 (mais 3 em concurso) professores coordenadores (27,55%), 1 professor coordenador principal, 70 professores adjuntos (71,43%) e 1 Assistente (lugar a extinguir quando vagar). Para além destes a Escola conta com 35 ETI(s) a tempo parcial, deste cerca de 12 encontram-se a substituir os professores com dispensa para o desenvolvimento dos seus estudos doutorais.

Tendo em conta as competências previstas para as categorias da carreira, e cruzando-as com as áreas de missão da escola: Ensino, Investigação e Prestação de Serviços, o desafio que a ESEnfC se colocou de ser uma instituição de Ensino e Investigação entendemos que a estrutura do corpo docente que melhor pode dar resposta às exigências que este (s) desafio (s) coloca (m) é aquela em que 50% dos professores de carreira sejam professores coordenadores e em que tendencialmente todos os docentes sejam doutorados nas áreas científicas específicas previstas nos planos de estudos dos cursos em que lecionam na escola. Sendo que 90% do corpo docente total deve ser Doutor ou Especialista em Enfermagem – Área Principal de todos os cursos oferecidos. É claro que os (s) caminhos (s) fazem-se caminhando, tendo claros os objetivos que pretendemos atingir, definimos como horizonte temporal para atingir a estrutura desejável em termos de categorias de carreira o ano de 2020.

Tomámos as decisões que se incluem neste plano, tendo em conta várias premissas:

- A expectativa de que nos próximos anos o número de alunos tenderá a estabilizar entre os 1500-2000 alunos o que, segundo os indicadores propostos para o ensino de enfermagem de um

docente para 8 alunos, se traduziria num número entre 186 a 250 docentes, o que atualmente não é possível por não existir a necessária disponibilidade financeira no orçamento da ESEnfC;

- Que o orçamento da ESEnfC se manterá ou continuará a sofrer diminuições, pelo que não é exetável que se possa aumentar o número de docentes de carreira num futuro próximo, limitando-se as possibilidades de aumentar o número de docentes eventualmente à substituição de professores aposentados e/ou substituição de professores dispensados. Sendo, por isso, ao nível da estrutura de categorias que faz sentido introduzir as maiores mudanças, para garantir a correspondência entre categoria profissional e as competências/atribuições e responsabilidades requeridas, particularmente no que respeita a dirigir, desenvolver e realizar atividades de investigação científica e desenvolvimento experimental no âmbito da área científica de Enfermagem e na coordenação dos programas, metodologias de ensino e linhas gerais de investigação respeitante à área e ou subáreas científicas dos cursos.

- Que se aposentaram 16 professores coordenadores e 15 professores adjuntos desde 2006. Está a aguardar há mais de seis meses aposentação, uma professora adjunta.

- A necessidade de criar a esperança no corpo docente de que a instituição em que trabalham lhes criará a possibilidade de progressão na carreira, isto é, de poderem vir a concorrer a categorias superiores na carreira e a ver reconhecido em concurso o seu trabalho, qualidade do desenvolvimento profissional e qualificações.



ANEXO III

**PROPOSTA DE DESPACHO SOBRE APOIO À FORMAÇÃO DO
PESSOAL DOCENTE**



**ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE
COIMBRA**

Data:
01/01/15

DESPACHO N.º1 - PRESIDENTE

No ano de 2015 as condicionantes orçamentais vão ter que ter inevitavelmente impacto no apoio a dar pela Escola no domínio da investigação e divulgação científica e qualificação do corpo docente, uma vez que a totalidade do OE e cerca de metade das receitas próprias previstas serão necessários para dar resposta a despesas com Pessoal, a que se junta uma transferência de OE para investigação progressivamente menor. Ainda assim, e uma vez que quer a investigação e produção científica relevante, quer a qualificação do corpo docente com o grau de doutor e título de especialista, é estratégica para a sustentabilidade da instituição, definem-se apoios, ainda que mínimos, nestes domínios.


Assim, salvo se o exercício de controlo orçamental para 2015 ou outras limitações orçamentais impuserem novas restrições ou impossibilitarem a implementação efetiva destes apoios, são aprovados os seguintes apoios:

A - Apoio à formação conferente de grau académico de doutor:

No domínio do apoio à formação conferente de grau académico serão:

1. Mantidos os apoios de propinas aos docentes a frequentar programas de doutoramento em Enfermagem que já têm contrato de investigação assinados com a ESEnfC, ainda em vigor;
2. Os apoios a conferir, aos docentes com relação jurídica de emprego por tempo indeterminado são:
 - Reembolso do valor de Propinas conforme clausulado no contrato de investigação assinado, com recibos emitidos em nome da Escola;
 - A redução do trabalho letivo total manter-se-á, como consta no contrato. Mas passará a ter que ser usufruída em oito períodos letivos - 108 horas e não mais que um período por ano letivo. Não é possível acumular /juntar períodos de dispensa.
 - Reembolso de emolumentos relativos ao requerimento de provas, com recibos emitidos em nome da ESEnfC;
 - Reembolso do valor de bilhetes de viagem em transporte público em classe económica, com exceção de táxis, nas atividades frequentadas inerentes à parte curricular dos Cursos de Doutoramento e para orientação nos casos em que o orientador é de fora de Coimbra (também este apoio carece de pedido prévio de Comissão Gratuita de Serviço), com recibos emitidos em nome da ESEnfC.

Todos os professores apoiados devem para o efeito, proceder ou manter a sua inscrição como investigadores/as na UICISA-E, apresentar comprovativo de que enviaram em 2014 um artigo científico para publicação, em revista com fator de impacto. A não apresentação, até 31 de janeiro de 2015, do



comprovativo de que submeteram o artigo para publicação em 2014, fará com que percam o direito a todos os apoios a partir do mês seguinte. (Compete ao Serviço de Recursos Humanos fazer esta verificação).

B - Apoio à divulgação científica:

No domínio do apoio à divulgação científica será apoiada a apresentação de resultados de estudos de investigação original e como primeiro autor desenvolvidos pelos docentes em atividades científicas de cariz nacional e/ou internacional, com submissão a referee e publicação de livro de atas:

1. Será apoiada uma comunicação e/ou poster em atividade científica, nas condições anteriormente descritas, que ocorra em Portugal Continental cujos candidatos obedeçam às seguintes condições:

- Apresentação de documento comprovativo da aceitação da comunicação e/ou *poster* (a juntar ao pedido de Comissão Gratuita de Serviço) e informação de que se publicará livro de atas;
- De inscrição na Unidade de Investigação e na FCT, como investigador;
- De que o docente seja identificado nos documentos da atividade científica em que conste o seu nome como docente da Escola e investigador da Unidade de Investigação;

A todos os docentes nas condições anteriores será concedida:

- Comissão Gratuita de Serviço;
- Pagamento da inscrição, se exigido;
- Ajuda de custo de 100% se a atividade se realizar fora de Coimbra e transporte em carreira de transporte público (não sendo financiado alojamento).
- Todos os docentes que usufruírem deste apoio têm que apresentar um resumo da comunicação e/ou *poster* a ser publicado no boletim da Escola, e entregue nos Recursos Humanos até dez dias após a realização da atividade. **(Compete ao Serviço de Recursos Humanos fazer esta verificação).**

2. Apresentação de Comunicação e/ou poster em atividade científica, nas condições acima referidas, que ocorra fora de Portugal continental.

Dadas as limitações financeiras existentes, este apoio será concedido mediante análise caso a caso das propostas que vierem a ser apresentadas pelos docentes no quadro e nos limites do orçamento disponível neste âmbito e com os seguintes critérios:

- Aos professores com propostas de divulgação científica no estrangeiro inscritos no projeto de divulgação científica da UI de 2015, será autorizada apoio para uma deslocação (pagamento da viagem e ajudas de custo internacionais até ao máximo de 750€). (Devem mencionar a ESEnFC, a UI e o apoio da FCT). Não serão autorizados apoios de divulgação científica cujos projetos a divulgar não estejam ativos e inscritos na UI e não constem do plano de missões da UI;
- Não se autorizará a deslocação para a mesma atividade a mais de dois docentes sendo que a prioridade são as comunicações orais;

- Aos professores com propostas de divulgação científica no estrangeiro inscritos no projeto de divulgação científica da UI de 2015, e com projetos financiados, serão autorizadas todas as deslocações até ao limite do previsto no projeto e do respetivo financiamento;
- Terão direito a mais uma atividade apoiada os docentes que tenham publicado em 2012 e ou 2013 ou 2014, dois artigos numa revista indexada na Thomson Reuters (o artigo deve ser anexado ao pedido) e o apoio terá o valor máximo da viagem e ajudas de custo internacionais até ao máximo de 750€);
- Será autorizada licença gratuita de serviço aos docentes que pretendam divulgar trabalhos científicos e que assumam os encargos financeiros, desde que isso não interfira com a normal atividade letiva do serviço;
- Poderão ainda ser autorizadas caso a caso outras deslocações ao estrangeiro quando a Presidência entender que é estratégico para a Escola a presença nessa atividade;
- Só serão apoiados docentes que se proponham apresentar resultados de investigação original, inscritos na Unidade de Investigação e na FCT, cujas comunicações tenham sido aceites. O pedido de apoio deve ser acompanhado de resumo da comunicação e comprovativo de aceitação;
- As ajudas de custo devidas conforme definido neste despacho, quando autorizadas, serão pagas contra entrega de documentos oficiais de viagem.
- Apoiar-se-ão preferencialmente participações em Congressos a realizar na Europa. Excecionam-se apenas congressos/atividades organizadas pela Sigma Theta Tau, ALADEFE, ICN e Joanna Briggs.

O apoio a conceder pode configurar **uma ou várias** das modalidades seguintes:

- Comissão Gratuita de Serviço;
- Pagamento da inscrição, se exigido;
- Pagamento da viagem (Viagem de avião, deslocação de e para os aeroportos, em transporte público, classe económica, ou pagamento de deslocação em transporte em veículo adstrito a carreira do serviço público - exclui portagens, táxis e alimentação – e ajudas de custo internacionais até ao máximo de 750€);

Aos docentes a quem vier a ser concedido este apoio caberá escrever uma notícia sobre a atividade científica em que participaram a ser publicada no boletim da Escola, ou outros meios de divulgação da Escola (sempre que possível juntar fotografias). **(Compete ao Serviço de Recursos Humanos fazer a verificação da entrega deste material e declarar que foi satisfeito este requisito nas situações em que o docente usufruiu de apoio(s) no ano anterior).**

Em qualquer das situações anteriores, pode, mediante pedido dos docentes interessados, ser apoiadas:

- Tradução ou revisão de texto em língua estrangeira;
- Edições de *posters* ou outros materiais audiovisuais necessários à apresentação dos trabalhos

(nestes casos, a semelhança de todas as situações em que são concedidos apoios pela Escola, o docente deve vir identificado nos documentos da atividade científica como docente da Escola).

- Duplicação e encadernação de trabalhos;
- Apoios para a colheita de dados, transcrição de entrevistas, ou outros;
- A obtenção de apoios que impliquem ausência, carece de pedido prévio de Comissão Gratuita de Serviço. Todos os apoios financeiros para serem autorizados necessitam de cabimentação prévia e número de compromisso relativo à despesa, deve ser solicitada a sua inscrição no Boletim, ao Serviço de Recursos Humanos, onde os pedidos devem ser entregues.
- Ao valor de ajudas de custo até ao máximo de 750€ por deslocação apoiada por docente, nas condições acima descritas, pode acrescer um montante a calcular caso a caso, para os docentes que tiverem assegurado lecionação de horas em cursos não regulares, financiados por entidades externas, e desde que as mesmas não possam se remuneradas diretamente. O cálculo do valor do acréscimo será feito na base do número de horas lecionadas, para além da normal distribuição de serviço letivo docente e tendo em conta um valor/hora de 20 Euros.

C - Apoio à mobilidade de docentes em missões de ensino ou investigação no estrangeiro

No ano 2015 serão apoiados 30 docentes dos que se candidatem e forem selecionados para mobilidade no âmbito do Programa Erasmus/Sócrates, os apoios consistirão em:

- Comissão Gratuita de Serviço;
- Pagamento de Bolsa de Mobilidade, após assinatura do respetivo contrato de mobilidade, com valor diário (número de dias regulado pelo regulamento ERASMUS+) conforme tabela aprovada pelo programa ERASMUS +, acrescida de valor para financiar viagem conforme tabela aprovada pelo programa ERASMUS+(tabelas podem ser consultadas no GRNI. Por exigência do ERASMUS+, a partir daqui terão que ser os docentes a tratar das viagens, podendo escolher o meio de transporte que mais lhes convier).

A obtenção destes apoios carece de pedido prévio de Comissão Gratuita de Serviço.

No ano de 2015 serão apoiados os docentes que realizem missão de ensino na Universidade de Cabo Verde ao abrigo da parceria existente, em:

- Comissão Gratuita de Serviço;
- Pagamento de transporte (deslocação de e para o aeroporto, em transporte público, classe económica ou pagamento de deslocação em transporte em veículo adstrito a carreira do serviço público - exclui portagens e táxis), com recibos emitidos em nome da ESEnFC;

A obtenção destes apoios carece de pedido prévio de Comissão Gratuita de Serviço.

D - Apoio à formação contínua:

No domínio da formação contínua será apoiada financeiramente a formação a realizar na Escola, dirigida à totalidade dos/as docentes ou a grupos, e inserida no plano de formação anual.

E - Apoio a outras formações

Os apoios financeiros à formação individual contínua serão atribuídos como prémio de participação em projetos desenvolvidos, para além da normal atividade letiva e, considerados de relevância para atingir os objetivos estratégicos definidos pela Escola. A atribuição deste tipo de apoio obriga a que o docente tenha tido uma participação no trabalho do projeto efetiva que deve ser comprovada pelo coordenador do mesmo.

Os docentes que se proponham desenvolver projetos de extensão na comunidade (Escolas, Instituições de Saúde e Solidariedade Social) ou prestação de serviços, que envolvam equipas de docentes, integrem na fase de implementação estudantes e envolvam investigação, podem candidatar-se a este apoio à formação. Podem também candidatar-se a este apoio os docentes que tenham participado no desenvolvimento e divulgação institucional, tenham assumido atividades extraordinárias relacionadas com os Cursos (orientação de alunos em mobilidade, participação em júris de seleção, e outros) e tenham participado ou participem em atividades de assessoria à Direção e Gestão Estratégica da ESEnfC. O apoio a conceder pode configurar uma ou várias das modalidades seguintes:

- Comissão Gratuita de Serviço;
- Pagamento de inscrição, se exigido;
- Pagamento em transporte público, classe económica ou pagamento de deslocação em transporte em veículo adstrito a carreira do serviço público - exclui portagens e táxis

F - Dispensa do Serviço Letivo docente (artigo 6º do RRDSL).

- No ano letivo 2014/2015 será apenas concedida dispensa a 50% a um docente;

Procedimento a desenvolver para aprovação de pedidos

Os pedidos de Comissão Gratuita de Serviço devem ser efetuados através do preenchimento do impresso próprio disponível na área reservada da página da ESEnfC, ou no formulário respetivo, após disponibilização de nova ferramenta de submissão de pedidos, onde devem ser solicitados todos os apoios pretendidos e enquadráveis.

Os pedidos de licença gratuita de serviço e de apoios para a realização de qualquer atividade enunciada neste despacho, devem ser enviados com a antecedência adequada, diretamente aos Recursos Humanos, não precisando de ser informadas de qualquer parecer. As informações que sejam consideradas necessárias serão colhidas diretamente pelos Recursos Humanos ou pelo Secretariado da Presidente. Ao pedido de **Comissão gratuita de serviço** entregue nos recursos humanos, **o docente deve juntar comunicação do Coordenador da UCP a declarar que a frequência da atividade proposta se insere no plano da UCP e não compromete as atividades letivas previstas. Nos casos em que estejam atividades previstas deve ser indicado o modo como ficam asseguradas, validado pelo Coordenador de Curso em que se insiram.**

G - Apoio à obtenção do título de especialista

Dado que a ESEnfC, de acordo com o artigo 49º do RJES, tem de ter pelo menos 15% de doutores em regime de tempo integral, e, para além destes, pelo menos 35% devem ser detentores de título de Especialista, os quais poderão igualmente ser detentores do grau de doutor, e sem por em causa a meta interna de que todos os docentes da ESEnfC sejam doutorados, considera-se muito importante que sejam também detentores do título de especialista.

Assim os docentes da ESEnfC com relação jurídica por tempo indeterminado ou em tempo integral ficarão, caso venham a solicitar na Escola a realização de provas para a obtenção do Título de Especialista, isentos dos emolumentos previstos no respetivo regulamento para atribuição do título de especialista aprovado em 4 de janeiro de 2010. Podendo os assistentes convidados com avaliação muito relevante ser também isentos de 50% do pagamento dos emolumentos pela presidente da Escola.

Documentos a apresentar, quando se usufrui de apoio:

Terão de ser entregues no serviço de Recursos Humanos:

- Todos os cartões de embarque dos voos;
- Cópia do certificado de comunicação;
- Cópia da publicação em ata ou livro de conferência;
- Relatório Científico e notícia, se for o caso;
- *Poster* original quando financiado pela Escola.
- Cópias dos artigos científicos para publicação apresentados nos anos de 2013 e 2014.

Caberá ao serviço de Recursos Humanos o controlo da documentação exigida e a informação sobre se o docente pode manter ou ter novos apoios. No caso de não cumprimento, os Recursos Humanos deverão informar por escrito a Presidente.

Os Recursos Humanos enviam à UI todos os documentos que lhe são necessários no âmbito da produção dos seus relatórios e prestação de contas.

A autorização de pagamentos e reembolsos está dependente de autorização prévia respetiva.

Face ao rigor de controlo orçamental trimestral a que as Instituições públicas estão sujeitas, os boletins de itinerário referentes a qualquer dos apoios concedidos, terão de ser entregues impreterivelmente até ao dia 05 do mês seguinte à realização da atividade. Ultrapassado este prazo, caduca a autorização do respetivo pagamento, mesmo quando devidamente autorizado anteriormente.

A Presidente,

Maria da Conceição Bento

ANEXO IV

PROPOSTAS DO CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO



Conselho Técnico-Científico

ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA

COMUNICAÇÃO INTERNA N.º 99-2014

PARA: COORDENADORES DAS UNIDADES CIENTÍFICO-PEDAGÓGICAS E COORDENADORES DE CURSO/ANO/SEMESTRE	Data: 21-06-2014
CC: PRESIDENTE DA ESCOLA, VICE-PRESIDENTES E ADJUNTO DA PRESIDENTE	
ASSUNTO: PLANEAMENTO DAS ATIVIDADES LETIVAS PARA 2014-2015	
<p>Considerando o despacho da Presidente à Comunicação Interna 98-2014 do CTC que teve por base a análise conjunta dos recursos docentes internos existentes, a informação disponível à data quanto às disponibilidades de contratação externa em 2015, bem como a análise dos espaços existentes, solicita-se aos Srs. Coordenadores das UCP's aos Srs. Coordenadores de curso/ano/semestre que efetuem, respetivamente, os planos de distribuição do serviço letivo e os planos esquemáticos dos cursos/anos/semestres, com base nos seguintes pressupostos:</p> <p>PLANEAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO LETIVO</p> <p>Distribuição do serviço letivo docente na base de 432 horas anuais</p> <p>Reduções e dispensas por exercício de cargos e por antiguidade:</p> <p>Aplica-se o artigo 7º do Regulamento de Reduções e Dispensas de Serviço Letivo Docente - 1ª alteração, acrescido do cargo de editor adjunto da Referência:</p> <p>Reduções e dispensas para realização de projetos:</p> <p>Redução de 216 horas para 1 projeto com financiamento da FCT;</p> <p>Reduções e dispensas para obtenção do grau de doutor e para atualização científica e técnica:</p> <p>Redução conforme artigo 5º e 6º do Regulamento de Reduções e Dispensas de Serviço Letivo Docente - 1ª alteração, a todos os requerentes instruídos nos termos do artigo 11º do respetivo regulamento.</p> <p>Orientação dos estudantes em Ensino Clínico:</p> <p>A carga letiva para o período de Ensino Clínico de Fundamentos de Enfermagem na Comunidade, será considerada, a título experimental, de 8 horas x 20 Semanas x Grupo de estudantes (previsão de 19 grupos em cada bloco de 10 semanas).</p> <p>Para os restantes ensinos clínicos mantêm-se as regras em vigor.</p> <p>Propostas de Contratação de Assistentes Convidados</p> <p>Poderá ser proposta a contratação de Assistentes Convidados a selecionar nos termos do regulamento em vigor, para a totalidade das Práticas laboratoriais do 1º ano e do 2º ano;</p> <p>Poderá ser proposta a contratação de Assistentes Convidados a selecionar nos termos do regulamento em vigor, para a orientação do Ensino Clínico de Fundamentos de Enfermagem em serviços hospitalares;</p> <p>Nos serviços hospitalares com estudantes de EC de Fundamentos, orientados por Assistentes Convidados, a orientação de estudantes do 6º semestre será realizada pelo respetivo Assistente Convidado;</p> <p>Poderá ser proposta a contratação de Assistentes Convidados a selecionar nos termos do</p>	<p>DESPACHO</p> <p>Teresa Coelho Presidente</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>24/06/2014</p>

regulamento em vigor para a orientação de parte do Ensino Clínico do 6º e 7º semestre (até ao limite global de 3000 horas).

Proposta de Contratação de Professores Convidados

Poderá ser proposta a contratação de Professores Convidados para assegurar os habituais compromissos de unidades curriculares da licenciatura e alguns módulos de mestrados, à semelhança dos anos anteriores (até ao limite de 4 ETI).

PLANEAMENTO DO CURSO DE LICENCIATURA EM ENFERMAGEM

1º e 2º anos:

Organização de 5 turmas teóricas no 1º (turmas de cerca de 75 alunos) e 2º ano (2 turmas de cerca de 85 alunos e 3 turmas de cerca de 65 alunos);

As turmas teóricas serão divididas em 10 turmas teórico-práticas (T/P) para o máximo de 50% das aulas T/P previstas em Plano de estudos;

Organização de 25 turmas de práticas laboratoriais (PL) no 1º e 2º ano;

A componente letiva do 2º ano será realizada no 3º semestre do CLE;

O Ensino Clínico de Fundamentos de Enfermagem será realizado no 4º semestre do CLE, em dois períodos de 10 semanas. Um dos períodos será realizado num serviço hospitalar e o outro na comunidade;

O 1º ano funcionará no Polo B e a componente escolar do 2º ano no Polo A.

3º e 4º ano:

Organização de 4 turmas teóricas;

As turmas teóricas serão divididas em 8 turmas T/P para o máximo de 50% das aulas T/P previstas em Plano de estudos;

Organização de 20 turmas PL no 3º ano e no 4º ano;

O 3º ano funcionará no Polo B e o 4º ano funcionará no Polo A.

PLANEAMENTO DOS CURSOS DE PÓS-LICENCIATURAS E MESTRADOS

Mantém-se as regras e orientações de 2013/2014.

A Presidente do Conselho Técnico-Científico

